



**Gorbachev
esta tarde
em Paris**

Pág. 17

Na próxima 6.ª feira, pelas 18.30 horas, realiza-se nas nossas instalações da Rua Luz Soriano, n.º 17, em Lisboa, o sorteio público do **Concurso Aniversário DL/85** — «Descubra Portugal», na presença de representantes do Governo Civil e do

nosso jornal.

Em virtude do feriado de 5 de Outubro e da realização das eleições do próximo domingo os resultados do sorteio só serão publicados na nossa edição de 8 de Outubro próximo.



Diário de Lisboa

ANO 65 N.º 21 875

Quarta-feira, 2 de Outubro de 1985

Preço 40\$00

Raul Junqueiro parte a loiça sobre as centrais digitais:

Cavaco foi 'advogado' dos americanos

O concurso de fornecimento de tecnologia digital aos CTT/TLP, sobre qual o Conselho de Ministros se deverá pronunciar esta tarde, em definitivo, «nunca levantou qualquer contestação e só no momento da decisão final é que as multinacionais perdedoras reagiram de uma forma absolutamente intolerável para um país democrático», afirmou à «Mesa DL» o secretário de Estado das Comunicações. Raul Junqueiro acrescentou que a ITT e a ATT «utilizaram um partido no Governo, o PSD, como seu advogado para contestar tudo isto e o que é mais espantoso é ver o seu líder, o seu presidente, ser o advogado principal».

Págs. 15 e 16



Confusão total na colocação de professores

Os atrasos na publicação das listas de colocação dos professores, cuja terceira versão para profissionalizados, provisórios e abrangidos pela lei dos conjuges deverá ser publicada depois de amanhã (sexta-feira), significam que a abertura das aulas nos ensinos Preparatório e Secundário é problemática. A Federação Nacional dos Professores (FENPROF) tomou ontem posição sobre o assunto e, esta manhã, foi a vez de também a Federação Nacional e Sindicatos dos Professores/UGT se pronunciar.

Vai ser difícil os alunos daqueles dois graus de ensino começarem as aulas na segunda data marcada pelo Ministério da Educação — entre 8 e 10 do corrente —, uma vez que as listas de colocações de professores sofreram atrasos devido a problemas (erros) de aplicação do programa informático encomendado pelo ME. Neste momento estão por colocar mais de 13 mil professores do Preparatório e Secundário, sendo o número total de 25 se lhe juntarmos o que acontece no Ensino Primário. Mesmo que a publicação das listas se processe dentro de 48 horas, como garante o ME, será materialmente impossível dar início ao ano lectivo no Preparatório e Secundário entre os dias 8 e 10.

Pág. 4

Gasolina mais barata antes de 6 de Outubro?

Na semana passada foram os salários em atraso: à última hora e a poucos dias das eleições foi posta a correr a informação de que o PS estava a tentar obter o acordo do PSD para conceder um «bónus» aos trabalhadores com salários em atraso. Segundo chegou a ser noticiado a ideia seria a de ir buscar, aos excedentes acumulados este ano pelo Fundo de Abastecimento, cinco ou seis milhões de contos para «minorar o problema». Ou porque era demasiado evidente ou porque o PSD não esteve

pelos ajustes a «solução» parece ter sido posta de parte.

Esta semana é a gasolina. Fontes governamentais confirmaram ao «DL» que Veiga Simão poderá levar hoje a Conselho de Ministros uma proposta que aponta para a descida a muito curto prazo dos preços da gasolina. O assunto parece que não está agendado mas a questão poderá, mesmo assim, vir a ser abordada. O argumento da «baixa» da gasolina seria a quebra das cotações do dólar e a situação favorável dos mercados petrolíferos.

Hoje é "dia europeu" do futebol

Belgrado: Partizan-Portimonense

Brugge: Club Brugge-Boavista

Roterdão: Feyenoord-Sporting

Amesterdão: Ajax-FC Porto (em directo na TV)

Com a realização de 62 encontros correspondentes às três competições internacionais de clubes, o futebol domina hoje as atenções do velho continente. Mais de dois milhões de pessoas estarão presentes nas principais plateias fixando o fascinante saltitar da bola no palco, e, porque as cadeias televisivas e a radiodifusão atentam no fenómeno, aí estará «toda a Europa» olhando o écran ou escutando a voz dos relatores.

O calcanhar de Aquiles do FMI

Paul Fabra

Exclusivo Le Monde/DL

O Brasil teria a intenção de prorrogar o acordo sobre o refinanciamento da sua dívida exterior estabelecido com o FMI que exige um novo esforço de austeridade de maneira a que a inflação seja dominada. A alta contínua dos preços envenena a economia dos países latino-americanos paralisados pela enormidade da sua dívida com o exterior.

Se o que é justamente considerado indesejável para os países desenvolvidos — ou seja, a inflação e a fortiori a hiperinflação — deve do mesmo modo ser tido por desastroso para os países que gostaríamos de poder continuar a designar como em vias de desenvolvimento, os resultados obtidos para impedir a crise do endividamento internacional surgem como francamente negativos. É o que se passa, em primeiro lugar, com a América Latina, o continente em situação mais gravosa no que se refere a dívidas e objecto prioritário das preocupações do Fundo Monetário Internacional (FMI).

Longe de baixar, apesar dos duros programas de ajustamento que têm por efeito diminuir os salários reais em proporções até agora desconhecidas, a não ser em tempo de guerra, a alta dos preços acelera-se na maior parte dos países que constituem aquele continente. No imenso Brasil, aproxima-se de um ritmo anual de 400 contra 230 em 1984, de acordo com as estatísticas oficiais; no México está mais próxima dos 65 ou 70 que

dos 45 «previstos» para 1985 e dos 59 registados oficialmente no ano anterior.

Praticamente abandonada à sua sorte, já que o montante das suas dívidas é considerável em relação ao PNB mas diminuto se o compararmos com o total dos créditos duvidosos acumulados pelos grandes bancos internacionais, a Bolívia afunda-se no drama monetário. O seu segundo artigo de importação passou a ser as notas de banco que vêm de Inglaterra e da RFA porque os prelos locais já não são capazes de aguentar o aumento de circulação pois a inflação ultrapassa largamente os 10 000%. O vizinho Peru sobrevive graças a uma economia clandestina que desafia as autoridades nacionais e internacionais.

Neste contexto, a experiência lançada em Buenos Aires em Junho pela substituição da moeda (o peso foi substituído pelo austral numa proporção de mil por um) representa um desafio decisivo. Com a inclusão de medidas draconianas nos domínios da fiscalidade e das finanças públicas, a congelação

temporária dos preços e dos salários, inspira-se essa experiência na ideia que guiou as reformas monetárias alemãs de 1923 e 1948: quando ultrapassa o limite da degradação, a inflação exige um tratamento de choque.

Como se quisesse sublinhar bem que está a lutar com as costas contra uma parede, o presidente Alfonsín comprometeu-se solenemente a não recorrer mais à criação monetária para financiar o défice do orçamento e das empresas nacionalizadas. Não restam dúvidas de que o êxito dessa política teria grandes repercussões e o seu fracasso não deixaria de surgir, pelo contrário, como prova de que os países endividados não têm praticamente outra via que não seja seguir os remédios tradicionais do FMI sem, mesmo assim, terem a certeza de que isso lhes permitiria evitar a prazo mais ou menos próximo os caos.

Seria esta medicina tradicional que a vitória da receita de Buenos Aires, ainda longe de estar garantida, poria em questão. Trata-se de um plano de economistas argentinos aos quais, depois de hesitar, o FMI acabou por dar a sua benção. A verdade obriga a dizer que esta consciencialização, por parte do FMI, de que nada está solucionado a sério nos países superendividados, é recente e é apenas parcial.

O discurso dominante continua a ser o que assinalou a assembleia geral do Fundo Mone-

tário em Washington em Setembro de 1984. Foi sublinhado, até à saciedade, o contraste entre o clima de alívio que caracterizou esta reunião e o extremo pessimismo que tinha dominado dois anos atrás a reunião de Toronto. Esta última realizava-se algumas semanas depois da tempestade que desabara, em Agosto de 1982, sobre a comunidade bancária internacional, subitamente informada de que um dos seus maiores devedores, o México, deixara de respeitar as suas obrigações (outro, o Brasil, ia logo a seguir fazer o mesmo).

É um facto que durante esse tempo, grandes mudanças se produziram, capazes de dar nova tranquilidade os credores. O reembolso da maioria das dívidas contraídas foi adiado de três a cinco anos e dividido por um período que, nalguns casos, pode prolongar-se até finais da próxima década, com um resultado quase inesperado para a maioria dos especialistas e dos banqueiros. Alguns dos mais importantes países devedores, e curiosamente o México e o Brasil (e mesmo a Argentina), revelaram-se capazes de reequilibrar, num abrir e fechar de olhos, as balanças comerciais, de tal maneira que no que se refere aos dois primeiros países citados, em 1983 e 1984, o excedente das exportações sobre as importações (que diminuíram mais de 40%) corresponderam, grosso modo, à totalidade dos juros vencidos.

Desde o momento em que

esses países decidiram pagar os juros devidos — sabiam que essa era uma condição sine qua non para não verem os seus navios, aviões, contas bancárias, etc., no estrangeiro, confiscados — e que os bancos recusariam em emprestar mais do que uma fracção (podendo ir até metade, apesar de tudo, para alguns países como a Polónia) das somas correspondentes, não podiam deixar de ficar condenados a registar excedentes comerciais. O mecanismo, através do qual as contas acabam sempre por se equilibrar a partir do momento em que se não encontram mais do que credor no estrangeiro para as saldar, funcionou uma vez mais. No entanto, nem os credores nem o FMI se preocuparam de facto com a maneira como o resultado foi atingido.

Ao negociar com os países devedores, depois do furacão do Verão de 1982, o FMI tinha-se fixado um objectivo quase único: obrigá-los a um «ajustamento externo», que consiste, para o caso, não apenas em deixar de viver acima dos seus meios, mas a viver abaixo dos seus deles, para que pudessem liquidar se não a totalidade das dívidas, ao menos a parte correspondente aos juros. Foi por esse preço que o sistema bancário internacional, que tinha emprestado, encorajado pelo FMI, e até 1981, cerca dos dois terços dos 800 a 900 mil milhões de dólares de créditos consentidos aos países em vias de desenvolvimento, pôde evitar uma

crise de consequências incalculáveis.

Considerado do ponto de vista estreito dos credores, a operação foi um grande êxito com duas reservas importantes: a primeira consiste no facto do esforço de ajustamento só ser exigido aos países estrategicamente mais importantes. Era como se outros, tal como a Bolívia, e, em menor medida, alguns países africanos, tivessem sido lançados a lucros e perdas. A segunda reserva consiste no facto de não olhando muito de perto para o modo como o ajustamento externo foi feito, deixou-se enfraquecer perigosamente as estruturas dos países endividados e, por consequência, comprometida a sua capacidade de a longo prazo reembolsar os seus credores.

Foi pela contracção em proporções sem precedentes da procura em países onde o poder de compra médio era já débil que foi possível ao mesmo tempo reduzir de maneira radical as importações e, a partir da segunda metade de 1983, libertar excedentes exportáveis dirigidos, até cerca de quatro quintos, para o mercado norte-americano, em plena expansão até há pouco.

Sendo muito difícil de avaliar com exactidão, a baixa dos salários em termos reais teria sido, conforme os casos, de 10% a 25%, em certos casos mais, o que não significa que o nível de vida tenha sido forçosamente amputado de outro tanto, devido

Continua na pág. 28

AO TELEFONE
COM

Pedro Ramos
de Almeida



Ribeiro Cardoso

"É importante saber o que Soares tem dito ao longo dos anos"

Em 1965 Mário Soares disse ao jornal «República» que «em democracia quem mente ao povo é réu de alta traição». Desde essa data até aos nossos dias disse, naturalmente, muita outra coisa. De tal modo que agora apareceu um livro de Pedro Ramos de Almeida, que se baseia exclusivamente em frases tiradas das entrevistas, discursos e obras de Mário Soares, abrangendo temas de índole política, ideológica, económica e cultural. Folheando as suas páginas o espanto toma conta de nós. Ou talvez não...

Ao telefone com Pedro Ramos de Almeida falámos deste «Dicionário Político de Mário Soares». Comecei por perguntar: *Porquê este livro?*

«Porque é que para falar da política portuguesa dos primeiros 10 anos pós-25 de Abril é importante conhecer o que Mário Soares fez e disse?» — respondeu, perguntando, Pedro Ramos de Almeida.

Gostaria apenas de pôr questões e não de responder...

«OK. Sabemos que Soares não é o centro do mundo nem o centro de Portugal. Mas num país que conheceu oito séculos de senhorialismo, de absolutismo, de quase-absolutismo e de quase-

-liberalismo (na I República ainda só 500 000 portugueses tinham direito ao voto) e meio século de fascismo, a política, a «democracia» das classes possuidoras nestes 10 anos passados desde o 25 de Abril é — como é natural — ainda mais pessoalizada, mais reduzida ao apoio e seguidismo da acção dirigente de alguns «chefes» sociais do que noutras circunstâncias. E neste quadro, como este livro mostra, Mário Soares, com quase sete anos de governo, tem um papel de primeira grandeza na reconstituição do monopolismo em Portugal e na sua submissão à dominação imperialista estrangeira — nomeadamente americana — e à sua política de guerra».

E por isso é que se decidiu a escrever este livro?

«Bom, o que lhe posso garantir é que é essa acção, esse caminho tortuoso que este livro procura mostrar, com todos os seus limites, facetas, contradições, aceleradas e inversões de marcha. Se calhar é por isso que é um dicionário...»

Quanto tempo levou a escrever tão volumoso livro?

«Escrever é uma palavra curta... A ler, escrever, procurar, apagar, ordenar, reconstituir,

riscar e prosseguir passou-se um bocado mais de um ano. Um ano e meio para consultar, fora os livros, 33 títulos de jornais e outras publicações portuguesas e cerca de 50 títulos de jornais de 18 países estrangeiros. Um trabalho às vezes divertido, e às vezes aborrecido».

O que é que mais o divertiu nesse trabalho?

«É difícil escolher. Que há muito por onde escolher. E de todos os géneros e feitios. Se é que divertir é a palavra certa...»

Querá apenas um ou outro exemplo concreto...

«Olhe, desde as suas (dele, obviamente...) viagens de meados de 74 a 84 — 1 ano e 9 meses fora do país, visitando mais de 45 países, com 61 dias (10,2 por cento) nos EUA; aos seus elogios a grandes figuras da direita mundial (Reagan, Sadat, Thatcher, Sakharov, Mobutu, Fraga Iribarne, etc.); passando pelo arrevezado e rico menu da viagem ao Extremo Oriente, pela quotização para o PS em 1976 (100\$00), ao culto da sua própria personalidade, sei lá...»

Já agora: o que é que mais o surpreendeu nesta recolha?

«A clareza. As coisas serem tão claras. Como se a história real já visse feita a sugerir conclu-

sões. E nisso a própria objectividade do subjectivo, do sujeito escolhido e seu comportamento... Que conclusões a tirar desta compilação?

«Todo o livro em si, quase vocábulo a vocábulo, é uma conclusão pegada. E quem ler este «Dicionário» não terá dificuldades em tirar conclusões. Mas se você quiser há uma coisa que para mim avulta como conselho a todos os políticos que queiram ser sérios, democratas e patriotas: que é perigoso, é mau, é péssimo, perder o pé das massas populares e trabalhadoras, deixar escapar o norte da defesa dos seus interesses. A partir daí todas as correntes são perigosamente irreversíveis».

Outra questão: 650 páginas não são páginas a mais?

«Não. Faltou-me o tempo (ou faltou-lhe...) para ser mais breve, como dizia o Padre António Vieira... Mas ser demasiado resumido não seria encurtar o objectivo deste livro e até à sua seriedade? Ná! Assim dura mais, pesa mais...»

Conhece reacções de Mário Soares ao seu livro?

«Não. Até hoje não conheço. O que é já uma reacção...»

O caso no Preparatório e Secundário

Informática atrasa 25 mil professores e falta de salas prejudica 31 mil alunos

Mais de trinta mil alunos do Ensino Secundário e Preparatório da Grande Lisboa não terão aulas até Janeiro de 1986 (início do segundo período do ano lectivo) e cerca de 25 mil professores não foram ainda colocados.

Dirigentes do Sindicato dos Professores da Grande Lisboa (SPGL) acusaram ontem o ministro da Educação de «não planificar a abertura do ano lectivo para os diversos níveis de ensino» e de «proceder à abertura simbólica de muitas escolas, ameaçando com processos disciplinares e coacção de toda a espécie».

Os dirigentes daquela estrutura sindical acusaram também o ministro da Educação de «se embrenhar na guerra dos números», acrescentando que se nos números referidos tivessem sido tomadas em conta as escolas do Ensino Preparatório e Secundário que não abrem a 8, mas a 10 ou a 15 de Outubro, seriam afectados mais 10 000 alunos.

Professores não colocados, ou que iniciam o novo ano escolar sem reciclagem, falta de

peçoal auxiliar, escolas degradadas e sem condições para possibilitar um ensino modernizado, falta de instalações sanitárias e de cantinas em zonas onde a população mais precisa de apoio alimentar, foram alguns dos problemas apontados para o Ensino Primário, por outro lado.

Relativamente às escolas que para o Ensino Preparatório abrem em 8 ou 9 deste mês (o Ministério da Educação não tinha até esta manhã tomado uma decisão definitiva neste aspecto), os representantes do Sindicato da Grande Lisboa consideram que «abrem em péssimas condições, necessitam de obras, não têm cantinas ou instalações gimno desportivas».

Os mesmos dirigentes sindicais acusaram o ministro da Educação de pôr em prática medidas que contribuem para o insucesso escolar, como por exemplo — frisaram — possibilitar a dispensa da escolaridade obrigatória, mediante simples atestado médico ou a transição de ano com três disciplinas em atraso, medidas

que contribuem para a redução do insucesso escolar apenas do ponto de vista estatístico.

Os representantes sindicais do Ensino Primário e pré-escolar, por seu turno, acusaram o ministro de desconhecer os problemas do sector e manifestar desprezo pelas condições em que os professores trabalham nesse sector.

Citaram casos de escolas que foram puramente destruídas por vandalismo, como por exemplo a Escola de Telha n.º 2, ou ainda escolas, como Setúbal, em que dois professores são obrigados a dar aulas, de disciplinas diferentes, na mesma sala.

Os representantes sindicais dos professores da Grande Lisboa consideram também que o Conselho de Directores-Gerais, entidade competente para fazer um balanço e plano da situação, «na prática não passa de um mero gabinete de expediente, que não funciona».

Simões Alberto visita escolas

O Ministério da Educação,

que há duas semanas havia promovido uma reunião com representantes da Comunicação Social para anunciar que apenas cinco mil alunos não começariam as aulas, em todo o País, em devido tempo, apresenta números diferentes do SPGL e da própria Federação Nacional dos Professores (FENPROF).

De acordo com um informador do Ministério da Educação, apenas 209 salas de aula (106 na área de Lisboa e 103 no Norte) não abrirão nos dias 8 ou 9, mas deverão fazê-lo até 31 de Outubro.

O secretário de Estado do Ensino Secundário, Simões Alberto, programou uma visita a diversas estabelecimentos de ensino da Grande Lisboa e área envolvente, devendo tornar público nas próximas horas o resultado desta sua deslocação.

O início das aulas do Preparatório e Secundário não mudou nada em relação aos anos anteriores, quer quanto aos problemas decorrentes da falta de salas de aula quer quanto à colocação de professores.

Neste último aspecto, aliás, até piorou: as listas de colocação de professores provisórios voltaram a ser anuladas. Foi a segunda vez que isso sucedeu, apenas em seis dias. Com efeito, a primeira anulação ocorrera na passada quinta-feira. A mais recente foi ontem.

Seis mil candidatos seriamente prejudicados

As listas dos professores provisórios abrangem cerca de seis mil candidatos, correspondendo a cerca de 30 por cento dos professores colocados para o ano lectivo.

Um comunicado do ME indica que a anulação se deve «ao segundo erro de aplicação do programa informático por parte da empresa «Time-Sharing» e a que são imputados todos os incómodos causados».

O Ministério advinha que as novas listas estarão à disposição dos candidatos no dia 4 (6.ª-feira) e apela para a «boa compreensão» de todos os professores provisórios para que se apresentem nas respectivas escolas a partir de dia 7 (2.ª-feira).

A Federação Nacional dos Professores (FENPROF) reivindicou entretanto «o reinício de todo o processo», porque, além do erro detectado pelo Ministério da Educação, existem dezenas de outros erros que afectam centenas de professores profissionalizados ao abrigo da preferência conjugal».

A FENPROF responsabiliza o Ministério da Educação pela colocação tardia dos docentes «e pelas implicações inevitáveis no atraso da abertura do ano lectivo».

Entretanto, a colocação dos professores profissionalizados ao abrigo da preferência conjugal é de muitos desconhecida, se bem que no ME se admitisse que a respectiva lista possa ser publicada nas próximas horas, na folha oficial.

Afirma a esse propósito o SPGL ser «inadmissível» que muitas escolas ainda não tenham colocados mais de 50 por cento dos professores de que necessitam e que haja, por outro lado, professores que «ainda não sabem em que escola irão ser colocados».

Sem jurados e com separação de culpas

Julgamento do "caso FP" começa segunda-feira em Monsanto

O julgamento do processo das FP-25 que segunda-feira se inicia em Monsanto irá realizar-se com separação de culpas e sem participação de jurados, confirmou ontem o juiz presidente Adelino Salvado. Salvado acrescentou que se mantém ainda a hipótese do julgamento poder vir a ser adiado, caso surjam «factos novos» como a possibilidade de ser recapturado o réu Aldino Pinto, evadido da Penitenciária, que solicitara a constituição de um júri.

O sorteio dos cem jurados estava marcado para ontem de manhã de acordo com o decidido pelo juiz titular do processo na única sessão do julgamento até agora realizada. No entanto, o sorteio foi anulado, uma vez que o único réu no processo que tinha pedido a constituição de júri evadiu-se da Penitenciária de Lisboa a 22 de Setembro.

Um advogado de defesa explicou, a este respeito, que a manutenção dos jurados só seria possível se não houvesse separação de culpas ou se o réu evadido fosse julgado à revelia. No entanto, precisou, decorre um prazo legal de 30 a 60 dias após

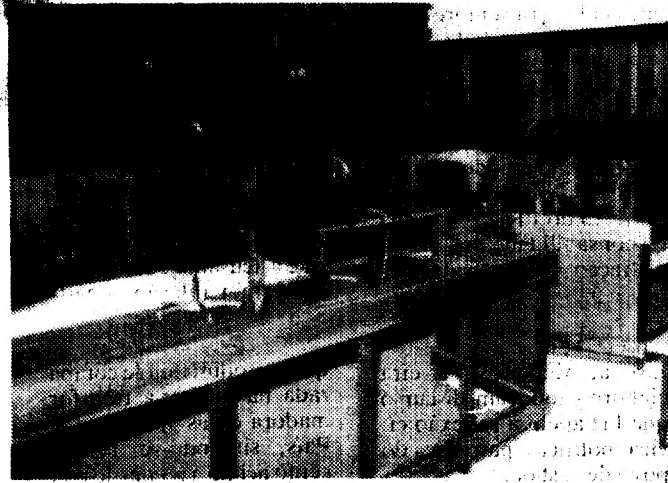
a emissão dos mandados de captura antes de o réu poder ser considerado revel.

Greve

Um dos detidos do «caso FP» em greve de fome na Penitenciária de Lisboa foi ontem transferido para o hospital-prisão de Caxias, disse à ANOP uma fonte da FUP. «O detido, João Castro, foi transferido por estar debilitado, pois ele está em greve de fome e de sede», informou a mesma fonte.

Entretanto, em carta enviada aos órgãos de Comunicação Social, os candidatos da FUP, presos na Penitenciária pedem a demissão do director-geral dos Serviços Prisionais. Aqueles detidos consideram que Gaspar Castelo Branco «se posiciona como os antigos directores de campos nazis». A posição dos candidatos da FUP é justificada pelo facto de aquele responsável prisional tomar medidas sem qualquer suporte legal e manter-nos incomunicáveis 23 horas por dia».

O ministro da Justiça referiu-se entretanto, à evasão da Penitenciária de Lisboa, esclara-



Tribunal de Monsanto: desta vez, sem jurados

recendo que «nada autorizou ou consentiu» que pudesse ter favorecido a diminuição da disciplina e segurança prisionais.

Mário Raposo adianta ter recebido, em 22 de Agosto, um pedido dos detidos que são candidatos da FUP para ser alargado o período de visitas diárias e de disporem de máquinas de escrever, gravador e Televisão. «Dado o melindre do problema», Mário Raposo solicitou um parecer à Procuradoria-Geral da República a qual

entendeu que tais pretensões «seriam razoáveis desde que não afectassem a disciplina e segurança prisionais».

O ministro emitiu então um despacho — a 16 de Setembro — no sentido de serem autorizados os pedidos, condicionando a sua efectivação «à assunção das adequadas medidas de segurança prisional». O despacho não chegou, no entanto, a ser executado, devido à oposição manifestada pelo director-geral dos Serviços Prisionais.

Maldonado Gonelha

'desautoriza'

Ordem dos Médicos

Radiografias continuam gratuitas nos Centros Regionais de Saúde

O Ministério da Saúde recomendou ontem aos Centros de Saúde, que informem os utentes de que não têm de pagar qualquer importância pelos exames radiológicos efectuados nos serviços do âmbito das Administrações Regionais de Saúde. A recomendação do departamento, dirigido por Maldonado Gonelha, surgiu na sequência da decisão tomada pela Ordem dos Médicos, de obrigar os utentes a pagarem os exames radiológicos efectuados «se o ministro da Saúde, dentro do prazo estabelecido não satisfizesse as suas exigências e não homologasse o acordo negociado com a Ordem dos Médicos». Na sua nota Ministério da Saúde esclarece que «os utentes não têm de pagar qualquer importância por esses exames e que, se tal lhes for exigido, são aconselhados a não o fazer e a comunicar o sucedido ao respectivo Centro de Saúde».

O Ministério da Saúde, através da Direcção-Geral dos Cuidados Primários, informa as Administrações Regionais de Saúde que deyerão contactar os médicos radiologistas aderentes ao esquema do Serviço Nacional de Saúde e esclarecê-los da situação e das consequências inerentes à suspensão unilateral das relações contratuais.

A Direcção-Geral dos Cuidados Primários recomenda às Administrações Regionais de Saúde, que intensifiquem a utilização dos meios radiológicos próprios e que contactem os hospitais da sua área no sentido de estes, na medida das suas disponibilidades, assegurarem a realização de exames radiológicos urgentes aos portadores de requisições do Serviço Nacional de Saúde.

O Ministério da Saúde esclarece que «a Ordem dos Médicos não é entidade com legitimidade para celebrar com o representante do Ministério da Saúde, convenções protocolares que fixem as condições básicas ou os pressupostos genéricos que devem ser respeitados nos contratos celebrados para efeitos de prestação de cuidados médicos».

Ministério Público contra tempos de antena da FUP

Um requerimento da suspensão de tempos de antena da FUP colocou ontem este partido na ribalta da campanha eleitoral em curso, apesar da discreta participação que ele nela vinha tendo.

Foi o Ministério Público quem pretendeu que sejam suspensos os tempos de antena na Rádio e na Televisão da referida organização, imputando-lhe a produção em tais oportunidades de «expressões que constituem apelo à violência e ao ódio, ofendendo gravemente a consideração e o respeito» devidos ao poder judicial, conforme documento a que a Anop teve acesso.

Tirante este caso, as campanhas conduzidas pelos partidos aos quais se vaticinam mais expressivas votações não apresentaram aspectos de especial relevo, já que se viraram, como foi apontado por jornalistas, para a atracção do eleitorado indeciso, diligência requiridora de cálculo e tacto.

O partido mais votado no sufrágio de 1983, o PS, desenvolveu a sua acção de propaganda em duas frentes principais, uma através do líder Mário Soares, que esteve no distrito do Porto, outra pelo nome indigitado pela organização para o cargo de primeiro-ministro, o do seu dirigente Almeida Santos.

Dentro do tom moderado exigido por aquele objectivo de campanha, um como outro dos responsáveis socialistas pouparam-se, como aliás tem sido uma dominante da sua campanha, ao discurso polemista, procurando sim acenar ao eleitorado com melhores dias.

Ambos de facto acentuaram a mudança que, a seu ver, a integração na CEE introduzirá na vida portuguesa, insinuando a imprescindibilidade da presença do seu partido no próximo executivo para que essa evolução se concretize.

Mário Soares afirmou em Vialongo que a adesão à CEE permitirá a Portugal recolher anualmente 100 milhões de contos, a acrescentar a idêntica verba do OE, para execução de projectos de desenvolvimento regional, o qual foi tolhido, segundo sustentou, durante dezenas de anos, pela «ditadura salazarista, a guerra colonial e choques petrolíferos».

Almeida Santos não se afastaria das ideias base do discurso de Soares nas suas intervenções no distrito de Leiria, que ontem visitou. Considerou nomeadamente que a grande hipótese de Portugal «está no desafio europeu».

Precisando as vantagens da adesão, indicou a «livre circulação de pessoas, capitais e ideias, todo um fluxo de modernidade que banhará Portugal».

«O fosso enorme que nos separa dos países democráticos vai ser preenchido» — susten-

tu, acrescentando que «este país merece, apesar de tudo, a sua hora de reabilitação».

Também optimista se mostrou o líder social-democrata Cavaco Silva, isso desde que as eleições, que «determinarão o destino de Portugal para os próximos dez anos», dêem a vitória ao seu partido.

Cavaco Silva intervinha em Faro, onde se manifestou confiante no triunfo social-democrata, exteriorizando quanto aos resultados do sufrágio uma só dúvida: a de se o PSD alcançará maioria absoluta.

Intervindo em Vila Real de Santo António, Cavaco Silva enunciou o seu projecto de um governo de «gente competente, determinada e honesta».

«Se o PSD ganhar o país conhecerá novo rumo», assegurou o líder social-democrata, que afastou qualquer hipótese de coligação governativa com os socialistas.

PRD: Lisboa coração da liberdade

Augusto Vilela

O PRD teve ontem o seu teste de multidão, em Lisboa, ao encher por completo o Pavilhão dos Desportos de Lisboa com um público vibrante e entusiasta como já não se via há muitos anos. Tudo isto sem espectáculos, sem música, sem «superstars» e com uma enorme carência de meios materiais e financeiros. A única atracção, além da novidade do PRD, foram os pauliteiros de Miranda, aparecidos aliás de surpresa, e que desceram do Nordeste pela mão do dr. Mourinho, cabeça de lista por Bragança, para estarem presentes no comício nacional do PRD.



No Pavilhão dos Desportos, durante a intervenção de Hermínio Martinho

A predominância de mulheres e jovens voltou a notar-se tal como já havia acontecido no resto do País.

A figura de Eanes esteve sempre presente quer através de espontâneas palavras de ordem do público, quer das bandeiras e fotografias que muita gente ostentava. E uma dessas bandeiras era empunhado, numa bancada, pelo filho mais velho de Ramalho Eanes.

Só faltava a presença física de Ramalho Eanes. Mais uma vez porém foi reafirmado por Manuela Eanes que ele não esteve nesta campanha «mas estará na próxima de certeza».

PRD em bloco

A sensação que se apreende ao fim destes dias de campanha e de enchente de ontem no Pavilhão dos Desportos é de que surgiu de facto um fenómeno novo na vida política e cívica portuguesa que já não é inteligente escamotear mesmo pelos seus mais acérrimos detractores.

Não foi por acaso que o PRD juntou no Pavilhão todos os seus nomes, alguns dos quais é a primeira vez que aparecem nesta campanha, como são os casos de João Botequilha e Miguel Caetano.

Por outro lado, entre a assistência encontravam-se alguns nomes de prestígio no campo democrático — o prof. Emídio Guerreiro, Humberta Delgado, Irene Salgado Ze-

nha. Outro nome conhecido, este aliás na mesa, é David Mourão-Ferreira que também vemos pela primeira vez tão em evidência.

Uma lista bastante longa de oradores, de que faziam parte o jovem João Paulo Silva, Magalhães Mota, Medeiros Ferreira, Correia Gago, Natália Correia, Marques Júnior, Henrique de Barros, Hermínio Martinho e Manuela Eanes prolongou o comício para além da uma da madrugada mas o público manteve-se com o mesmo entusiasmo até final.

João Paulo Silva, em nome da Juventude, foi o primeiro orador, afirmando nomeadamente que os jovens exigem a mudança.

Depois de sublinhar que os jovens não estavam ao serviço de um partido mas «ao serviço de Portugal, por uma democracia social, cultural e económica» apelou ao «voto novo, o voto no PRD».

Henrique de Barros explicou as razões do seu apoio ao PRD e da sua condição de independente. Num discurso de reflexão analisou o que é o PRD e o que se propõe, concluindo que «a vitória do PRD no pleito de Outubro significará a arrancada para tempos melhores para a nossa democracia».

Coube a Medeiros Ferreira a intervenção mais dirigida ao eleitorado de Lisboa,

sem dúvida uma grande força eleitoral. Fez um pequeno preâmbulo para sublinhar que «o verdadeiro espectáculo será sempre o espectáculo da verdade».

Partindo da explicação da presença de Correia Gago à cabeça da lista de Lisboa — uma necessidade de convidar um independente ligado à vida do distrito e ao projecto do PRD — e à sua responsabilidade na administração do Porto de Lisboa e à tese de que a independência nacional esteve sempre ligada ao Porto de Lisboa, Medeiros Ferreira elaborou todo um discurso que faz apelo à reflexão cívica, política e patriótica do povo de Lisboa.

Afirmou que a manutenção da independência nacional tem um símbolo: exactamente o porto de Lisboa.

«Mais: foi a população da capital que dotou o País do seu primeiro Chefe de Estado eleito — o mestre de Avis, Lisboa está na base da implantação do regime republicano em 1910 e foi em Lisboa que triunfou o 25 de Abril.

Assim não há progresso económico, nem libertação social, nem liberdades políticas, nem vigor das instituições democráticas, sem o contributo decisivo da capital. Esta é uma lição irreversível da História de Portugal, ou seja, o progresso de Portugal deve muito a Lisboa».

Defendeu depois a capital perante as forças de retrocesso e da «opressão» que a acusam de ser «parasitária» em relação a certas zonas do País, citando números demonstrativos de que a produtividade comparada na indústria transformadora é das mais altas do País, situando-se 19 por cento acima a média do continente.

Referiu-se em seguida aos problemas que afectam a população de Lisboa, consequência dos erros políticos cometidos e disse que o PRD «que se constituiu para dignificar todas as regiões do País, para fomentar o poder local, para atenuar as desigualdades interterritoriais, também está atento e pronto a actuar na promoção de uma nova fase

do desenvolvimento para a região de Lisboa».

Disse a certa altura que votar nos mesmos partidos seria um «erro funesto» porque «a crise política, social, económica e cultural continuará. E caso vencessem as forças do passado, Portugal não teria um futuro democrático».

Para Medeiros Ferreira, «Lisboa é o coração da liberdade em Portugal. Caso as forças totalitárias penetrassem na capital, a democracia, a liberdade e a justiça seriam ainda mais precárias em Portugal. Esta é a grande responsabilidade dos eleitores no círculo de Lisboa. O vosso voto é fundamental para o bom funcionamento das instituições democráticas em Portugal; só o voto da população de Lisboa no PRD permitirá manter seguro o fiel da balança do sistema democrático português: o general Ramalho Eanes».

Transferir o exemplo de Ramalho Eanes

Marques Júnior fez vibrar a multidão com um discurso de improviso, saído do fundo do coração e dito com o vigor

que lhe pode imprimir um capitão de Abril que viu os seus ideais frustrados pelo comportamento dos políticos quem deu o poder. Foi um discurso dirigido sobretudo àqueles que não viram cumpridas as promessas de Abril e que mais carências têm.

Depois foi o brilhantismo de Natália Correia na defesa sobretudo da presença de Manuela Eanes, e a imagem de seriedade e segurança de Correia Gago na análise de problemas de natureza económica, feita de uma maneira sintética mas assimilável para todos.

Hermínio Martinho fez uma intervenção curta, mais curta do que certamente estava previsto. Na verdade estava tudo dito.

Salientou que gostaria de ter ali o general Ramalho Eanes mas que ele estava presente em espírito.

Criticou aqueles que acusam os homens do PRD de «desempregados políticos» para afirmar que isso ajuda a compreender que esses é que têm feito da política emprego.

Martinho disse, em suma, que o PRD pretende transferir para o Governo e para a Assembleia da República o exemplo de Ramalho Eanes.

Finalmente foi a vez de Manuela Eanes, a encerrar o comício, delirantemente aplaudida.

Transmitiu o testemunho daquilo que aconteceu pelo País fora estes dias afirmando que «um povo que estava de braços caídos, descrente, indiferente perante o fatalismo que já lhe arrasava a alma, de repente começa a descobrir que é possível construir um País novo».

Uma vez mais Manuela Eanes reafirmou que Eanes estará presente na próxima campanha, palavras que provocaram uma tempestade de aplausos no pavilhão.

APU foi à Ribeira

“Mário Soares não me engana mais...”

Eugenio Alves

De manhã, na Feira da Ladra e no mercado da Ribeira, com actores e candidatos, à noite, nas áreas de Oeiras e Cascais, com Álvaro Cunhal, foram os «pratos» escolhidos da variada «ementa» preparada pela APU para o dia de ontem no distrito que dá mais deputados. A forte aposta da APU em Lisboa mantém-se. Os indícios são favoráveis. *Estes ainda lá (no Governo) não estiveram* — grita para as clientes uma vendedora de roupa na velha feira de Santa Clara ao reconhecer Rogério Paulo. Na Ribeira, junto de uma banca de peixe, Rui Mendes vê uma idosa dona de casa pedir-lhe o jornal APU e desabafar, em voz baixa, *tenho votado sempre no Mário Soares, mas agora não me engana mais...*

Reconhecidos sobretudo como intérpretes das telenovelas, os actores (Rogério Paulo — candidato — Henrique Viana, Magda Cardoso, Nicholson e Rui Mendes) não se incomodam. Trocam piropos, oferecem autocolantes e jornais e convidam ao voto «certo». Carlos Carvalhas e Jorge Lemos, mais discretos, menos conhecidos «batem» todas as bancas e clientes. Momento feliz para Rogério Paulo foi o ouvir a vendedora referida, lembrar-se bem da peça em que ele representava a figura de um escritor preso pela PIDE («Escritor, Português, 45 anos» de Santarém). Gosto tanto de teatro. É pena não ter dinheiro para ir mais vezes..., disse.

Na Ribeira, as vendedoras são ainda mais calorosas. Eu queria lá (no Governo) ver o Cunhal nem que fosse por seis meses..., diz uma que quase vai chocar com o carro de mão

em Rui Mendes. Oh sr. tenente — diz rindo para o personagem da «Chuva na Arcia» — preferia que ficasse debaixo de mim e não do carro...

Quase no final da visita os apoiantes e candidatos da APU encontram um inesperado aliado. É, na zona da horta, Fernando Andrade, candidato do PSR («Eu sou do bota-abaixo, do tiro») defende para quem o quer ouvir eles (os da APU) **garantem maior poder de compra aos trabalhadores**. E, piscando o olho para Henrique Viana: **o que é preciso é tirar os votos ao PS e ao PSD**. Um outro vendedor vira-se ainda para Henrique Viana: **então, vamos lá desta vez ou não? Resposta pronta: devagar, mas vamos.**

«Vale muito...»

Já recuperado da voz, o líder comunista ini-

ciou cerca das 19 horas, em Algés, no largo junto à estação, a «maratona» final na área da capital. Há muita gente. Cunhal retoma os temas habituais. Aponta os responsáveis pela crise do País, visa os seus processos eleitorais. **Há uma diferença profunda entre nós e eles. Nós jogamos com a verdade, eles repetem promessas que não vão cumprir.**

Tal como no Alentejo e no distrito de Setúbal dirige um apelo especial aos eleitores socialistas e convida a multidão presente a prosseguir a acção de esclarecimento juntos dos familiares, vizinhos e amigos. No final vê-se em dificuldades para seguir rumo a Porto Salvo onde está previsto um jantar-convívio, com três centenas de pessoas. Querem abraçá-lo, tocar-lhe, dar uma palavra. Um velho militante que pôde chegar junto dele e cumprimentá-lo comenta para os jornalistas **aquele homem vale muito dinheiro.**

No salão repleto do Grupo de Instrução Popular da Amoreira (Alcaldedeche) Álvaro Cunhal usa um tom mais íntimo. É uma zona distinta da Cascais urbana. Há empregados, trabalhadores e pequenos agricultores. A freguesia é de maioria APU. A direita teme a derrota em Cascais nas autárquicas e prevê-se, por isso, uma coligação PSD-CDS. Um jovem candidato da JCP sublinha **«não temos receio de prestar contas do nosso mandato».**

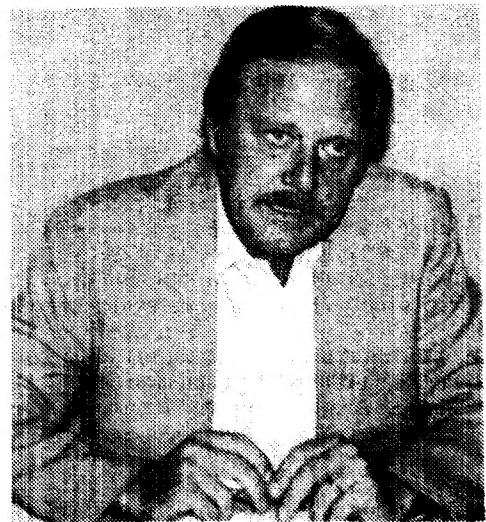
O líder comunista conta como correm as coisas nas zonas que já percorreu. **«Vamos ter mais votos que nas eleições anteriores»**, garante. Refere, ironicamente, a existência de um «acontecimento novo» nesta campanha. São os cartazes com as figuras de Cavaco, Almeida Santos e Lucas Pires. Em vez dos símbolos ou das siglas são as caras. **«Estão muito envergonhados com os seus partidos»**, comenta, para assinalar que um deles (Cavaco) até barafusta contra o próprio PSD, pois as críticas que faz ao actual Governo envolvem necessariamente o seu partido.

«Falam pouco do passado e muito do futuro», diz ainda para considerar que se trata de «fuga às responsabilidades». De Soares diz que **«deve estar a sonhar, já se julga sentado em Belém»**, e refere a passagem da «bola» para Almeida Santos.

Por entre fortes aplausos acentua ainda para o auditório **«não estamos na política para enriquecer, para obter vantagens pessoais ou servir interesses privados. O nosso compromisso é com o povo, com os explorados, com o País».**

nho Almeida Cruz tem ultrapassado as suas competências do processo, isso também é verdade, visto ele ter tornado público opiniões pessoais que condenam os detidos antes de serem julgados» — referiu a mesma fonte da FUP. Entretanto, os candidatos da FUP detidos no estabelecimento prisional de Lisboa acusaram o director-geral dos Serviços Prisionais de ser «um tirano incompetente».

O ministro da Justiça, abordando outra ordem de ideias, declarou que «nada autorizou ou consentiu que pudesse ter favorecido o aproveitamento do sistema eleitoral em termos de ser diminuída a disciplina e segurança prisionais». Esta declaração resulta de notícias afirmando que o ministro da Justiça autorizara os candidatos da FUP, detidos na Penitenciária de Lisboa, «a todas as acções possíveis no âmbito da campanha eleitoral, contra o parecer dos responsáveis prisionais».



Cem intelectuais apoiam Tomé

José Afonso, Vitorino de Almeida, Maria do Céu Guerra e Jorge Fagundes são alguns dos cem intelectuais e democratas independentes que assinam um manifesto de apoio à eleição de Mário Tomé no Parlamento. Em conferência de Imprensa, a UDP acaba de divulgar um manifesto no qual se considera «urgente» a eleição de Mário Tomé «para reforçar a unidade e a luta contra a direita, para uma Assembleia da República mais representativa do País que somos». Para António Vitorino de Almeida «é indiscutível que Mário Tomé se tem caracterizado por ser uma voz que chama as coisas pelo seu nome», sendo essa uma das razões que levam o maestro a apoiar a sua candidatura a um lugar na AR onde — sublinha — «é necessário um deputado de esquerda». Maria do Céu Guerra, por seu turno, justifica o seu apoio a Mário Tomé «pelo radicalismo que faz falta na Assembleia como alerta à consciência das pessoas». Na lista dos cem intelectuais democratas que consideram «obrigatória a voz da UDP» no Parlamento figuram nomes de actores, professores, oficiais do Exército, arquitectos, arqueólogos, funcionários públicos, jornalistas, fotógrafos e músicos, etc. Uma outra lista de dirigentes sindicais e membros de Comissões de Trabalhadores de várias empresas apela também ao voto da UDP considerando os cerca de 70 apoiantes que «o voto na UDP» é um voto no reforço da luta dos trabalhadores». Na conferência de Imprensa, Carlos Marques, do Secretariado do Conselho Nacional da UDP, considerou «muito positivo» o balanço da actividade de campanha da União Democrática Popular, sendo as perspectivas para as próximas eleições de 6 de Outubro «substancialmente melhores» que nas Legislativas anteriores. E pormenorizando: «Só em Lisboa, em 15 dias, a UDP conseguiu 300 novos filiados», na sua maioria provenientes dos bairros pobres e operários residentes na capital. No balanço efectuado, Carlos Marques afirmou que os três pontos principais da campanha da UDP — a suspensão do pagamento dos encargos da dívida externa, o ataque aos privilégios dos ricos e a necessidade de uma candidatura única das oposições — tem sido «um êxito». Interrogado sobre as declarações de Maria de Lurdes Pintasilgo sobre o apoio da UDP à sua candidatura às presidenciais, Carlos Marques afirmou que a UDP «não as comenta», mas considerou que a proposta apresentada «ganhou a cena política». Pronunciando-se sobre as campanhas eleitorais dos restantes partidos, Carlos Marques considerou «muito perigosa e inteligentemente demagógica a campanha de Cavaco Silva», enquanto a do CDS é explícita ao exibir a «mãozinha do terror». Quanto ao PS, afirmou que este Partido «vai pagar a factura por ter aberto a porta à direita». Sobre o PRD: «A montanha pariu um rato...» Finalmente, as outras forças de esquerda «não dão resposta nenhuma aos problemas dos trabalhadores».



Actores na campanha da APU

FUP não vai responder ao Ministério Público

A Frente de Unidade Popular (FUP) não vai responder por escrito ao requerimento do Ministério Público quanto à anunciada suspensão da sua actividade eleitoral na Rádio e na Televisão — disse à Anop uma fonte partidária. «Recebemos o telegrama do Ministério muito tarde e não tivemos tempo de reunir as estruturas competentes» — acentuou a mesma fonte. Fonte que adiantaria que considera «ilegal a atitude do Ministério Público, que enviou o telegrama para a casa da mandatária distrital de Lisboa e não para a sede da organização, como estipula a lei». E ainda: «Como as sedes estão saladas, não temos acesso a elas.» Como é já do conhecimento geral, o Ministério Público requereu a suspensão dos tempos de antena na Rádio e Televisão da FUP. O requerimento do Ministério Público — revela um documento a que a Anop teve acesso — pede que a suspensão de emissão dos tempos de antena da FUP «tenha

efeitos imediatos» e aconteça até ao fim da presente campanha. O pedido contra a FUP baseia-se no facto de no tempo de antena da RTP no dia 23 «terem sido proferidas emissões que, alegadamente, constituem apelo à violência e ao ódio e ofendem gravemente a consideração e respeito que são devidas à Magistratura Judicial e ao Ministério Público, Procuradoria-Geral da República, Polícia Judiciária e magistrados visados.» A FUP, segundo a Anop, é de opinião que não viu no programa em questão «qualquer apelo à violência e ódio» — e que o mesmo programa «foi feito com o sentido de denúncia de arbitrariedades.» (...) «Quando dizemos que a Polícia Judiciária está com a imagem degradada devido a casos de corrupção, nomeadamente em relação à droga e até a sevícias e espancamentos sobre detidos, isso não é uma opinião nova, isso é do domínio público.» Por sua vez, «quando dizemos que o juiz Marti-

Cavaco passou no teste algarvio

Aurea Sampaio

O teste algarvio está feito. Cavaco passou e na comitiva consolida-se a certeza da vitória do líder. Este jamais a põe em dúvida e, tal como Almeida Santos, apenas admite não conseguir a maioria absoluta. Mas o canto dos indecisos continua a preocupar as hostes do professor. Porque «a batalha só termina a 6 de Outubro».

No Algarve, Cavaco Silva julgava-se em casa — ele é natural de Boliqueime, perto de Loulé — e isso conferia um significado especial a esta etapa. Mas não era fácil por duas ordens de razões. A primeira é a influência socialista. O PS tem quatro dos oito deputados pela região (os outros são dois do PSD e dois da APU) e, nas últimas eleições, venceu em todos os concelhos chegando a percentagem a mais de 40 por cento.

A segunda é um homem chamado José Vitorino. É certo que a clubite partidária parece ter feito esquecer aos sociais-democratas da região que ele foi de facto, no Parlamento, um incansável defensor dos interesses algarvios. Mas só as urnas darão o veredicto final: conseguirá ou não o ex-deputado do PSD provocar uma deslocação de votos para a lista do CDS que agora integra? Como «independente», bem entendido.

O cartaz

E para deixar isso clarinho José Vitorino fez colar por tudo quanto é parede neste Algarve um cartaz muito engraçado em que por debaixo de uma fotografia que o mostra com ar zangado se pode ler precisamente o cognome: «o independente». Logo a seguir, a afirmação: «a voz do Algarve no Parlamento». Cá no fundo, tão diluído pela cor — o azul bebé demasiado pálido — e pelo domínio da foto um pouco convicto «Vota lista CDS».

De resto, a propaganda centrista não existe tão polarizada ela está na figura de do «dissidente» social-democrata. Os PSD's garantem que Vitorino tem tido «dificuldades», que «as suas sessões de esclarecimento estão vazias».

Em Boliqueime, terra natal de Cavaco Silva, um homem empunhava um cartaz dedicado «a Vitorino e aos jornalistas mentirosos: esta é a resposta de Boliqueime. A próxima será a de 6 de Outubro». O «DL» quis saber do que se tratava. Resposta: «O Vitorino foi dizer que fez um comício aqui e que a sala estava cheia. Fui eu que arrumei as cadeiras. Pus lá 20 e ficaram vazias».

Também António Capucho, o actual cabeça de lista pelo Algarve, garantiu ao «DL» que «Vitorino só conseguiu encher a sala em Faro onde tinha o Lucas Pires e o Marco Paulo». E acrescentou: «Em Loulé, por exemplo, ainda há dias deu com o nariz na porta. Não tinha ninguém».

É assim, «mudam-se os tempos, mudam-se as vontades». Tão amigos que eles eram ainda há pouco, Vitorino e Capucho, e agora a disputarem-se tão aguerridamente no mesmo círculo eleitoral: Capucho ocupando o lugar que o outro quase considerava seu de direito; este jogando noutro partido o seu futuro político.

Pandemónio

Mas a volta algarvia de Cavaco Silva foi um pandemónio. Percurso nem sempre lógico, com estradas em péssimo estado, uma caravana que tornava por vezes impossível o acompanhamento do líder social-democrata aos profissionais da informação que a isso estão obrigados. Muitas dezenas de carros naquela que foi até agora a maior caravana de toda a campanha; gente que, por vezes, atingia as raízes do historicismo. Queriam estar mais perto de Cavaco Silva e, para isso, nem que fosse necessário fazer ultrapassagens perigosas, pondo em risco tudo e todos. Não raro gerou-se a confusão à entrada de vilas e cidades tornando impraticáveis os acessos, a abarrotar de carros. Para piorar as coisas, um calor pegajoso colava-se a tudo e não havia garrafas de água que suavizassem as gargantas secas de tantos quilómetros e tanto pó.

Havia quem visse no gigantismo da caravana o «dedo» de Cabrita Neto, o influente número três da lista social-democrata que joga tudo por tudo para ser eleito.

Ouvimo-lo falar em S. Bartolomeu de Messines, terra em cuja igreja foi «baptizada» a mulher do líder do PSD. Mostrou a sua convicção de que os «messinenses irão deixar de votar socialista e comunista», qualificou Cavaco de «técnico conceituado» e exortou a população a

votar para «levar o nosso País à riqueza e não à miséria como tem estado até aqui».

O almoço

Em Loulé foi o almoço. Num parque, juntaram-se centenas de pessoas que pagaram 500\$00 para comer com o «senhor professor». Vinham sem proles e as meninas já tinham ido para a escola. E comiam num ápice. Depois, engrossavam o número dos que de pé observavam o líder sentado no meio de uma clareira de olhais. Miravam os seus gestos, estudavam-lhe os gostos, corriam a casa quando ele quis limão e não havia.

E, no fim, quando ele falou três minutos porque estava rouco, e era necessário poupar a voz para os comícios da noite, não se importaram de o escutar assim tão pouco. Pelo contrário. «Aqui está um homem que diz tudo em meia dúzia de palavras». Militante anónimo. Satisfeito.

Cansado e quase sem fala, Cavaco Silva ainda percorreu ontem, só no período da tarde, Silves, Monchique, Lagoa, Lagos, Portimão e Faro.

Em Portimão estava cheio o largo principal, e o presidente do PSD e candidato a primeiro-ministro sintetizou os pontos fundamentais do seu discurso. Mas foi em Faro, ao ar livre, perante cerca de três mil pessoas, que fez uma espécie de balanço — discurso longo, que a fadiga tornou relativamente frouxo.

Manifestou-se «tranquilo, satisfeito, convicto de que sairíamos vencedores». Falou na necessidade de gerar «confiança» para atrair o investimento; no diálogo e da concertação social — «fui eu o primeiro economista que apontou essa via para a resolução dos problemas»; prometeu acabar com os contratos a prazo — «regime excessivamente permissivo que gera instabilidade familiar»; insistiu contra as empresas públicas e os salários em atraso — «cancro único na Europa»; indignou-se contra o PS que promove «espectáculos de elevados custos ante a fome que se vive em certos pontos do País».

Espectáculo foi Mendes Bota, o segundo candidato da lista e presidente da Câmara de Loulé. Criticou todos os partidos; dedicou um poema de Nietzsche a José Vitorino; contou a história de um seu familiar morto há vinte anos e que, mesmo assim, recebeu uma daquelas cartas que o dr. Almeida Santos escreveu aos portugueses; qualificou Cavaco Silva de «patriarca» e, logo depois de «cirurgião». Mesmo assim, dedicou tempo aos problemas do Algarve.

SIC

Carlos Marques (UDP): «A questão da divida externa, o ataque aos privilégios dos ricos e as eleições presidenciais estão postos como os problemas políticos nacionais a que é preciso dar resposta». Graça Patrício (UDP): «Eleger Mário Tomé para o Parlamento significa levar à Assembleia da República uma força, uma voz e, sobretudo, uma denúncia».

Helena Torres Marques (PS): «Se Vasco da Gama fosse Cavaco Silva e Álvaro Cunhal o piloto nunca teríamos descoberto o caminho marítimo para a Índia».

Almeida Santos (PS): «Foi Abril que conquistou as mulheres para a política, mas a desigualdade dos sexos ainda existe na realidade do nosso quotidiano».

Natália Correia (PRD): «Ramalho Eanes, ao não ter assumido a liderança do partido, levou os seus escrúpulos morais para além da lógica e elevou-os a um altíssimo nível exemplar».

Natália Correia (PRD): «O PRD tem sido definido mais como um movimento cívico do que como partido».

Manuela Eanes (PRD): «A atribuição de subsídios às empresas não deve ser para amigos e compadres».

Magalhães Mota (PRD): «Não tem liberdade quem tem fome, quem não tem casa nem esperança».

José Carlos Vasconcelos (PRD): «Enquanto o partido for tido por uma agência de empregos, nada mudará em Portugal».

Hermínio Martinho (PRD): «A vitória eleitoral só está ao alcance de três partidos. O PRD e os dois partidos que estão há mais tempo no governo».

Hermínio Martinho (PRD): «Nos lugares onde haja um presidente da câmara que tenha estado ao serviço das populações e não dos partidos, nós iremos apoiá-lo independentemente do partido a que pertença».

Lucas Pires (CDS): «O CDS quer ter os votos de todos os que têm sido explorados nos últimos dez anos pelo socialismo».

José Maltês (CDS): «Ao Alentejo foi imposto um 'apartheid' comunista».

Miguel Seabra (CDS): «O PSD está a portar-se como uma menina tonta».

Miguel Seabra (CDS): «O oportunismo total é um programa de governo onde cabem os 300 técnicos do PSD, os jovens do PS, as nove medidas do bloco central e o general Eanes».

Álvaro Cunhal (APU): «O PS tem a rua. Rua desimpedida, rua larga que são tão poucas as pessoas que lhes aparecem que podem passar à vontade para um lado e para o outro».

Campanha socialista emperra em Leiria

Jose Manuel Vilaca

O líder socialista Almeida Santos teve ontem um dos mais inúteis dias da campanha eleitoral. Numa longa digressão pelo distrito de Leiria, o candidato socialista a Primeiro-Ministro percorreu, demoradamente, o pinhal de Leiria, atravessou meia dúzia de povoações mas pouco se encontrou com os eleitores, objectivo inicial da visita.

Apenas numa visita ao mercado de Leiria, logo ao fim da manhã, Almeida Santos suscitou entusiasmos populares, conversou com as vendedoras e os consumidores, teve aquilo que, habitualmente, se chama o «banho de multidão», acompanhado por algumas cenas muito próximas da histeria e que, aparentemente, são suscitadas pelo «charme» do dirigente do PS.

«É mesmo simpático para as pessoas», comentava uma peixeira, com o peito tapado por autocolantes socialistas. «Ainda há oito dias esteve cá o Lucas Pires, mas a gente não lhe ligou nenhuma», acrescentou.

Estas afirmações eram sempre acompanha-

das por recomendações ou avisos a Almeida Santos: «Isto por aqui está muito mau. Veja lá se nos arranja mais clientes», dizia outra vendedeira.

Após o almoço, Almeida Santos deslocou-se a diversas localidades da zona norte do distrito, bastiões tradicionais dos partidos da direita. Dizia-se, diziam responsáveis locais do PS, que se pretendia entrar, pela primeira vez, neste território, onde nunca vão dirigentes políticos. Deixando de lado aquilo que já é terreno conquistado — Peniche e Nazaré e, também, a Marinha Grande, aqui porque, dizia-se também, o trabalho porta a porta feito pelos socialistas de Leiria era mais eficaz.

Sucede que sem prévio anúncio na maioria dos casos, sem contactos anteriores quase sempre, a passagem da caravana socialista pelas terras do distrito foi as mais das vezes olhada com indiferença, e a presença de Almeida Santos muitas vezes nem curiosidade suscitava. Percorreram-se, assim, em horas e horas de viagem, Albergaria dos Doze, Alvaiázere, Avelar e Ansião.

Mesmo em Pombal, onde estava prevista a realização de um comício, não se passou de uma pequena concentração igual a dezenas de outras realizadas durante a campanha.

Tudo isto Almeida Santos suportou, mas era evidente na caravana socialista algum mal-estar devido à ineficácia política do programa. Tanto quanto o repórter se pôde aperceber, foram novamente divergências no interior da federação socialista que inviabilizaram outra organização da campanha.

A luta pelo poder na federação, a reacção negativa à presença do ministro Carlos Melancia à frente da lista de candidatos — o ministro, aliás, quase não participou nas iniciativas eleitorais de ontem — teria determinado o falhanço do programa, tal como acontecera, há dias, em Aveiro.

Almeida Santos pronunciou, ontem, dois discursos com algumas novidades em relação ao que tem sido a sua mensagem durante a campanha eleitoral.

Assim, no fim do almoço de Leiria, com quadros locais do PS, o dirigente socialista

reflectiu mais sobre a responsabilização que decorrerá da vitória eleitoral, que tem por certa, do PS. Assim: «As pessoas encaram a política como outros a religião. E esperam milagres. Mas, em política, não há milagres...»

Mais adiante, garantiria que «os jovens vão ter um mundo melhor do que nós tivemos». E justificava: «Eu nasci no mesmo ano do Estado Novo. Sou irmão gémeo do Estado Novo».

Mais tarde, em Pombal, o candidato socialista a Primeiro-Ministro — agora espalhado pelo País em novos cartazes que apelam aos 43 por cento dos votos necessários para a maioria absoluta — fez «um balanço optimista da campanha eleitoral para mim próprio e para o meu partido». «Teremos», disse, «a maioria absoluta para podermos governar sozinhos e sermos responsabilizados por uma política que seja a nossa».

Anunciou, também, a provável queda das taxas de juro em mais 2,5 por cento, ainda este ano, totalizando, assim, cinco por cento a descida daquela taxa, este ano, em consequência da melhoria da situação económica.

CDS: uma viagem de turismo a Cascais

José Manuel Saraiva

Lucas Pires afirmou ontem, em Cascais, que «já não há negócios lícitos em Portugal», que «a corrupção nasce das entranhas do Socialismo», e que é ao Socialismo que cabe a responsabilidade da situação catastrófica em que vivemos do ponto de vista político, social e económico. O presidente do CDS falou assim para uma plateia completamente diferente daquelas para quem já falou em Trás-os-Montes, nas Beiras e até mesmo em algumas regiões do litoral. Esta era outra gente...

Por isso mesmo, Lucas Pires levou ali um discurso mais polido, muito embora tivesse mantido a estrutura que assenta sobre as «ruínas» do sinistro «Estado Socialista». Em lugar de utilizar, o tom comicista que em outras paragens utiliza, o líder democrata-cristão produziu um discurso como se estivesse na tribuna da Assembleia da República do lado de cá do Governo. Não é que a maioria daquela gente que encheu o amplo salão do velho Casino seja politicamente mais culta do que aquela que tem escutado o dirigente centrista em outras cidades e vilas do País; mas é seguramente mais instruída e já tem outros ouvidos...

O discurso de Cascais não teve portanto nada a ver com os discursos pronunciados em Beja ou na Guarda, em Vila Real ou em Setúbal. Lucas Pires atacou o sistema, é certo, mas não nos termos em que o tem vindo a fazer. Malhou de forte e feio no Estado, na administração pública e sobretudo no PS e no PSD, mais no segundo do que no primeiro. Atribuiu a estes dois partidos a responsabilidade do «estado a que isto chegou», e também a responsabilidade de criarem, por exemplo, «altas autoridades contra a corrupção, tão altas que a própria corrupção lhes passa por baixo». A hipótese de um acordo entre socialistas e sociais-democratas, eventualmente firmado logo após as eleições, é coisa que perturba o CDS. E é precisamente por esta razão que Lucas Pires tem vindo a aumentar o tom dos seus discursos nas críticas aos seus mais próximos companheiros de estrada.



Confiante, mas com medo do voto útil no PSD

Um monárquico no CDS

Antecedeu Lucas Pires o monárquico Borges de Carvalho, antigo deputado e «cronista» no jornal de que a sua mulher é directora. Das listas do PPM que integraram a defunta Aliança Democrática, Borges de Carvalho passou-se agora, de armas e bagagens, para as listas do Centro Democrático Social. Mas não se pense que foi longa a viagem empreendida. Ele próprio disse que não veio de muito longe para chegar aonde chegou. Está onde estão as pessoas que «objectivavam os mesmos fins». Por isso está, e muito

bem, no CDS.

Quem algum dia ouviu na Assembleia da República esta monárquica figura reparou que não houve evolução na forma e no conteúdo do seu discurso. Borges de Carvalho continua a utilizar a mesma agressividade e violência verbal que o caracterizaram, e que tão má recordação deixaram no Parlamento. Basta, para nos lembrarmos disso, uma rápida vista de olhos pelos diários da Assembleia. Ontem à noite confessou que «sente vergonha por haver colegas» do seu partido que «renegaram um passado de luta e ingressaram agora nas listas do inimigo

— no PS». Já com as pessoas que enchiam a sala completamente entusiasmadas com o discurso que proferia, Borges de Carvalho deu o ar daquela sua graça e, a despropósito, disse que nunca mais fomos ninguém «desde que o almirante Rosa Coutinho pôs a bota cardada em cima do nosso pescoço». De certeza absoluta que o orador trazia esta ideia atravessada na cabeça e à primeira oportunidade não perdeu.

Um bom comício um grande entusiasmo

O 17.º dia da campanha eleitoral terminou para o CDS de maneira excelente. Na verdade, melhor não poderia ser o comício efectuado no velho Casino. Com a sala a transbordar de jovens entusiasmados e também de grã-fina gente que vai às sessões políticas e leva a melhor fatiota, como se fosse a um espectáculo de gala no S. Luiz, o CDS teve aqui, porventura, a sua jornada mais significativa.

Foi para essa gente que o presidente do partido, sem mostrar cansaço de físico e de ideias, produziu o tal discurso à medida de quem o escutou. Falou da crise, comparou-a à de 1975, e disse que «estamos outra vez» a viver «um Verão quente e vermelho». Onde diabo vê Lucas Pires o encarnado é coisa que não explicou. Mas, enfim, no calor da oração tudo é permitido, inclusivamente brincar com as palavras.

O presidente do partido não poupou ninguém. Malhou com violência no PS e sobretudo no PSD, fez breves referências aos comunistas e também ao PRD acerca do qual disse que cada vez é mais parecido com o PSD. Lucas Pires não explicou esta ideia. Afirmou apenas que o partido de Cavaco Silva mais se assemelha a um PRD à paisana, do que a outra coisa qualquer. A malta gostou deste jogo de palavras e aplaudiu com entusiasmo. Mesmo que não tivessem entendido o alcance da piada, as pessoas gostaram. As pessoas gostam sempre destas coisas...

De Norte a Sul

Valongo: FIFA intercepta comitiva socialista

A comitiva do Primeiro-Ministro em visita oficial ao concelho de Valongo foi ontem interceptada junto das minas do Outeiro de Linho por trabalhadores da FIFA apoiantes da APU. Os trabalhadores exigiam que acabassem os salários em atraso naquela empresa têxtil. Durante breves instantes, a comitiva deteve-se frente à barreira dos manifestantes, que invectivaram o Primeiro-Ministro com palavras de ordem da Aliança Povo Unido. Sem recurso à força, entrevistaram agentes da GNR, permitindo a circulação das viaturas PS. Os trabalhadores da FIFA têm salários em atraso há 35 meses.

MDM: as mulheres melhoram o futuro

O Movimento Democrático de Mulheres (MDM) afirmou que o voto das mulheres portuguesas «pela igualdade, pelos direitos, por Abril, é necessário e urgente». Numa comunicação à Imprensa, o MDM afirma que «de promessas vãs está o inferno cheio», criticando o facto de «em tempo de eleições todos prometerem muito, mas bem poucos cumprirem». Insurgindo-se contra tal facto, o MDM diz que não esquece que «os direitos das mulheres não são aplicados, que as suas reivindicações não são atendidas, apesar de prementes». Objectivos: protecção da maternidade, planeamento familiar, ensino, etc. Segundo o MDM, o futuro será «tanto melhor quanto maior a intervenção e participação das mulheres».

URAP: defesa da Constituição

A União de Resistentes Antifascistas Portugueses (URAP) vai recusar o seu voto a «Partidos que não garantam o respeito

pelo regime democrático conquistado pelo povo em 25 de Abril de 1974.» E dizem: «Fizemos sacrifícios demasiados e não correremos o risco de os ter feito em vão.» A URAP entende que «respeitar o regime democrático significa, em primeiro lugar, defender firmemente a Constituição contra os que nela vêem, e com razão, um obstáculo aos seus sonhos restauracionistas.» A URAP denuncia ainda as leis de segurança interna, o pacote laboral, a inflação e a modificação da lei eleitoral, etc.

Lisboa: contados já 482 votos...

Quatrocentos e oitenta e dois eleitores (482) exerceram já em Lisboa o direito do voto por correspondência — soube a NP de fonte oficial. São os votos de militares e de membros das Forças Militarizadas e dos embarcados de profissão que comprovadamente não possam exercer pessoalmente o direito de voto no dia 6 de Outubro. Não foram aceites votos de pessoas que por motivos turísticos, familiares, pessoais ou de serviço não se possam deslocar às urnas naquele dia. Refira-se que o prazo para os votos por correspondência terminou ontem em todo o País.

Não há sanções para quem não vote

Desde as eleições intercalares de 1979 que não há qualquer tipo de sanção para quem não votar — esclareceu o STAPE face a dúvidas postas pela NP. Uma resolução do Conselho de Revolução, em 14 de Janeiro de 1979, declarou a inconstitucionalidade da sanção então prevista na lei e que era a do votante faltoso não poder ser eleito. A lei eleitoral das autarquias locais, que é de 1976, é que ainda tem essa disposição, mas ele é juridicamente inexistente dada a declaração da sua inconstitucionalidade.

Detidos a votarem, Exército mobilizado

Para permitir aos cerca de 3500 detidos preventivos o direito ao voto que a lei concede, seria «necessário mobilizar todo o Exército» — disse à Anop fonte da Comissão Nacional de Eleições (CNE). Dada esta impossibilidade, os milhares de presos e à semelhança dos anos anteriores não votarão no dia 6 de Outubro. Entretanto, o director dos Serviços Prisionais de Lisboa disse à Anop que a CNE «já demonstrou a intenção de proceder a alterações legislativas, no sentido de que os detidos possam exercer o direito de voto por correspondência».

Feira de S. Mateus: pugilato PSD/PS

A 72 horas do final da campanha pode já adiantar-se que as acções pré-eleitorais decorreram num ambiente de serenidade. E do que se podem queixar muitos candidatos a deputados é que terá havido serenidade a mais... Contra a regra, chocaram as acolhidas de Cavaco Silva na Marinha Grande e de Almeida Santos no Barreiro e — mais flagrante do que esses casos —, sabe-se agora de incidentes ocorridos no domingo passado em Viseu. Cenário: Feira de S. Mateus. Militantes do PSD agrediram um activista do PS. Cenas de pugilato — e alguns dos intervenientes, feridos, tiveram de receber tratamento hospitalar.

Com barras de ferro e matracas

Dois jovens socialistas foram «violentamente agredidos» na noite de terça-feira quando procediam à colagem de cartazes em Coimbra — denunciou a Comissão Técnica Eleitoral Distrital do PS. Acorreu a PSP e os dois jovens foram socorridos nos Hospitais da Universidade de Coimbra. Queixa-crime do PS, que identificou os agressores, que utilizaram, barras de ferro e matracas.

Partido Socialista (PS)

O País sabe que só o Partido Socialista está em condições de dar aos portugueses 3 anos de estabilidade e de progresso, que permitam fazer de Portugal um País mais próspero, mais europeu, mais português. Nenhum outro partido tem condições para governar só, ou sem o PS.

O PS é, por isso, o partido melhor colocado para liderar, nos próximos 4 anos, decisivos, o processo de integração de Portugal na Europa.

Para tanto, é preciso no próximo dia 6 dar ao PS maioria para governar.

Partido dos resultados de 1983 — 36,3% dos votos expressos — o PS precisa apenas de mais 7 pontos (43%) para poder governar com estabilidade durante os próximos 4 anos, dando assim aos portugueses um novo horizonte de esperança.

É a experiência que falta fazer à nova democracia portuguesa: dar a um só partido — o PS — maioria para governar 4 anos, em estabilidade e no progresso, ultrapassando a incerteza das coligações, que sempre se têm revelado extremamente precárias.

O PS é um partido responsável, que ao longo dos anos tem dado ao País uma imagem de estabilidade interna, de coesão, de tolerância, de pluralismo. É um partido de diálogo, com muitos aliados e simpatizantes entre os não socialistas, à sua esquerda e à sua direita. Porquê?

- porque não fugiu nos momentos difíceis;
- porque sempre assumiu as suas responsabilidades, na oposição e no Governo;
- porque é o partido mais identificado com o modo de ser, tolerante e generoso, do Povo Português.

PS não fugiu nas horas dramáticas

Nas horas mais dramáticas, o PS não fugiu — resistiu e conseguiu. Os portugueses sabem que é verdade.

No momento difícil que o País atravessa, o PS apresenta-se ao eleitorado com soluções concretas, globais e sem ambiguidades.

Votando PS, o eleitorado sabe no que vota.

— O PS tem um candidato à Presidência da República — **Mário Soares** — que sem renunciar ao seu partido e à sua luta de décadas em favor da democracia, antes completando-a, assume uma **candidatura nacional**;

— O PS tem um candidato a primeiro-ministro, com qualidades de trabalho e de competência excepcionais — **António Almeida Santos** — que à frente de uma equipa de governo coesa, jovem, responsável, honesta, competente, fará de Portugal um País próspero, mais europeu, mais português;

— O PS tem um programa de modernização da sociedade portuguesa para 4 anos, com prioridades bem definidas e os «dossiers» bem estudados, como nenhum outro partido. Com o PS não haverá perigosas rupturas e a modernização do País far-se-á na concertação, sem sobressaltos nem conflitualidade social excessiva, e em segurança;

— O PS tem uma posição política-ideológica clara no campo do socialismo democrático europeu (que abrange a social-democracia verdadeira), que é conhecida e respeitada em Portugal, na Europa e no Mundo.

Por tudo isto, o voto PS é o voto certo.

Relançamento económico

Readquirido o equilíbrio financeiro externo, controlada a inflação (que em Dezembro de 1985 ficará abaixo de 17%, quando a contratação colectiva se situou acima dos 22%) recuperadas as nossas reservas de ouro, integrados na Europa, estão criadas as condições objectivas para o relançamento económico de Portugal.

— O PS é o partido certo para promover o relançamento económico de Portugal, nos próximos 4 anos, em articulação com a nossa integração na Comunidade Europeia;

— Para tanto, o PS declara guerra à pobreza, guerra à ignorância, guerra ao atraso, guerra à intolerância e guerra à corrupção.

Guerra à pobreza:

— Criando mais riqueza e distribuindo-a melhor por todos os portugueses, na agricultura, na exploração mineira, nas pescas, na indústria, na marinha mercante, no comércio externo e no turismo;

— Criando mais emprego, sobretudo para os jovens, acabando com os salários em atraso e melhorando o poder de compra dos portugueses;

— Promovendo programas especiais de ajuda e de emergência para as regiões degradadas, através da reestruturação de empresas inviáveis e da reciclagem de quadros e trabalhadores;

— Apoiando os portugueses economicamente mais desfavorecidos, os reformados, os pensionistas, a terceira idade, os deficientes, os desempregados e, em especial, os jovens à procura do primeiro emprego.

Guerra à ignorância

— Investindo a fundo, no ensino (em diálogo com as associações profissionais e as associações de pais, alargando o acesso ao ensino superior e promovendo a formação profissional;

— Investindo na investigação científica (em diálogo com as universidades e as empresas) nas novas tecnologias e na cultura (em defesa do património).

— Defendendo o ambiente e a qualidade de vida dos portugueses, em diálogo com as associações de ecologistas e com as associações de consumidores.

Guerra ao atraso

— Modernizando as infra-estruturas (plano intensivo de obras públicas), melhorando os transportes urbanos, abrindo novas vias de comunicação e modernizando as existentes, investindo em infra-estruturas portuárias e aeroportos;

— Criando mais e melhor habitação, recuperando as habitações degradadas, legalizando as habitações clandestinas (criando para tanto as condições de saneamento necessárias), acabando com os bairros de lata e as barracas, em diálogo com as autarquias, as associações de moradores e os utentes;

— Promovendo uma política social integrada, em diálogo com os parceiros sociais, nos domínios decisivos da saúde, da segurança social e da ocupação dos tempos livres (cultura popular e desporto).

Guerra à intolerância

— Promovendo uma política permanente e institucionalizada de concertação social e do diálogo com os parceiros sociais (criação do Conselho Económico e Social) e fazendo participar os parceiros sociais na gestão tripartida do Fundo de Desemprego e nos Fundos de Segurança Social;

— Fomentando uma política de convivência cívica entre todos os portugueses (pensem o que pensarem) na tolerância e na responsabilidade;

— Garantindo a segurança e a tranquilidade dos portugueses, contra todas as formas de violência e de agressão, lutando contra a criminalidade e o terrorismo.

Guerra à corrupção:

— Promovendo a mudança das mentalidades, assegurando o princípio fundamental do Estado pessoa de bem e dotando os cidadãos de instrumentos eficazes de denúncia de todas as formas de corrupção (reforço da independência e dos poderes da Alta Autoridade e do provedor de Justiça);

— Lutando pela descentralização e simplificação da máquina burocrática do Estado e reduzindo o seu peso inter-

venor na sociedade, desenvolvendo a regionalização e afirmando, cada vez mais, as autonomias regionais e o poder local;

— Reabilitando o conceito de sociedade civil, assegurando a divisão efectiva dos diferentes poderes do Estado (para seu mútuo controlo) e prestigiando a função da comunicação social, como instrumento insubstituível de informação e formação da opinião pública e de fiscalização e moralização da vida pública (criação de uma Alta Autoridade para a Comunicação Social de livre escolha da Assembleia da República).

As quatro prioridades

Estas são as grandes prioridades do PS cuja concretização promoverá nos próximos 4 anos, se o eleitorado lhe conferir uma maioria para governar. Com sentido de responsabilidade, patriotismo, honestidade, competência.

O PS confia no bom senso e no patriotismo do povo português.

O povo português pode confiar, uma vez mais, no PS. Vai fazê-lo! Porque o PS foi duas vezes frustrado das suas vitórias eleitorais; em 1978 em 1983. Foi como uma equipa que iniciasse um jogo para ganhar e visse interrompida a partida ao fim da primeira parte. O povo português deve dar agora a oportunidade ao PS de jogar até ao fim: 4 anos para governar!

Em 1989 julgará o PS e, então sim, poderá pedir-lhe responsabilidades. O PS nunca teve, até agora, os meios indispensáveis para governar só. Nem teve o tempo — 4 anos — para fazer o que podia.

Vamos fazer o que falta e está ao nosso alcance: a modernização de Portugal.

Apelo aos eleitores

O PS apela a todos os portugueses, mesmo àqueles que antes nunca votaram PS.

Apela aos eleitores que no passado votaram APU, mas que sabem agora que o futuro de Portugal se constrói na Comunidade Europeia, da qual o PCP se auto-exclui.

Apela aos eleitores que antes votaram PSD, mas que reconhecem que não há condições, hoje, para Portugal ser governado à direita, e que a nova liderança do PSD não dá estabilidade ao País.

Apela aos portugueses, independentemente dos seus credos e ideologias, que compreendam que votar PS é hoje uma demonstração de realismo político e de patriotismo.

Porque o voto PS é o voto útil, o voto construtivo, o voto certo, nesta hora decisiva para Portugal.

Partido Operário de Unidade Socialista (POUS)

Quem somos

Somos trabalhadores como vós, muitos de nós, como por exemplo os 11 candidatos por Setúbal, operários da Lisnave, com salários em atraso há 10 meses e ameaçados de despedimento.

Somos mulheres trabalhadoras (45% dos candidatos) que não vemos como conseguir chegar ao fim de cada mês com os magros salários com que vivemos, que não vemos como dar um futuro decente aos nossos filhos.

Somos jovens trabalhadores e estudantes, que vemos que o futuro que põem à nossa frente é o do desemprego, das escolas degradadas e sem futuro, o melhor dos casos o dos contratos a prazo.

Somos reformados e idosos cuja vida inteira de trabalho é retribuída com vergonhosas reformas de fome.

Somos cidadãos e cidadãs que com o 25 de Abril começámos com o povo trabalhador a abrir caminho ao socialismo e que hoje vemos que querem destruir o que começámos a pôr de pé.

Somos mais de duas dezenas de militantes do PS e do PCP que dizemos que é com a união de todos os trabalhadores e militantes honestos do PS e do PCP que temos que avançar, que não aceitamos o que Mário Soares e Álvaro Cunhal fizeram e fazem do voto que a maioria do povo trabalhador lhes deu.

Candidatos do POUS, sentimos a mesma revolta e indignação que a maioria dos trabalhadores.

Não aceitamos a situação e o futuro que nos querem impor. Unidos, todos podemos compreender, somos mais fortes que os capitalistas, somos mais fortes do que a direita.

Temos direito a um partido dos trabalhadores, um partido que ajudando a unir-nos nos ajude a defender-nos, a modificar esta situação, a conquistarmos o futuro.

Porque é que o povo trabalhador e o País se encontram nesta situação

Há dois anos e meio o povo trabalhador derrotou a AD, deu de novo a maioria dos votos e dos deputados ao PS e ao PCP.

Eles podiam e deviam ter formado um governo a favor dos trabalhadores. Em vez disso o que fizeram?

Mário Soares e a direcção do PS aliou-se ao principal partido da AD para levar à prática a política desta contra o povo trabalhador.

Álvaro Cunhal e a direcção do PCP, conduzindo uma política sistemática de divisão dos trabalhadores, agiu de maneira a facilitar a aplicação das medidas do governo e dos capitalistas contra os trabalhadores.

E quando a força e mobilização dos trabalhadores levou à ruptura da coligação PS/PSD, Cunhal em vez de lançar uma grande campanha de unidade para um governo PS/PCP, empenhou-se a fundo numa campanha para dissolver a maioria PS/PCP na Assembleia da República a fim de fechar a

saída de governo aos trabalhadores e de criar condições, com o PRD, a uma maioria de direita.

É por isto que os capitalistas e a direita puderam e podem atacar. É por isto que chegámos à situação em que estamos.

Mas há 11 anos que isto dura. Os trabalhadores pela sua luta alcançaram conquistas e direitos na via do socialismo, deram a maioria dos votos e o poder ao PS e ao PCP que falavam em seu nome e estes aliaram-se à direita para aplicarem directamente ou deixarem aplicar as medidas dos capitalistas e da direita contra as conquistas, os direitos e a luta do povo trabalhador.

Temos direito a um partido que seja nosso. Temos direito a tomarmos nas nossas próprias mãos a organização de todas as iniciativas para nos defendermos e modificarmos este estado de coisas.

Divididos a nossa revolta torna-se impotente. Unidos somos uma força.

Vêm pedir o voto para quê?

Depois de terem dissolvido a maioria PS/PCP que o povo lhes dera derrotando a AD, vêm de novo pedir o voto.

Para quê? Já ninguém acredita em promessas. Mas se repararmos bem as «promessas» que agora nos vêm fazer são reveladoras das intenções deles.

A CIP, confederação dos grandes capitalistas, não esconde as intenções destes para o futuro. Num inquérito feito aos capitalistas e que acaba de publicar, revela-se que 65% destes não têm qualquer intenção de investir nos próximos tempos.

Desemprego, salários em atraso, ruína, fome, miséria: eis o programa deles para os próximos tempos.

E o que propõem os dirigentes dos partidos que pedem o voto?

PSD e CDS propõem-se governar com os grandes capitalistas, de que são os representantes políticos directos.

Para fazerem o quê? Naturalmente para procurarem prosseguir no caminho de destruição de todas as conquistas do 25 de Abril.

O PRD, propagandeado pelos dirigentes do PCP como partido que fazia falta, que reclama como seu inspirador e chefe o General Eanes, e cujas listas e direcção são compostas por grandes capitalistas e agrários da CAP, não esconde as suas intenções: apresentar à nova Assembleia a lei de liberalização dos despedimentos que o patronato, o PSD e o CDS vêm exigindo, apresentação de uma lei de destruição da reforma agrária, falência das empresas com salários em atraso, fecho ou venda das empresas públicas não viáveis, aplicação da lei das rendas que o general Eanes acaba de promulgar, etc.

E o PS e o PCP — partidos que falam em nome dos trabalhadores?

A direcção do PS reivindica abertamente a política destruidora que conduziu com o PSD no governo contra o povo e vem no seu programa anunciar a intenção, entre outras coisas, de aplicar a lei das rendas, fazer aprovar a lei

dos despedimentos, lei limitando o direito à greve, uma lei de destruição da reforma agrária, a revisão da Constituição de maneira a desmantelar o sector público e nacionalizado à conta do grande capital privado, etc.

A direcção do PCP, declara que seja qual for o resultado do voto o governo que se deve constituir é um «governo de salvação nacional» com membros de todos os partidos e de todos os sectores da vida nacional — quer dizer do PSD, do CDS, do PRD, da CIP, da CAP incluídos. Como é que um governo desses pode defender os interesses dos trabalhadores?

A direcção do PCP procura fechar a saída política aos trabalhadores, e apresentar-se como garante da ordem burguesa.

Todos eles, cada um à sua maneira, declaram que não têm intenção de governar e de agir fora do quadro de colaboração e submissão aos interesses da CIP e do imperialismo.

Para que não restem dúvidas sobre o futuro que todos nos querem preparar, as diversas candidaturas que cada um está a apresentar à Presidência da República, sejam a de Freitas do Amaral, a de Mário Soares ou a da procuradora à Câmara Corporativa de Marcelo Caetano, Lurdes Pintasilgo, inscrevem-se todas nesta mesma política.

O governo que os trabalhadores querem

Os governos que os trabalhadores e a base militante do PS e do PCP querem não são governos como PSD, CDS ou PRD, não são governos de «salvação nacional», não são governos com a CIP e o FMI, não são governos que se proponham fazer a revisão constitucional, desmantelar o sector público, aplicar a lei das rendas, dar mais força aos capitalistas para despedirem e arruinares o País. Não são esses governos que podem resolver os problemas.

O governo que os trabalhadores querem — e foi para isso que deram sistematicamente a maioria ao PS e ao PCP — é um governo das organizações operárias cumprindo o mandato dos trabalhadores, um governo que tome medidas duras, sim, mas contra os capitalistas e não contra quem trabalha.

O Governo que os trabalhadores querem é um Governo que os ajude a tomar o controlo das empresas e que não hesite em confiscar os bens dos capitalistas que fraudulentamente não pagam os salários.

É um Governo que não aceite que as «dificuldades económicas das empresas» possam servir de fundamento para despedir.

— é um Governo que apoie a viabilização das empresas em colaboração com os trabalhadores, no respeito dos interesses destes, e não dos interesses dos capitalistas;

— é um Governo que aumente os salários, as pensões e reformas não hesitando para isso em cortar nos lucros dos grandes capitalistas;

— é um Governo que ponha fim ao roubo escandaloso

dos descontos dos trabalhadores para a Segurança Social e para o Fundo de Desemprego, a favor dos capitalistas que sabotam a economia e não pagam os salários, garantindo o pagamento obrigatório, sob pena de expropriação, de todas as dívidas dos capitalistas e gestão desses dinheiros pelas organizações dos trabalhadores em seu benefício;

— é um Governo que suspenda imediatamente os 140 milhões de contos de indemnizações cujas empresas e herdeiros foram nacionalizadas depois do 25 de Abril;

— é um Governo que corte drasticamente as verbas para as Forças Armadas e que as invista na habitação social, no ensino público, na saúde e no relançamento dos planos de desenvolvimento da economia para assegurar a todos os trabalhadores a garantia do posto de trabalho;

— é um Governo que assegure o direito absoluto ao ensino e à criação de empregos compatíveis com as qualificações adquiridas a todos os jovens;

— é um Governo que reduza os impostos sobre os trabalhadores e os aumente sobre os capitalistas e grandes proprietários;

— é um Governo que ponha cobro à escandalosa fuga de capitais para o estrangeiro (300 milhões de contos) e ao crédito mal parado (300 milhões de contos), instaurando o monopólio de Estado do comércio externo e fomentando o controlo pelas comissões de trabalhadores da banca e de todas as empresas sobre os livros de contas e de todas as operações de capital com o estrangeiro;

— é um Governo que em vez de se submeter ao mecanismo do FMI e da dívida externa que suga o produto do trabalho, se alia e se liga ao movimento de milhões de trabalhadores e dezenas de organizações de massa na via da ruptura com o FMI, com o imperialismo;

— é um Governo que em vez de recear e hostilizar a iniciativa criadora dos trabalhadores, se apoia e apoia decididamente essa iniciativa, não temendo entrar na via da expropriação dos capitalistas, na via do socialismo.

Não há outro caminho, para nós, trabalhadores, nos defendermos e garantirmos um futuro.

As direcções do PS e do PCP recusam formar este governo.

Mas a força e a mobilização dos trabalhadores que fez falhar todas as coligações e governos postos de pé durante todos estes anos contra eles, essa força e mobilização fará falhar os governos que após estas eleições procurem seguir no mesmo sentido.

É essa mobilização que acabará por abrir um caminho a um governo operário e camponês de ruptura com o grande capital na via do socialismo.

Pôr mãos à obra na construção de um partido que seja nosso

Em todos os países, os trabalhadores estão confrontados, mesmo se sob formas diversas, aos mesmos problemas que nós. Em todos os continentes, em todos os países, milhões de trabalhadores desenvolvem gigantescos combates

Continuação da pág. 9

de classes para se defenderem e abrirem o caminho às suas soluções próprias. Em todos os países a experiência que milhares de trabalhadores e militantes fazem da política conservadora das velhas direcções do movimento operário coloca de uma maneira cada vez mais clara a necessidade de se pôr mãos à obra na construção de autênticos partidos operários independentes, na construção da internacional dos trabalhadores.

Juntemo-nos, discutamos livremente. Temos direito a um partido que seja nosso.

Foi para avançar neste sentido que há seis anos muitos de nós, uns vindos do PS, outros da 4.ª Internacional, outros vindos de outras organizações, sem filiação partidária começámos com o POUS a construir os alicerces de um verdadeiro partido dos trabalhadores.

A experiência confirma que não há outro caminho. Agora temos que ser muitos mais, temos que ser nós trabalhadores, mulheres, jovens «não políticos» temos que ser nós

militantes do PS e do PCP fiéis à nossa classe a tomarmos em mãos esta tarefa de construir o grande partido, dos trabalhadores.

Constituímos comissões para avançarmos nesse objectivo através do debate democrático e da acção livremente decidida na defesa dos interesses da nossa classe.

Não aceitamos o futuro que nos querem impor. Há soluções para resolver os problemas. Pode-se e deve-se constituir um governo das organizações operárias que represente os interesses dos trabalhadores, os interesses da esmagadora maioria da população que cumpra o seu mandato a partir do controlo e da execução da vontade dos trabalhadores.

Por uma candidatura socialista operária independente à Presidência

Por isso e porque não há outro caminho os trabalhado-

res, e para ajudar a levar para a frente este combate apoiamos uma candidatura socialista operária independente à Presidência da República e apelamos para todos a subscriverem — a da camarada Carmelinda Pereira.

Candidatos pelo POUS propomos a todos: juntemo-nos em toda a parte em comissões para um partido dos trabalhadores, em comissões para organizar a luta pela defesa do posto de trabalho, dos salários, da habitação, dos nossos direitos que querem destruir.

Juntemo-nos para nos unirmos.

Os sindicatos não estão a fazer aquilo que devem. Juntemo-nos para pôr os sindicatos ao serviço dos trabalhadores.

Juntemo-nos para impormos a saída política conforme os interesses do povo e a vontade da maioria do País.

Que saída imediata? O que fazer? Nós propomos:

A nossa luta é concreta.

Em plena campanha eleitoral todos procuram lançar a confusão nos trabalhadores para os impedir de avançarem. Mas os nossos interesses são muito claros e muito concretos e a via para os defender tem que ser igualmente clara e concreta.

Por isso, nós candidatos do POUS, retomamos a proposta que o nosso camarada Alexandre Leal Ferreira, operário metalúrgico e delegado sindical apresenta a todos os trabalhadores.

Vamos todos pôr mãos à obra em toda a parte para levarmos à prática, empresa a empresa, bairro a bairro, escola a escola.

Vamos todos pôr mãos à obra na construção de um partido que seja nosso.

Nestas eleições o voto útil não é o voto para a política que vão fazer contra nós.

O voto útil é o POUS, é o voto para dar força a este combate.

A emancipação dos trabalhadores é obra dos próprios trabalhadores.

Partido da Democracia Cristã (PDC)

Ao fim de 11 anos de Revolução um Programa de Governo para salvação nacional, tem de apresentar propostas em muito divergentes das formas e orientação da governação do regime pós-25 de Abril.

Só é crível um Programa de Governo que represente uma verdadeira viragem nos aspectos políticos, sociais e económicos.

Batalhar nos velhos «slogans» de «conquistas irreversíveis» e «limites materiais de revisão constitucional», só pode representar uma atitude de grave irresponsabilidade e retrogrado conservadorismo.

Só por capricho ideológico se pode resistir à evidência do falhanço do rumo ao socialismo.

O Partido da Democracia Cristã — PDC — coloca-se na posição realista de enfrentar os problemas e, sem carga ideológica, formular medidas de recuperação do País. A própria doutrina social cristã, que enforma o PDC, não representa uma visão parcelar ou maniqueísta da sociedade. Dirige-se ao Homem integrado numa sociedade, articulando a personalidade individual e a comunidade onde se insere.

As medidas que se seguem, não pretendem ser exaustivas. Apenas constituem um indicativo, em alguns domínios, do espírito das reformas com que o PDC avança, sendo o Governo, ou pelas quais propugnaria, em coligação governamental, ou em acordo parlamentar, com partidos não marxistas.

Estado da Nação

Os números da revolução são aterradores: défices acumulados da balança comercial da ordem de mais de dois mil milhões de contos, saldos negativos acumulados da balança de transacções correntes à volta de 880 milhões de contos. Dívida pública — só do Estado — do total acumulado de mais de 2000 milhões de contos. Das 635 toneladas de ouro que restam, grande parte encontra-se penhorada. A restante não chega para pagar a dívida externa. Esta cresce ao ritmo de 3% e atinge já a cifra de 15 bilhões de dólares. Equivale a cerca de 80% da produção nacional dum ano inteiro. Excede em 70% as reservas de ouro (mesmo avaliadas a preços de mercado).

Das receitas da exportação, turismo e remessas de emigrantes, 35% tem de ser afectada ao pagamento de juros, amortizações da dívida externa, a médio e longo prazos.

O produto interno bruto, nestes últimos 10 anos, apresentou uma taxa de crescimento média de 2,2% (e anos houve com taxas negativas). Nos 5 anos antes do 25 de Abril a taxa era de 7,4%.

No último ano, a produção nacional baixou 2%. O investimento caiu no último ano 20%. O investimento em equipamentos baixou 31%. O investimento em construção caiu 10%.

As despesas com infra-estruturas (obras públicas, incluindo meios de comunicação) baixou, no último ano, 23%. O consumo privado baixou, no último ano em 3% enquanto o consumo público aumentou cerca de 3% — quando deveria ser o contrário a verificar-se.

A inflação situou-se, no último ano, em 29,5%. Pior que isso, os salários baixaram 15% (descida salarial). Em 1973, a taxa de inflação era de 13,1%. O índice de preços no consumidor passou (em 1973) de 57,8 para 536,1 (em 1984). O dólar, em 1973, valia 25\$70 e, em 1984, 173\$00.

O desemprego visível acentua-se na ordem de 12%.

As notas em circulação, em 1973, correspondiam a 49 milhões de contos. Em 1983, atingiram a cifra de 257 milhões de contos.

Por outro lado, os gastos com os órgãos de soberania têm experimentado subidas vertiginosas.

A Assembleia da República, incluindo a subvenção aos Partidos (com assento parlamentar) foi de 31,8 milhares de contos (em 1974) e de 1846 milhares de contos (em 1983).

Um deputado custava ao País, em 1975, 137 contos/ano. Em 1984, passou a custar 5125 contos/ano (incluindo a subvenção). Em 1985, um deputado passou a custar ao País a astronómica soma de 7384 contos/ano. É preciso não esquecer que os próprios deputados se aumentaram principlamente.

A Assembleia da República, nestes onze anos, aumentou o seu orçamento quase 60 vezes mais.

A Presidência da República foi aumentada, no mesmo período, cerca de 40 vezes.

Os números falam por si. Indicam o rumo do abismo e a qualidade de vida, ou de sobrevivência, dos Portugueses.

Pacto com Portugal

Algumas propostas do PDC

1 — Constituição

Revisão urgente da Constituição da República como en-

trave que é a toda a demais legislação ordinária, abolindo-se todas as enunciações de teorias ou «praxis» económicas de cariz marxista.

Abolição da referência ao rumo ao socialismo. Uma só meta pode ser indicada — a democracia e o bem de todos os Portugueses sem qualquer distinção de classes ou outras.

Introdução da figura do referendo. (É também publicado, nesta data, o Projecto de revisão Constitucional do PDC).

2 — Política económica e financeira

Desnacionalização indirecta da maioria das empresas públicas deixando-se apenas na mão do Estado as que não forem rentáveis, que sejam essenciais à comunidade ou que representem sectores que não podem sofrer oscilações por conflitos de mercado ou laborais.

Pagamento das nacionalizações, expropriações e indemnizações aos espoliados do Ultramar. Estes pagamentos serão feitos em títulos de tesouro e dação das acções das empresas nacionalizadas.

A recuperação desses bens, por efeito desses pagamentos, dinamizará a propriedade e iniciativa privada como únicos motores de uma economia de progresso.

Estabelecimento das regras de economia social de mercado.

Diminuição das despesas públicas de gestão de empresas, deixando o Estado de tentar a captação de poupanças, baixando-se, assim, as taxas de juros, relançando-se o sector privado, que utilizará, directamente, as suas poupanças.

Redução da carga fiscal que tem sido utilizada, essencialmente, para cobrir os défices das empresas públicas.

Política de contenção do valor do escudo.

Cobertura, em parte, da oscilação de preços, quanto a produtos essenciais à maioria da população.

Renegociação responsável da dívida externa.

3 — Política fiscal

Da retirada do Estado da actividade económica, resulta o alívio da carga fiscal.

Redução do imposto profissional aos níveis mais baixos. Diminuição da taxa do imposto complementar, aumentando o número e valor das deduções e isenções para aposentados.

Revisão do IVA de modo a isentar os livros ou material relacionado com a saúde, educação, cultura e atenuando-se as taxas em sectores francamente não reprodutivos e sem cariz económico.

4 — Política de família e juventude

Sistema de previdência para donas de casa. Subsídios aos jovens habilitados em estudos ou profissões, até obterem o primeiro emprego. Subsídio a lares de estudantes.

Combate à degradação dos costumes e à dissolução da família.

5 — Saúde

Reforço de dotações orçamentais para os ministérios afectos à saúde.

Melhoria rápida, em equipamento e pessoal, dos hospitais distritais, descongestionando os hospitais centrais.

Saneamento básico, nomeadamente em praias.

Combate à poluição industrial e outras formas.

6 — Educação, cultura e desporto

Efectividade da escolaridade obrigatória, concedendo-se meios às famílias mais carecidas.

Dotação orçamental para o ensino pré-escolar.

Aumento do número de universidades e maior facilidade de acesso às universidades do Estado. Universidades ao serviço do progresso e da comunidade.

Reforço da segurança das escolas contra actos de vandalismo e outros.

Incremento do ensino intermédio, técnico e profissional. Promoção da frequência de museus e bibliotecas, reforçando as capacidades de atendimento.

Maior abertura dos meios de comunicação social ao fomento da cultura e da divulgação dos valores e história pátria. Intercâmbio cultural com os países de expressão oficial portuguesa.

Assunção de medidas para segurança e tranquilidade nos estádios desportivos.

Fomento das actividades desportivas entre a população, sobretudo mais jovem, aumentando o número de parques desportivos.

7 — Habitação e qualidade de vida

Política de solos combatendo a especulação através da venda condicionada de terrenos das autarquias com compensação a estas.

Travagem do crescimento suburbano, enquanto degrada a qualidade de vida da população. Preferência por aglomerados urbanos de tipo médio. Recuperação de habitações degradadas e progressiva eliminação de bairros-de-lata, por intervenção das autarquias.

Revisão de rendas, caminhando progressivamente para o mercado livre de habitação, de acordo com o crescimento da oferta, com o desenvolvimento da construção civil.

Impedimento à alienação de andares, por largos anos, quando a aquisição derivou de uso de direito de preferência pelo inquilino.

Condicionalismo da transmissão por trespasse à intervenção do senhorio.

Revisão de leis do inquilinato por trespasse à intervenção do senhorio.

Revisão de leis do inquilinato desincentivadoras do investimento no mercado de arrendamento.

Resoluções das graves questões de integração dos desalojados.

Urbanizações sujeitas à racionalização dos espaços de modo a que sejam dotados, relativamente a certas áreas, de estabelecimentos, indispensáveis à fixação das populações.

Política de espaços verdes.

8 — Política laboral

Averiguação dos casos de salários em atraso e medidas coercivas em situação de disponibilidade financeira.

Flexibilização da contratação laboral, facultando o despedimento em casos justificados. Consequente redução dos contratos a prazo. Moratórias no pagamento de dívidas à Previdência e redução de tais encargos.

Pacto entre os parceiros sociais para salvação de Portugal.

9 — Segurança social

Aumento das pensões, a níveis progressivamente mais altos, de modo a situarem-se e atingirem o valor do salário mínimo nacional.

Medidas contra a capitalização dos recursos da Previdência.

10 — Justiça e segurança pública

Dignificação das funções judiciais, aumentando o número de juizes, do pessoal de secretarias e equipando, eficazmente, os tribunais em meios técnicos.

Estabelecimento de prazos processuais máximos de ultimação de processos, penalizando-se o Estado por incumprimento dos mesmos.

Revogação da Lei do Aborto.

Revisão de leis penais e outras de benevolência e permissividade.

Legislação contra o terrorismo, violência, banditismo, corrupção, droga e outros flagelos de ordem social.

Instituição do serviço nacional contra incêndios. Reorganização da Polícia Judiciária de modo a obter-se o máximo de isenção.

11 — Emigração

Isenção do imposto de capitais em depósitos a prazo, em divisas, constituídos por emigrantes.

Votação dos emigrantes para a eleição do Presidente da República.

Alargamento do número de deputados de representação dos emigrantes da Europa e Fora da Europa.

Aumento do número de postos de recenseamento no estrangeiro.

Incremento do ensino do Português aos filhos dos emigrantes na base do acordo com os governos dos países de emigração, preservando o património linguístico, cultural e de lusitanidade.

12 — Agricultura e pescas

Reorganização agrícola, com aumento de pontuação das reservas, e inquérito às unidades colectivas. Defesa do produtor.

Facilitação de crédito à lavoura.

Combate à marginalização do homem rural.

Reorganização e modernização da frota pesqueira.

Patrulhamento efectivo, em meios aéreos e navais, do mar territorial do continente e regiões autónomas.

Revisão dos acordos de pesca com a Espanha de modo a não prejudicar, prioritariamente, os pescadores nacionais.

13 — Transportes

Revisão da estrutura de transportes, privilegiando os meios nacionais.

Acumulação da construção de auto-estradas ou grandes rodovias.

Ordenamento e escalonamento de áreas de turismo, promovendo o seu incremento, sem se perderem as características e peculiaridades regionais.

Promoção do turismo interno, e de baixa estação, incentivando fiscalmente as realizações nesse sentido.

14 — Comércio, indústria e energia

Correcção fiscal dos encargos de actividade comercial e industrial. Política de preços acutelados, incentivos à concorrência directa sem intermediários.

Valorização dos recursos nacionais em subsolo e ordenação do seu aproveitamento.

Instalação de energia nuclear, como recurso e complemento, acatando poluição e efeitos secundários.

Revisão dos «dossiers» de integração na CEE. Preparação para a mesma em debates, seminários e medidas adequadas e incentivadoras para a integral efectiva.

15 — Comunicação social

Abertura da televisão à iniciativa privada como forma de eliminar o monopólio, a manipulação da informação e a censura indirecta.

Revisão da legislação do Conselho da Comunicação Social, conferindo poderes coercivos e executórios às suas deliberações.

Publicação de legislação que obrigue a efectiva igualdade de todos os partidos, na Comunicação Social estatizada, a partir da dissolução da Assembleia da República e marcação de novas eleições.

16 — Reforma administrativa

Racionalização dos serviços dos vários ministérios e dependências de modo a diminuir custos e número de funcionários, desburocratizando e aliviando formalidades.

Descentralização e desconcentração de serviços, regionalizando muitas das estruturas.

Maior dignificação e independência do provedor de Justiça, concedendo-lhe poderes de recomendação-sancionatórios.

17 — Relações externas

Consolidação, em interdependência, mas sem perda de autonomia, da posição de Portugal no seio da NATO e da ONU.

Tratamento privilegiado às nações de expressão oficial portuguesa como forma de encaminhamento para uma comunidade lusófona em coerência e dignidade com a nossa história.

Criação de um secretariado das comunidades da língua portuguesa, abrangendo também núcleos de portugueses espalhados pelo mundo.

Defesa de soberania portuguesa em Timor e dos interesses nacionais em Macau.

18 — Defesa nacional

Diminuição progressiva dos encargos com os vários ramos das Forças Armadas, considerando o clima de paz e o reaproveitamento de tais recursos em outros domínios do desenvolvimento nacional.

Reequipamento sofisticado das Forças Armadas.

Regulamentação do serviço militar, reduzindo-o ou eliminando-o em certos casos.

Pagamento de soldadas próximas do salário mínimo nacional e serviço militar com período de instrução cívica e cultural.

19 — Poder local

Observância integral e desenvolvimento da autonomia dos Açores e Madeira.

Encaminhamento para o desenvolvimento regional no sentido de um Portugal das regiões.

Concessão de meios para as autarquias melhor realizarem, com independência, as suas competências.

Federação de municípios, regiões e outras formas de associativismo autárquico.

Partido Renovador Democrático (PRD)

O Partido Renovador Democrático é o único novo partido que se apresenta às eleições de 6 de Outubro. Mas, sobretudo, é um partido novo e diferente, uma lufada de ar fresco, no nosso panorama político, que se perspectiva como a única alternativa democrática à situação que os portugueses têm sofrido nos últimos anos. Não podem, evidentemente, realizar a mudança indispensável os partidos que são os responsáveis pelo estado em que o País se encontra.

Criado por um imperativo patriótico, cívico e democrático, face ao bloqueamento e degradação moral da política e ao constante agravamento das condições de vida dos portugueses, sobretudo dos trabalhadores e dos mais desfavorecidos, o PRD quer restituir a esperança aos portugueses e assegurar-lhes que vai cumprir a esperança. Cumprir a esperança, garantir uma efectiva e completa democracia política, promover a democracia económica, social e cultural — pois a liberdade, a justiça, a segurança e a educação são inseparáveis — são os objectivos essenciais do PRD.

Para atingir estes objectivos, o PRD entende que é essencial uma moral e uma prática novas que pressupõem uma outra democraticidade ao nível dos próprios partidos, uma outra forma, aberta e dialogante, de inserção na sociedade, uma outra seriedade, honestidade e competência. Tendo surgido com base no movimento que levou à reeleição do general Ramalho Eanes, o PRD tem como referência fundamental o exemplo da sua acção política de Estado e constitui-se à volta de valores, princípios e projectos.

Nem estrutura de apoio a uma figura de salvador, nem anúncio milagroso de uma ideia redentora, o PRD encara a política como um serviço público de que os portugueses, mas todos os portugueses e não somente alguns, devem ser os sujeitos e os beneficiários. Por isso o PRD propõe-se mobilizar os cidadãos em geral para as grandes tarefas nacionais do desenvolvimento, da justiça, do diálogo, da estabilidade, do equilíbrio — valores representados pelo seu símbolo, a Balança.

Um partido novo

O projecto e o programa do PRD começam, pois, pela defesa da imprescindibilidade de uma nova ética, e uma nova forma de fazer política que permitam vencer o ceticismo e a descrença em que os portugueses hoje vivem e os façam de novo acreditar em que o governo, em todas as instituições e nos próprios partidos, essenciais à democracia.

Isto só é possível através do exemplo que deve vir de cima. E através do exemplo de um partido de facto novo, como o PRD é, que consagra a vida a democracia interna, a liberdade de consciência e de expressão dos seus membros, o pluralismo de opiniões, que propugna a limpeza de processos, o valor do diálogo, a necessidade do consenso; que defende a descentralização e a criatividade a todos os níveis.

Um partido que combaterá sem tréguas a corrupção, que começa na escolha das pessoas para os cargos por serem correligionários ou amigos e não por serem os melhores; por isso o PRD garante que, se for poder, a escolha para todos os cargos públicos será feita em função de critérios de honestidade, capacidade e competência, com recusa de todos os compadrios e clientelismos.

Um partido que entende que regionalizar, descentralizar e reforçar o poder local — na prática e não por palavras... — é fundamental para o País.

Um partido contra o actual monopólio partidário e que defende que os cidadãos devem apresentar listas independentes quer para as eleições autárquicas (câmaras municipais), sendo um escândalo que tal continue a ser proibido, quer mesmo, no futuro, para o Parlamento, em relação ao qual se defendem profundas alterações, a começar pelo modo como são eleitos os deputados.

O compromisso dos deputados

Ora, as eleições de 6 de Outubro são para deputados, e por isso deve salientar-se tudo que de inovador o projecto e o programa do PRD propõem neste domínio. O PRD defende que os deputados devem ser cidadãos representantes do povo que os eleger e não mandatários ou mesmo funcionários (como em geral vem acontecendo) dos partidos em cujas listas são eleitos.

Por isso o PRD consagra nos seus estatutos que o deputado eleito nas suas listas deve auscultar as opiniões e os anseios das populações e regiões que representam, para lhes dar voz, e depois prestar-lhes contas; e os deputados do PRD gozam de inteira liberdade de voto, sendo a única excepção imposta pela necessidade de assegurar a estabilidade de uma governativa de um executivo em que o partido participe.

Aliás, os candidatos a deputados do PRD assumiram perante os portugueses — o que também é novo, e nunca anteriormente quaisquer outros candidatos fizeram — um compromisso solene e formal, por eles subscrito, nos termos do qual caso a confiança dos seus concidadãos os eleja para a Assembleia da República, se obrigam a:

Quanto ao modo do exercício do seu mandato.

1. Colocar em primeiro lugar, em todas as votações em que participem, os interesses do povo português, tal como em sua consciência, isto é, por forma livre e independente, os entendem;

2. Desempenhar o seu mandato com assiduidade, empenhamento e activa participação nos trabalhos parlamentares;

3. Respeitar os que não pensem da mesma maneira, procurando ultrapassar divergências para dignificar Portugal e contribuir para a melhoria das condições de vida dos cidadãos;

4. Denunciar, com clareza e frontalidade, a corrupção e o clientelismo, procurando contribuir para a escolha para todos os cargos públicos seja feita apenas em função de critérios de honestidade, capacidade e competência;

5. Acompanhar criticamente a acção do Governo e da administração pública fiscalizando-a, incentivando a satisfação dos interesses legítimos da sua região e respectivas populações, procurando trazer para a vida política as preocupações, necessidades e aspirações dos seus cidadãos;

6. Contactar os eleitores e prestar-lhes contas sobre o modo de exercício do mandato que lhes for confiado.

Quanto à forma de organização do poder e de democratização da sociedade.

Enquanto grupo parlamentar, e sem prejuízo da liberdade e independência referidas no ponto 1 e estatutariamente consagradas, os candidatos a deputados do PRD comprometem-se, quanto à forma de organização do poder político e de democratização da sociedade, a procurar que a Revisão Constitucional venha a consagrar:

— o reforço da componente presidencial do regime e dos poderes de fiscalização do Parlamento;

— o direito das petições de cidadãos serem objecto de debate parlamentar e a consagração dos referendos sobre problemas específicos e bem definidos;

— o termo do monopólio partidário, como veículo de representação nacional e autárquica e, de um modo geral, a correcção dos excessos de partidarização.

Mais se comprometem a propor iniciativas legislativas de:

— revisão da lei eleitoral que permita a tradução mais fiel da vontade dos eleitores;

— reformulação da lei das finanças locais, no sentido de melhor realização do princípio do poder local, segundo critério de responsabilização e de eficiência;

— remodelação do sistema judicial no sentido de o tornar mais acessível à generalidade dos cidadãos e dar maior celeridade à administração da justiça;

— revisão da lei que concede determinados privilégios aos vários órgãos do poder, inclusive aos deputados, na parte que foi vetada pelo Presidente da República, e que, não obstante, o anterior Parlamento voltou a aprovar.

Por outro lado, o PRD entende ser insustentável a actual situação em que há fome, cerca de 500 mil desempregados, trabalhadores com salários em atraso (situação única no mundo!) e com contratos a prazo; uma situação que levou a que no último ano do Governo PS/PSD o poder de compra dos trabalhadores descesse mais de 10 por cento e, caso único nos países da OCDE, aumentasse ainda mais a transferência de rendimentos do factor trabalho para o factor capital.

O PRD defende ideias novas e respostas novas para os problemas que a actual situação coloca e para os desafios da modernidade. Não nos queremos definir em termos ideológicos tradicionais, mas sabemos que existem clivagens ideológicas nítidas, a que não nos furtamos.

Procuramos, porém, que a rigidez das ideologias não acabe por afixar a novidade das ideias e o pragmatismo das soluções. Defendemos a liberdade e todas as liberdades, mas também a justiça social que não se compadece com uma situação como aquela que referimos, e que, em muitos casos, é já de miséria.

Defendendo valores e princípios que se poderiam enquadrar no largo espaço, habitualmente designado por socialismo democrático e social-democracia, ao PRD interessam-lhe mais, porém, a prática e as pessoas do que os rótulos e os "slogans".

Por isso que nada tememos ver certos partidos que, teoricamente, se reclamam do socialismo democrático, e da social-democracia, mas que, na prática, não cumprem os seus programas; por isso que pessoas que, teoricamente, não se reclamam desse espaço ideológico tenham o seu lugar próprio no PRD se, na prática, pautam a sua vida e a sua acção por valores e princípios no essencial semelhantes aos que defendemos, pela seriedade e pela honestidade.

As medidas mais urgentes

Dentro destes parâmetros, o PRD tem sujeito à prova enriquecedora do debate as suas bases programáticas, de mais de 200 páginas, nas quais se fazem propostas concretas (que não são as habituais medidas "receitas milagrosas" apresentadas em campanhas eleitorais... para nunca serem cumpridas) nos mais variados domínios. O PRD tem, igualmente, uma proposta eleitoral, de cerca de 80 páginas em que apresenta aos portugueses as políticas e medidas que considera mais urgentes ou importante prosseguir, para pôr cobro à situação a que se chegou.

De modo mais imediato, e de acordo com estas bases programáticas, os candidatos a deputados do PRD, no compromisso perante o eleitorado que atrás se referiu, obrigam-se, se forem eleitos, a:

a) Defender novas regras para a comunicação social estatizada de forma a assegurar-lhe condições de verdadeira independência, designadamente nos casos da RTP e da RDP.

b) Promover uma discussão aprofundada e participada dos principais instrumentos da política económica do Governo — Plano e Orçamento do Estado — de modo a que se torne possível a definição de um modelo estratégico de desenvolvimento para Portugal, no qual o mercado desempenhe um papel regulador fundamental do sistema económico e o planeamento tenha lugar primordial como orientador da economia, tendo como objectivo permanente a melhoria da qualidade de vida do povo português.

c) Defender a verdade orçamental, acabando com os défices ocultos ou criando, progressivamente, condições para que terminem em curto prazo, o mesmo devendo acontecer com as despesas cuja transparência é violada por designações genéricas.

d) Propor medidas tendentes ao saneamento financeiro que assegure a normalidade da vida empresarial, pública, cooperativa e privada, e dê ao Estado credibilidade como pessoa de bem que honra os seus compromissos.

e) Propor medidas que rapidamente permitam o auxílio financeiro do Estado às empresas, necessário à satisfação de salários em atraso, integráveis nas medidas propostas no número anterior.

f) Pugnar por uma política fiscal eficaz e maior justiça distributiva, com menos penalização da produção e do trabalho e com uma decidida actuação contra a fraude e evasão fiscais.

g) Combater o actual sistema de tutelas múltiplas sobre o sector empresarial do Estado e defender a introdução de mecanismos de regulação das relações Estado/empresas que fixem os direitos, garantias e obrigações de ambas as partes. Deverá igualmente ser garantida aos gestores uma avaliação por critérios estritos de eficiência e competência profissional, responsabilizando-os efectivamente pela gestão e preservando a máxima autonomia da gestão empresarial compatível com o cumprimento dos objectivos estabelecidos.

h) Defender a criação de condições tendentes a libertar a cultura as diversas formas de informações e comunicação, de quaisquer tutelas, assim evidenciando sempre que a cultura não deve ser dirigida nem tutelada.

i) Promover a valorização dos recursos humanos portugueses através de políticas articuladas nas áreas do sistema educativo, investigação científica e tecnológica e emprego e formação profissional.

j) Propor a revisão das leis laborais existentes, no sentido de um enquadramento legal propício à concertação social, na base da contratação colectiva de trabalho enquanto instrumento de regulamentação arbitral dos justos interesses dos trabalhadores e dos empregadores.

k) Propor que os recursos do Fundo de Desemprego sejam orientados para uma maior utilização na garantia de um rendimento familiar mínimo para os trabalhadores sem recursos.

l) Propor modificações à chamada "lei das rendas" no sentido de salvaguardando a defesa legítima e necessária dos interesses dos senhorios e locatários, assegurar aos estratos de baixo rendimento o direito elementar a uma habitação condigna.

m) Propor um diferente enquadramento institucional de Alta Autoridade Contra a Corrupção, colocando-a na dependência da Assembleia da República e estendendo a sua jurisdição aos actos dos membros dos órgãos de soberania.

n) Rever a lei de responsabilidade dos titulares de cargos políticos bem como as sanções aplicáveis e os respectivos efeitos, em ordem a moralizar o exercício do poder político.

Assim, queremos dar a vez e a voz aos portugueses.

23.º CARTÓRIO NOTARIAL DE LISBOA

SITIO NA ALAMEDA DAS LINHAS DE TORRES, 253
— LISBOA —

CERTIFICO, para efeitos de publicação que, por escritura de 27 de Agosto, corrente, lavrada a folhas 52 verso e seguintes, do livro trinta e dois C, das notas deste Cartório, foi constituída uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, entre, António Afonso Gabriel de Almeida Oliveira, Maria Salomé Ralha Rôlo Oliveira e Helena Beatriz Rôlo de Oliveira, denominada «CITOLAB — EQUIPAMENTOS CITOLÓGICOS E LABORATORIAIS, L.D.», com sede provisória na Alameda das Linhas de Torres, número 187, 1.º esquerdo, freguesia do Lumiar, nesta cidade, a qual se rege pelos artigos constantes da presente fotocópia, que ocupa duas folhas:

1.º

A sociedade adopta a denominação de «CITOLAB-EQUIPAMENTOS CITOLÓGICOS E LABORATORIAIS, L.D.», tem a sua sede provisória na Alameda das Linhas de Torres, número cento e oitenta e sete, primeiro esquerdo, nesta cidade, freguesia do Lumiar, e durará por tempo indeterminado, a contar de hoje.

2.º

O objecto da sociedade é a importação e venda de equipamentos de laboratório e reagentes químicos.

3.º

O capital social é de TREZENTOS MIL ESCUDOS, está integralmente realizado em dinheiro e corresponde à soma de três quotas iguais, de cem mil escudos, cada, pertencendo uma a cada um dos sócios António Afonso Gabriel Almeida Oliveira, Maria Salomé Ralha Rôlo de Oliveira e Helena Beatriz Rôlo de Oliveira.

Parágrafo Único: — Os sócios poderão fazer suprimimentos à sociedade, mediante condições a acordar em assembleia geral.

4.º

A gerência e representação da sociedade será exercida por qualquer dos sócios que desde já, ficam nomeados gerentes com dispensa de caução e com ou sem remuneração conforme for deliberado em assembleia geral.

Parágrafo primeiro: a sociedade obriga-se pela assinatura de qualquer um dos sócios gerentes.

Parágrafo segundo: — os gerentes poderão delegar os seus poderes de gerência mediante procuração.

ESTÁ CONFORME O ORIGINAL

Lisboa, e 23.º Cartório Notarial, aos 29 de Agosto de 1985
O Ajudante,
(Maria Albertina Vieira Ferro Santos Dias)

TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE PORTO DE MÓS

ANÚNCIO

Pela segunda secção de Processos desta comarca de Porto de Mós, na acção com processo sumário n.º 281/84, pendente, movida pelo autor António Luis Patrocinio Aranhol, casado, agricultor, residente na Estrada Nacional n.º 10, 2. Lote 13 dt.º, no Fogueteiro, concelho e comarca do Seixal, move contra a ré ARANHOL & GANDUM L.D., com última sede conhecida em Casal de Amieira, freguesia e concelho da Batalha, desta comarca, é esta ré citada para contestar, apresentando a sua defesa no prazo de dez dias, que começa a correr depois de finda a dilação de trinta dias, contada da data da segunda e última publicação do anúncio, sob a cominação de vir a ser condenada no pedido que o autor deduz naquele processo e que consiste em pagar a quantia de 300 000\$00.

Porto de Mós, 8 de Julho de 1985

A Juiz de Direito
a) Maria Ruth Pereira Garcia

A Escrição Judicial
a) Ana Paula Alves Crachar

TRIBUNAL CÍVEL DA COMARCA DE LISBOA 7.º JUÍZO

ANÚNCIO

Proc. 5223/85

Pela 1.ª Secção de Processos deste Juízo, nos autos de acção com processo especial, nos termos do Art.º 68 do Código da Estrada, requeridos pela autora Vicozel — Tratamentos Anti-Corrosivos, Lda., correu editos de trinta dias citando o réu VICTOR RUI DA SILVA NICOLAU, ausente em parte incerta, mas com última residência conhecida no Casal do Ralha, Parcelos, Leiria, para no prazo de DEZ dias posterior aos editos, e que se contam da data da segunda e última publicação do anúncio, contestar a referida acção que consiste em a autora haver do réu a quantia de Esc.: 100 \$16\$00 acrescida do que se vier a liquidar em execução de sentença por despesas hospitalares, provenientes de pedido de indemnização. Deve ainda no mesmo prazo contestar o pedido de assistência judiciária formulada pela autora.

O duplicado da petição inicial encontra-se patente nesta Secretaria sita no 5.º piso do Palácio da Justiça, à disposição do citando.

Lisboa, 26.7.1985

O Juiz de Direito
Amílcar Joaquim Cortez Neves

O Escrição Adjunto
(Illegível)

«DL» — 2/10/85 — 1.ª Pub.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO Direcção-Geral do Ensino Superior

INSTITUTO SUPERIOR DE CONTABILIDADE

E ADMINISTRAÇÃO DE COIMBRA

Rua Luís de Camões — Telef. 71042 — 3000 COIMBRA

Aceitam-se candidaturas para o preenchimento de vagas de pessoal docente — assistente eventual — para as linhas de formação de Contabilidade, Organização e Gestão, Economia e Matemática.

Os possíveis interessados deverão possuir as habilitações específicas para a docência da(s) cadeira(s) das respectivas linhas, com a classificação final de, pelo menos, Bom, na respectiva licenciatura.

Nas inscrições que deverão dar entrada na Secretaria do Instituto, até ao dia 10 de Outubro próximo, devem constar todos os elementos curriculares que permitam uma apreciação prévia das candidaturas.

Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra, 20 de Setembro de 1985.

O Presidente do Conselho Directivo

(Eng.º Fausto Luís Gomes do Carmo Rocha)

Carpinteiro armado com pistola de juiz

Uma pistola «FN», calibre 6.35, que, em 12 de corrente, fora furtada durante o assalto à residência, em Torres Vedras, do juiz, dr. Henrique Serra Baptista, foi encontrada em poder do carpinteiro José Manso, de 39 anos, já com cadastro, detido pela PSP na Amadora. José Manso, que vive na Reboleira, negou ter participado no assalto à casa do magistrado, afirmando ter recebido a arma a troco de um empréstimo de 500 escudos.

Pintor electrocutado ao reparar um fogão

Ao reparar uma avaria eléctrica do fogão que possuía na sua residência, na Rua da Vilarinha, em Vila Nova de Gaia, um pintor da construção civil sofreu uma violenta descarga eléctrica. Levado para o Hospital de Santo António, no Porto, Gaspar Gomes Pires, de 42 anos, casado, chegou ali já sem vida.

Banhista afogado na Póvoa de Varzim

Ao nadar na praia da Póvoa de Varzim, Higinio Artur Machado da Costa Ortega, de 24 anos, foi arrastado pela forte corrente que se fazia sentir, tendo resultado infrutíferas todas as tentativas feitas para o salvar, tanto de banhistas como de tripulantes do salva-vidas César Martins. O malogrado jovem residia no lugar de Padim, nos arredores de Vila Nova de Famalicão.

Apreendido contrabando no valor de 11 mil contos

A Guarda Fiscal apreendeu, na última quinzena do mês passado, contrabando no valor de 11 mil contos nas áreas de Gaia, Matosinhos, Valência, Chaves e Bragança. Entre a mercadoria apreendida inclui-se gado caprino e ovino, suínos, peixe, esferográficas, produtos químicos, veludo, porta-moedas, carabinas, tabaco, relógios, electrodomésticos, artigos de som e máquinas de jogos.

Acusam familiares dos alunos

Vítimas da explosão do Cartaxo estão em "situação crítica"

Jose Gutierrez-NP-01

Os alunos da Escola Secundária do Cartaxo, vítimas da explosão verificada há meses naquele estabelecimento escolar, encontram-se em «situação crítica», disseram a NP familiares dos estudantes.

«Não temos tido qualquer ajuda oficial e de indemnizações nem se ouviu falar», disse à NP a mãe de um dos sinistrados que todos os dias acompanha o filho ao Hospital de S. José, onde continua em tratamento.

«Os alunos vítimas da explosão não receberam sequer roupas que substituíssem as queimadas», disse um familiar que acrescentou: «pior do que isso foi a atitude de funcionários do IASE (seguro escolar), que nos receberam mal».

Ainda segundo o testemunho de algumas mães, «uma funcionária daquele organismo disse-nos para não voltarmos ali, porque não seríamos recebidos».

Perguntam: «Quem vai atender-nos e com quem poderemos falar os pais dos alunos queimados?»

Operações plásticas bem sucedidas

A Cruz Vermelha e a Assis-

tência Social são as únicas organizações que têm prestado ajuda e apenas os Bombeiros Voluntários do Cartaxo e da Azambuja têm proporcionado aos jovens e familiares o necessário auxílio diário para Lisboa, onde têm sido tratados.

A situação de alguns sinistrados é grave. Algumas mães, que trabalhavam para suportar os orçamentos familiares tiveram de abandonar os empregos para cuidar dos filhos, que todos os dias acompanham a S. José.

Segundo Carlos Nava, médico chefe do Serviço de Queimados daquele hospital — o único serviço que, no País, pode socorrer os grandes queimados — «os estudantes ainda terão de se deslocar aos serviços por um largo período».

O ministro da Saúde, dizem, «interessou-se pelos nossos filhos».

Os próprios jovens mostram-se, por seu lado, satisfeitos pela forma como têm sido tratados pela equipa do dr. Nava.

É opinião deste clínico, aliás, que «os tratamentos estão a seguir a evolução normal, conforme tinha sido previsto».

As operações plásticas têm sido bem sucedidas, mas as le-

sões foram muito graves e há, ainda, muito para fazer», refere.

Todos os que foram medicação física e recuperação, mas o tratamento tem de ser, neste caso, mais longo.

Cirurgia precisa

Interrogado sobre se aqueles jovens ficariam sem marcas ou cicatrizes, o director clínico dos serviços de queimados e cirurgia plástica de S. José diria à NP que, «nos mais gravemente queimados, a recuperação nunca será total». Explicando melhor o seu raciocínio, rectificou: «A recuperação funcional será total, mas a recuperação estética apenas parcial».

No que se refere à professora, uma jovem que o fogo desfigurou a ponto de se recusar a olhar o espelho, deixou aquele estabelecimento hospitalar para procurar internamento em clínica particular, devido às dificuldades do sector hoteleiro de S. José e, sobretudo, pela falta de privacidade que uma enfermaria não pode dar.

Os tratamentos, todavia, continuam a cargo de médicos da equipa do dr. Nava, não tendo sido necessário recorrer a hospitais estrangeiros. De resto,

embora longe do melhor existente na Europa, ou nos Estados Unidos, aquele serviço deu perfeita resposta às necessidades dos 15 alunos mais gravemente queimados (os dois restantes chegaram mortos ao hospital, não podendo, em condições normais, aguentar apenas com 10 ou 12 dias).

«As dificuldades vão sendo superadas pela boa-vontade. De um modo geral e sem comparação com o que se faz lá fora, equipamento vai satisfazendo, de um modo geral», afirmou o médico.

«Este serviço, salientou aquele clínico, o único de queimados do País (para queimados graves ou grandes queimados), pode receber 12 sinistrados e outros tantos poderiam ser recebidos com o auxílio do Serviço de Cirurgia Plástica».

«Gostáramos, explica o responsável pelo Serviço de Queimados do mais antigo hospital lisboeta, que o Governo, dados os serviços prestados quando da catástrofe do Cartaxo por esta unidade, aliás, reconhecidos pelo ministro da Saúde, desbloqueasse os impedimentos para a construção e apetrechamento de um Serviço de Virurgia plástica, com unidade de queimados, nos hospitais civis de Lisboa, com a dignidade possível».

Quem viu o Lino José?

Tem 17 anos, chama-se Lino José Meira Abrantes, mede um metro e oitenta centímetros e desapareceu de casa de seus pais na Estrada da Damaia na periferia ocidental de Lisboa no dia 29 de Agosto último.

Possui olhos e cabelos cas-

tanhos, vestia calças de bombazina verdes «T-shirt» preta e sapatos, «Lewis» pretos. Como até agora as investigações da Judiciária não obtiveram êxito, os pais e as autoridades recorrem naturalmente à colaboração do público para recuperarem o filho.



Interpol não persegue Queirós de Andrada

Quase três meses decorridos, a Interpol nacional ainda não recebeu o pedido do 3.º Juízo de Instrução Criminal de Lisboa do mandado de captura e extradição de Joaquim Queirós de Andrada, principal arguido no processo da DOPA.

Uma fonte policial citada pela NP disse que no dia 27 de Agosto o 3.º JIC de Lisboa enviou um pedido à secção portuguesa da Interpol no sentido da prisão e extradição de Joaquim Queirós de Andrada, mas o mesmo foi devolvido «por não estar de acordo com a legislação em vigor». A Polícia Judiciária referiu na altura que o principal arguido do processo DOPA (fuga de divisas para o estrangeiro), encontrava-se no Brasil após a sua evasão em Junho deste ano, do Hospital de Santa Maria, decorrendo diligências para o cumprimento do respectivo mandado de captura.

Cerca de um milhão e meio de contos

Estoril vai "absorver" em obras dinheiro ganho nas roletas do casino

As primeiras verbas provenientes da concessão das zonas de jogo do Estoril, no valor de 1 400 000 contos, serão aplicadas em obras de saneamento básico e de turismo, segundo anunciou o ministro do Comércio e Turismo.

Ferreira do Amaral disse, em conferência de imprensa realizada no Estoril, que cerca de um milhão de contos será aplicado em obras de turismo, já autorizadas, no Estoril, Oeiras, Sintra, Ericeira, Mafra e Cascais. O restante será aplicado em obras de sanea-

mento básico, designadamente limpeza das praias da zona do Estoril.

O ministro do Comércio e Turismo afirmou que os representantes das Câmaras Municipais daqueles concelhos têm já meios à sua disposição para iniciar brevemente parte das obras. Entre essas obras, figuram construções de passagens para peões na marginal, conclusão do Pavilhão de Congressos e Escola Hoteleira no Estoril, alargamento do areal das praias e aquisição de má-

quinas para limpeza, cais de acostagem em Cascais, obras de iluminação, construção de piscinas e de complexos de ténis, e o financiamento do estudo para a construção de uma estação de tratamento de lixo e do aterro sanitário de Cascais.

Ferreira do Amaral revelou que em 1984 cerca de dez milhões de visitantes entraram em Portugal (número atingido já em Outubro deste ano), calculando-se que no final do ano esse número se eleve a doze milhões.

6 DE OUTUBRO
ELEIÇÕES PARA A
ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA



participe
votando

COMISSÃO NACIONAL DE ELEIÇÕES

Dizem que será o maior da Europa

Atuneiro de fibra de vidro em construção no Algarve

O maior atuneiro em fibra de vidro da Europa está actualmente em construção num estaleiro de Vila Real de Santo António e vai ser lançado à água até finais de Dezembro.

Com 29 metros de comprimento, 7,20 de boca e 150 toneladas de peso, o barco destina-se à «Cofaco», uma empresa dos Açores em cujas águas vai desenvolver a sua actividade.

Jeremias Antunes, engenheiro responsável daqueles estaleiros algarvios, disse à NP que a construção daquela unidade «só é possível graças aos incentivos da Secretaria Regional das Pescas dos Açores».

Por cada metro de comprimento de barco é concedido um subsídio de 500 contos a fundo perdido e 85 por cento de financiamento bancário a uma taxa de juro de 8 por cento. O capital próprio é apenas de 15 por cento — explicou.

Segundo aquele técnico, dentro de 10 anos toda a frota açoriana deverá estar totalmente renovada. «Tenho dúvidas que isto se consiga no continente. Não é com juros de cerca de 40 por cento e com

os incentivos do IFADAP que se renova a frota continental» — sublinhou Jeremias Antunes.

O atuneiro, que está neste momento já em fase de acabamento, foi construído segundo projecto e técnica francesa e é polivalente.

Germano Gomes, que dirige o estaleiro de que é simultaneamente sócio, explicou que, segundo aquela técnica, foi utilizado um molde articulado, sendo o costado do navio monolítico, isto é, apenas com uma parede.

«Esta é, aliás, a primeira novidade, pois o sistema conhecido em Portugal é o da 'sanduíche' (duas paredes com fibra no meio)» — salientou.

Segundo Germano Gomes, uma outra novidade consiste no lançamento da matéria plástica — fibra, resina e catalisador —, através de uma máquina.

Este processo, conforme disse o responsável pelo estaleiro, «elimina o risco da formação de bolhas de ar, tornando possível a construção de grandes embarcações — como foi o caso desta — com a quilha

no chão, em vez de, como até agora, com ela virada para cima».

Os navios em fibra de vidro apresentam, relativamente aos construídos em madeira ou ferro, segundo mestre Germano Gomes, «a vantagem de não necessitarem sistematicamente de trabalhos de conservação, requererem menos máquina, deslizarem mais facilmente e consumirem menos».

Os franceses — acrescentou Germano Gomes — estão neste momento a construir cerca de 40 draga-minas com mais de 35 metros, em fibra, e fazem a limpeza dos cascos dos seus atuneiros utilizando o trabalho de homens-rãs.

Os barcos — esclareceu aquele responsável — podem permanecer assim mais de dois anos no mar sem necessidade de reparação em seco.

O atuneiro em construção em Vila Real de Santo António tem um custo estimado em 125 mil contos e irá ser baptizado com o nome «Pepe Cumbreira», em homenagem a um dos gestores e accionista do grupo empresarial em que se integra o estaleiro.

Proprietário de viveiro responsabiliza Câmara

Poluição matou em Olhão três toneladas de peixe

Cerca de três toneladas de peixe fino variado apareceu anteontem morto num viveiro de Olhão, ao que se presume por inquinação das águas provenientes de uma lixeira camarária. O proprietário do viveiro, Manuel Peres, afirma ter sofrido um prejuízo na ordem dos dez mil contos a juntar à inutilização da exploração piscícola por um período de um ano, criticando a Câmara local, de maioria PS, por ter instalado a lixeira em zona de domínio público marítimo e

numa área onde estão implantados diversos viveiros de peixes e de moluscos.

A área do viveiro atingido ultrapassa os dois hectares, afectando espécies destinadas em noventa e cinco por cento à exportação para Itália, designadamente douradas (1500 quilos), linguados (120), enguias (120), robalos (80) e sargos (100 quilos).

Manuel Peres, que se dedica à exploração piscícola há cerca de trinta anos, criticou ainda a Comissão da Reserva Natural

da Ria Formosa pelo facto de «limitar o licenciamento dos viveiros piscícolas, mas não controlar situações como estas, que põem em causa a economia da Ria».

Técnicos da Delegação Regional da Secretaria de Estado das Pescas e do Instituto de Investigação das Pescas tomaram conta da ocorrência, tendo recolhido amostras de águas e das espécies mortas, para análise. No Algarve, existem cerca de duas dezenas de viveiros de peixe.

Alcáçate e os trabalhadores da CP

É a FSTFP que representa todas as categorias da empresa

Foi a Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores Ferroviários Portugueses, representando todas as profissões e categorias de trabalhadores da CP, e não o SINAPE, que no passado dia 25 promoveu, conjuntamente com a Comissão de Trabalhadores da CP, uma conferência de Imprensa a propósito da tragédia de Alcáçate e em contestação ao relatório do inquérito mandado instaurar pelo Conselho de

Gerência da empresa sobre as causas do desastre.

O facto de na mesma ocasião em que a FSTFP acusava publicamente o CG da CP de se ter preocupado apenas em descobrir um «bode expiatório» para explicar a tragédia, escamoteando o facto de ter reduzido sete mil postos de trabalho entre 1978-1983 e de se recusar a investir em tecnologia moderna «que torne mais eficiente o controlo de segu-

rança da circulação», também o SINAPE (Sindicato Nacional dos Ferroviários de Estação) ter vindo a público para afirmar que o acidente ocorreu «por falhas técnicas provocadas pela alteração do sistema de segurança ferroviária que se encontrava em regime experimental», poderia induzir os leitores do «DL» em erro, uma vez que ambas as organizações vêm referidas na mesma notícia publicada em 26 do corrente nestas colunas.

Universidade Livre

LISBOA — RUA VÍTOR CORDON, 41
PORTO — RUA CONDE DE VILAS BOAS, 126

UL

ESCLARECIMENTO

Com o despudor característico de quem está convicto da impunidade, o grupo político-financeiro que desde há meses tenta implantar na Junqueira uma universidade para seu uso particular tem vindo a inundar a imprensa com anúncios em que se autoqualifica de «Universidade Livre» e assina como «Cooperativa de Ensino Universidade Livre, CRL».

No intuito transparente de iludir alunos e captar as suas matrículas, a «Junqueira» foi ao ponto de anunciar a possibilidade de alunos reprovados no 12.º ano poderem, mesmo assim, matricular-se no 1.º ano daquela «universidade». Nem os responsáveis, actualmente na cadeia, da «Faculdade de Medicinas Alternativas» de Braga, tinham ousado ir tão longe na ilegalidade!

Nos mesmos anúncios onde hipocritamente tentavam aproveitar-se da situação de tantos jovens portugueses («Se não conseguiu aprovação em todas as disciplinas do 12.º ano nem por isso desespere. Mesmo assim, poderá, desde já, matricular-se no 1.º ano da Universidade. Não se deixe atrasar no curso superior que deseja seguir. Nós ajudamo-lo. Somos uma instituição sem fins lucrativos, ao serviço da juventude!»...) vêm os responsáveis pela burla a reclamar ser «a única Universidade Livre», «como tal reconhecida pelo Ministério da Educação».

Certamente encorajados pelo surpreendente silêncio do Ministro da Educação que, na prática, permitiu tacitamente que, durante meses, se tenha extorquido dinheiro a alunos incautos, capciosamente aliciados pela falsa legalidade da Junqueira, aqueles responsáveis foram mais longe, pretendendo atestar o reconhecimento legal dos cursos que dizem ministrar invocando o despacho do Secretário de Estado do Ensino Superior, publicado no «Diário da República», II série, de 10 de Março de 1979, e o Decreto do Governo n.º 59/83, de 11 de Julho, que efectivamente devem ser referidos como prova de os cursos da U.L. terem validade idêntica aos das Universidades estatais; só que tais direitos foram conferidos à Cooperativa de Ensino Universidade Livre CRL, com sede em Lisboa na Rua Vítor Cordon, e exclusivamente destinados a um estabelecimento de ensino situado nessas instalações, aprovadas a nível ministerial, da Rua Vítor Cordon, onde tem continuado e continua a manter-se; acresce que a referida Cooperativa foi e é formada e dirigida por pessoas totalmente estranhas às que a «Junqueira» apresenta como pertencentes aos respectivos corpos sociais, pelo que estes (Manuel Duarte Gomes da Silva, José Gonçalves Proença, Joaquim Veríssimo Serrão, Francisco Brás de Oliveira e António Martins da Cruz) nada têm a ver com a Universidade Livre. Esta realidade irrefutável rosseia da Certidão da Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, recentemente publicada por constituir prova cabal da inconsistência e falsidade dos anúncios e comunicados da «Junqueira».

Indo mais longe no descaramento, a organização da «Junqueira» afirmava profusa e repetidamente, que o reconhecimento oficial do seu estabelecimento resultava ainda do despacho do Ministro da Educação de 31 de Maio último — despacho esse que de modo algum confere tais direitos pois apenas ordena à Direcção-Geral do Ensino Superior que proceda à instrução do respectivo processo, para que sobre ele o Ministro possa vir a deliberar, como aliás tinha que acontecer, em resultado do disposto no Decreto-Lei n.º 100-B/85 de 8 de Abril, acerca de novos estabelecimentos de ensino superior particulares ou cooperativos.

Não podendo prolongar mais tempo o silêncio, o Ministério da Educação distribuiu à imprensa na passada semana uma nota em que expressamente se afirma ser abusiva a invocação de «reconhecimento» por parte de universidades particulares ou cooperativas, sendo certo que os dezoito processos apresentados pelas entidades suas titulares continuam em análise no Ministério, não existindo ainda qualquer decisão. É oportuno recordar aqui o que estabelece o citado D.L. n.º 100-B/85 de 8 de Abril sobre os estabelecimentos cuja autorização tenha sido requerida ao abrigo das suas disposições: «São clandestinos os estabelecimentos que, estando em funcionamento, não tenham sido autorizados» (n.º 2 do art.º 29.º).

Só espanta — e, de facto, não se compreende — que o Ministério da Educação não tenha antes desmascarado, em termos públicos e inequívocos, todas as manobras tendentes a burlar alunos, mentindo-lhes quanto à falsa legalidade de cursos na «Junqueira». Cursos sobre os quais são dispensáveis quaisquer considerações além de uma única, que torna irrelevantes todas as pretensões difundidas: a «Junqueira», a «Universidade Livre da Junqueira», não tem qualquer existência legal: repete-se que a sede da Cooperativa de Ensino Universidade Livre CRL é na Rua Vítor Cordon (e não na Junqueira!) e os respectivos dirigentes para o triénio que termina em 31 de Dezembro de 1986 não são Gonçalves de Proença, Brás de Oliveira e acompanhantes de idêntica «moralidade» — conforme se fez prova pública através de certificado da Conservatória do Registo Comercial.

Por não haver que recear a verdade, e para desanimar anúncios da «Junqueira», desrespeitadores da credulidade dos alunos, precisa-se, a propósito, que, sem prejuízo da validade dos cursos da Universidade Livre, na Rua Vítor Cordon, e nas suas extensões em Lisboa e Porto (legalidade decorrente dos já citados Despacho de 1979 e Decreto-Lei de 83, de cujos efeitos a Junqueira pretendeu apropriar-se), se deu cumprimento, em devido tempo, ao disposto no Decreto-Lei 100-B/85, submetendo ao Ministério da Educação toda a documentação requerida. Só que o Ministro João de Deus Pinheiro discordou de que essa documentação não tenha sido apresentada pela cooperativa criadora da Universidade Livre e sim, como sucedeu, pela Sogelivre, a quem compete, desde 1983, a gestão da U.L. — em termos legais nunca antes contestados pelo Ministério da Educação — e emitiu sobre a questão um despacho, que veio a ser suspenso por Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo (25 de Julho, pr.º 22798), razão pela qual continua a ser absolutamente legal o funcionamento dos cursos da Universidade Livre: da única Universidade Livre, que não é, comprovadamente, a organização fantasma da Junqueira!

O REITOR

Francisco de Costa Durão
Professor Catedrático

O ADMINISTRADOR DELEGADO

António da Cruz Rodrigues

Faleceu

o advogado

Rui Sá
Coimbra

O advogado Rui Sá Coimbra, consultor jurídico da União dos Sindicatos do Porto (CGTP-IN) morreu ontem vítima de doença súbita de índole cerebral. Sá Coimbra, de 34 anos, distinguia-se pela sua acção antifascista na Universidade de Direito da USP desde Maio de 1974. Nesta qualidade foi o autor de libelo acusatório do Tribunal de Opinião Pública sobre os salários em atraso.

Quem viu

o mini

encarnado?

Na última segunda-feira a nossa antiga colega de redacção, Angela Caires, deu por falta do seu mini encarnado FR-69-87, que deixara estacionado à porta de casa na Avenida 24 de Julho em Lisboa. Alguém o levou durante a madrugada provocando grandes transtornos à jornalista que necessita dele para o seu trabalho.

Segundo se crê a viatura terá sido levada para simples passeio. Assim espera que a informem pelo telefone 66 38 67, do local onde o deixaram. Conta também com a boa vontade de alguém eventualmente o encontre.

Trabalhos prosseguem esta tarde

Portugal e RFA voltaram a reunir para negociar compra de fragatas

Realizou-se ontem no Ministério da Defesa a primeira sessão das reatadas negociações entre Portugal e a República Federal da Alemanha sobre o esquema de financiamento do projecto de aquisição de três fragatas «Meko 200» para a Armada Portuguesa. De acordo com uma nota do ministério, as conversações prosseguem esta tarde, a partir das 15 e 30, sendo as delegações chefiadas, respectivamente, pelo chefe do Estado-Maior da Armada, almirante Sousa Leitão, e pelo embaixador da RFA em Portugal, Gisbert Poengen. Tratando-se de um assunto que tem tido várias alterações ao longo do tempo, publicamos, de seguida, as principais fases de todo processo.

A história do processo de construção de três fragatas para a Armada Portuguesa dava um longo romance, cheio de peripécias interessantes, mas com um enredo repleto de partes bocejantes.

Há muitos anos, as autoridades portuguesas decidiram iniciar o processo de construção de três novas unidades da Marinha de Guerra, três fragatas, equipadas para a luta anti-submarina e dotadas de helicópteros e sofisticado armamento, que pudessem servir tanto para a defesa nacional como para a integração da Armada Portuguesa nos objectivos comuns de defesa da Aliança Atlântica.

Depois de o projecto ter estado parado durante muito tempo, apenas com as intenções anunciadas, o Governo decidiu, em 6 de Fevereiro de 1984, voltar a dinamizar todo o processo, através de uma reunião em que

estavam representantes dos Governos dos Estados Unidos, República Federal da Alemanha e Holanda, para além de Portugal.

No dia seguinte, 7 de Fevereiro, os representantes dos Governos presentes decidiram conceder a Portugal auxílio económico para a construção dessas três fragatas, fixando um prazo de oito anos para a sua conclusão. Segundo o esquema acordado, a construção das três fragatas orçam os 750 milhões de dólares, custo que seria suportado da seguinte forma: o Governo português contribuiria com uma verba até 200 milhões de dólares (cerca de 27,2 milhares de contos), os Estados Unidos com 250 milhões de dólares e os outros países da NATO com o restante.

Das fragatas holandesas às alemãs

A ideia inicial era adquirir

fragatas «Cortenaier» à Holanda.

Seis meses depois, tudo estava decidido de forma diferente e ainda não existia uma opção final. A hipótese das fragatas holandesas estava afastada e o Governo emitia em 29 de Agosto de 1984 um comunicado onde dava conta das dificuldades surgidas na aquisição das fragatas «Cortenaier» e anunciava estar a renegociar os termos do acordo com os aliados da NATO.

A 21 de Setembro de 1984 realizaram-se os primeiros contactos com uns estaleiros alemães, de Hamburgo, fabricantes das fragatas «Meko 200».

Esses estaleiros, Blohm Und Voss, encontravam-se em dificuldades económicas devido à falta de encomendas e esta situação era susceptível de contribuir para mobilizar uma substancial participação do governo alemão federal que assim contribuiria para auxiliar a manutenção dos postos de trabalho ali existentes.

A 5 de Dezembro de 1984, era assinado um pré-contrato com aqueles estaleiros de Hamburgo, segundo o qual os estaleiros alemães se comprometiam a efectuar encomendas a estaleiros portugueses no valor de 110 milhões de dólares, o que provocaria que a maior parte da participação portuguesa na construção das

fragatas acabasse por não sair em divisas do país. Por outro lado, os estaleiros procurariam pressionar o governo alemão-federal a dar uma participação para a construção das três fragatas, simultaneamente devido à participação no esquema defensivo da NATO e como contribuição para a resolução dos problemas do estaleiro.

Ao todo seria necessário que o governo alemão-federal contribuisse com 500 milhões de marcos (cerca de 190 milhões de dólares).

Participação da RFA terá «juros» altos?

Quando delegações técnicas de Portugal e da Alemanha Federal iniciaram reuniões com vista a decidir definitivamente esta questão, em Julho deste ano, faltava desbloquear cerca de um terço desta verba.

Em 31 de Julho, e depois de concluída a primeira fase das negociações, Jaime Gama entregava ao seu homólogo alemão-federal, Hans Dietrich Genscher, a contraproposta portuguesa às conclusões das negociações já realizadas. Genscher respondeu depois afirmativamente à pretensão portuguesa de ver aumentado o auxílio especial da RFA ao

programa de construção das três fragatas.

Entretanto, a Imprensa da RFA tem referido que a acção por parte do governo de

Bona de um aumento da participação no projecto, até aos 500 milhões de marcos, teria que ter contrapartidas nas negociações sobre a renovação do acordo de cooperação militar com Portugal que caduca em 1986 e que terá de começar a ser renegociado.

Ainda de acordo com a Imprensa da RFA, as autoridades alemãs-federais estariam também interessadas em, a troco da sua participação vultuosa na construção das fragatas, assegurarem para uma empresa do seu país a digitalização da rede telefónica, o já célebre «negócio do século» em Portugal, que será hoje debatido em Conselho de Ministros.

Contactadas pela agência NP sobre estas questões, as autoridades portuguesas têm vindo a salientar que a negociação das fragatas decorre isoladamente de quaisquer outros processos, recusando qualquer ligação quer com a questão do acordo de cooperação militar entre os dois países — nomeadamente sobre o caso da base de Beja — quer com a questão das centrais digitais.

Florival Lança, no 15.º aniversário da CGTP

“Sem a CGTP não se pode governar estavelmente”

«Sem a CGTP-Intersindical não se pode governar estavelmente este país» — afirmou ontem Florival Lança, do Conselho Nacional daquela Confederação.

Numa sessão plenária comemorativa do 15.º Aniversário da CGTP, que decorreu com grande entusiasmo e participação nas instalações fabris da Sorefame, na Amadora, Florival Lança defendeu que «sem a CGTP-IN não se pode prosseguir nos caminhos de Abril», sublinhando que «conforme temos afirmado e a vida tem comprovado, muito menos se pode fazê-lo contra a CGTP-IN».

Lança lembrou depois que as eleições do próximo dia 6 devem ser entendidas pelos trabalhadores portugueses como mais uma importante batalha e como parte integrante da luta pela resolução dos seus problemas, acrescentando:

«Do resultado das eleições depende a possibilidade de se alcançar uma solução governa-

tiva que se traduza numa modificação real e qualitativa da política seguida nos últimos nove anos, que mereça e obtenha o empenhamento e participação activa dos trabalhadores».

Números

Frequentemente interrompido pelos aplausos dos trabalhadores da Sorefame e de outras empresas que participavam na sessão, Florival Lança afirmou que «depois de dez anos de uma política orientada contra os interesses dos trabalhadores, do povo e do País, conduzida pelos vários governos do PS, PSD e CDS, está destruída ou desarticulada uma parte significativa do aparelho produtivo nacional».

«O País está mais enfeudado aos interesses das empresas transnacionais, do capital sem pátria e grande parte da população enfrenta já condições de vida que podemos classificar de sub-humana — acrescentou. Aquele dirigente nacional

dal CGTP, que é igualmente o coordenador da União dos Sindicatos de Lisboa (USL), reportando-se de seguida à situação económica da generalidade dos trabalhadores, que considera «cada vez mais grave», afirmou que o número actual de desempregados é de mais de 600 mil e aqueles que têm salários em atraso são já cerca de 150 mil. A isto há ainda a acrescentar — realçou — que «os trabalhadores que ocupam postos de trabalho precário ou clandestino totalizam aproximadamente um milhão de pessoas: os jovens que procuram emprego, quando o conseguem, é a prazo e em condições ilegais; e as mulheres constituem 60 por cento do total dos desempregados».

Lança recordou o que tem sido a luta da CGTP ao longo destes 15 anos («Se não tivéssemos lutado, a situação seria muito mais grave») e sublinhou a necessidade de continuar a lutar, «pois os inimigos dos trabalhadores sofreram uma severa derrota, mas não desistiram».

«O movimento sindical unitário luta e lutará por uma solução política assente num amplo consenso social e que aponte, prioritariamente, para a resolução dos mais candentes problemas sociais herdados da política anterior e tome medidas no sentido da recuperação económica e do desenvolvimento» — disse, ainda, antes de concluir: «A continuação da nossa luta por tais objectivos e as tarefas que o futuro imediato nos porá pela frente reclamam o constante aperfeiçoamento da nossa organização». Na sequência, Lança chamou a atenção para a importância da II Conferência Nacional da CGTP, que «consideramos inserida no Congresso, a realizar em Maio de 86, altura em que culminarão as comemorações agora iniciadas».

Exemplo

Maria Augusta de Sousa, do Secretariado da USL, teve, igualmente, uma intervenção, sublinhando que «a nossa central sindical não comemora as suas datas nos clubes ou nas tabernas». «Privilegiemos o carácter de massas do

nosso movimento, privilegiemos a unidade e a organização de todos os trabalhadores, a partir dos locais de trabalho e baseamos nestes princípios toda a nossa luta e actividade» — disse.

A dirigente sindical congratulou-se pelo facto de se comemorar o primeiro de Outubro na Sorefame, «empresa cujos trabalhadores estão, de há muito, na vanguarda da luta e, de há muito, são um exemplo esti-

mado e respeitado de coesão, coerência e firmeza na defesa dos interesses de classe e dos interesses nacionais».

Entre os convidados presentes, distinguiram-se o general Vasco Gonçalves e o almirante Rosa Coutinho, a quem os trabalhadores ofereceram cravos vermelhos. No final, de pé e de braço dado, todos cantaram o hino da Intersindical e o Hino Nacional.

Estiagem prolongada compromete reabastecimento de água a Lisboa

A EPAL poderá vir a fazer restrições no abastecimento de água se continuarem a registar-se as mesmas temperaturas de Setembro. De acordo com o director dos Serviços de Produção da empresa, Lisboa e municípios circundantes consumiram, segunda-feira a título de exemplo, 485 000 metros cúbicos de água, enquanto no mesmo dia do ano passado o total foi de 430 mil metros cúbicos.

A mesma fonte sublinhou que a empresa está a fazer todos os esforços «ao seu alcance para evitar uma situação de ruptura o que só será possível se passarem a verificar-se as temperaturas próprias desta época do ano».

Entretanto, a EPAL distribuiu um comunicado referindo que o abastecimento de água continua a apresentar uma coloração, devida ao teor de ferro na água que está a ser captada na actual situação, caracterizada, apelo abaixamento de rendimento das reservas, própria do fim das estiagens».

Feira da tecnologia e inovação

A primeira Feira Internacional da Tecnologia e Inovação a realizar-se em Portugal vai ter lugar de 26 de Fevereiro a 2 de Março nas instalações da Feira Internacional de Lisboa.

Integrada no calendário de exposições da Associação Industrial Portuguesa, a Tecnofil terá como principais objectivos a apresentação de tecnologias produzidas ou utilizadas em Portugal, a valorização do conhecimento científico e o apoio à renovação das actividades produtivas através da modernização dos processos tecnológicos.

No certame vão participar organismos de investigação e desenvolvimento, laboratórios estatais, universidades, institutos de investigação, centros tecnológicos e outras instituições congêneres.

Empresas privadas, associações industriais, sectoriais ou regionais, delegações de vários países e organizações que apoiam a inovação nos domínios industriais e tecnológicos vão também estar presentes na Tecnofil.

Custo da operação: 20 milhões de contos

Portline e Soponata encomendaram seis navios de carga à Setenave

A Setenave assinou ontem com a SOPONATA e PORTLINE protocolos contratuais para a construção de seis navios num valor global da ordem dos 120 milhões de dólares (cerca de 20 milhões de contos).

O protocolo assinado com a SOPONATA, que representa cerca de 80 por cento do total mencionado, manifesta a «firme intenção» de contratar a construção de um petroleiro de 80 mil toneladas (a entregar até ao fim de Outubro de 1987) e dois navios de 125 mil toneladas (a entregar em Dezembro de 1988 e Junho de 1989).

O contrato com a PORTLINE prevê a compra de três navios graneleiros, o primeiro dos quais a entregar até ao fim do mês em curso.

Falando na cerimónia de assinatura dos protocolos, o ministro do Mar, Almeida Serra, salientou que desde 1984 se adquiriram nove navios dos quais seis por armadores privados, com um total de 175 mil toneladas.

Almeida Serra sublinhou que nos últimos dez anos, de que se conhecem dados, Portugal gastou entre 370 milhões e 530 milhões de dólares por ano em

afretamentos.

Precisou que o programa de reapetrechamento da Marinha Mercante tem uma taxa de rentabilidade de 35 por cento e vai permitir ocupar a SETENAVE e outros estaleiros nacionais durante dez anos.

O ministro disse que em 1985 já se inscreveram cinco novos armadores privados, que estão a operar, enquanto nos sete anos anteriores nenhuma se tinha inscrito.

O ministro do Mar disse que no seu sector foram já pedidos apoios da ordem dos 400 mil contos à CEE, para formação

profissional no âmbito do Fundo Social Europeu.

Acrescentou que estão preparados «dossiers» para pedido de apoio à Comunidade, a apresentar em 1986, num montante da ordem dos cinco milhões de contos, sendo dois milhões de contos para conservas/frio, 2,5 milhões para a frota e cerca de meio milhão de contos para projectos de aquacultura.

Almeida Serra considera que nos portos portugueses, embora haja problemas, a situação «não é tão negra como se pinta».

Junta das Frutas adquire batata

Das 30 mil toneladas de batata que a Junta Nacional das Frutas foi autorizada a adquirir pelo Governo, já foram adquiridas cerca de 21 mil toneladas — soube a NP junto da JNF.

Esta intervenção da Junta destina-se a melhorar a situação de excedente actualmente no mercado interno, numa tentativa de regular os preços à produção.

As regiões intervencionadas, entre Douro e Minho, Beira Litoral e Ribatejo e Oeste, dividiram equitativamente entre si a quantidade estipulada, 10 mil toneladas para cada, pagando a junta 12 escudos por quilo ao produtor.

Para atender reclamações de Portugal e Espanha

Comunidade corrige projecto orçamental

O Conselho de Ministros dos Negócios Estrangeiros está disposto a rever os créditos atribuídos, pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) e Fundo Social Europeu (FSE), a favor de Portugal e Espanha.

Em comunicado, o conselho refere, ainda, que, numa segunda leitura do Orçamento Comunitário para 1986, as verbas necessárias para respeitar os compromissos assumidos durante as negociações de adesão para com os dois novos Estados membros, Portugal e Espanha, serão postos à disposição dos mesmos.

A declaração dos ministros dos Negócios Estrangeiros, reunidos, ontem, no Luxemburgo, salientaram que «esses montantes terão em conta os créditos inscritos no Orçamento de 1985 e que se destinam aos dez países membros da Comu-

nidade Europeia».

O comunicado responde à intervenção do ministro português dos Negócios Estrangeiros, Jaime Gama, durante o almoço que antecedeu a sessão de trabalhos, na qual manifestou a preocupação de Portugal face à redução dos créditos relativos ao Fundo Agrícola e Social Europeu.

Falando aos jornalistas após o almoço, Jaime Gama declarou que a «diplomacia portuguesa continuará a fazer pressões a todos os níveis para obter a indispensável correcção».

«Pude expor aos restantes ministros a nossa preocupação sobre a forma como decorre o processo de elaboração do orçamento e, em especial, as reduções que foram feitas à proposta da Comissão Europeia, no que diz respeito ao Fundo de Garantia Agrícola, ao Fundo Social Europeu e às implicações

que daí resultam para Portugal», disse.

Durante o almoço, o MNE espanhol, Fernando Ordoñez, manifestou, também, a preocupação da Espanha em relação ao projecto orçamental para 1986.

Jaime Gama confirmou que o presidente da Comissão Europeia, Jacques Delors, e o presidente do Conselho Jacques Poos, «mostraram grande disponibilidade para que, numa segunda leitura, sejam efectuadas as correcções necessárias para que o espírito das negociações para a adesão seja respeitado e para que os novos aderentes possam ser beneficiários líquidos da adesão».

Jaime Gama declarou-se satisfeito com a reacção do conselho em relação à situação portuguesa e acrescentou pensar que está iniciado «o bom caminho no sentido da desejada correcção».

Comando único do patronato

As três organizações empresariais, (Confederação da Indústria Portuguesa e Associações Industrial Portuguesa e Portuense) elegeram ontem, na reunião de presidentes da CIP, uma comissão mista para estudar formas de organização e colaboração conjuntas.

Ferraz da Costa, presidente da CIP, afirmou em conferência de imprensa que os «empresários têm plena consciência de que, no regime democrático, a participação económica não pode separar-se da participação política», acrescentando ser «legítimo e necessário exigir uma participação política adequada e ajustada ao estatuto de empresários, que transcenda a esfera da simples cidadania».

Bancos aumentam capital social

Nove instituições bancárias estão autorizadas a aumentar o seu capital estatutário, com a autorização já publicada no «Diário da República».

Através de portarias da Secretaria de Estado do Tesouro, o Governo autorizou os bancos Totta & Açores, Borges & Irmão, Espírito Santo e Comercial de Lisboa, Fonsecas & Burnay, Português do Atlântico, Nacional Ultramarino, Pinto e Sotto Mayor, União de Bancos e Crédito Predial Português a elevar o seu capital estatutário.

A autorização, hoje publicada na folha oficial, permite em alguns casos que as instituições bancárias dupliquem o capital estatutário.

No caso do Banco Totta & Açores o aumento é ainda mais vincado, tendo passado de 2,75 milhões de contos para 6,5 milhões, o que significa quase o triplo do capital social anterior.

Segundo uma informação distribuída à imprensa pelo B T & A, este aumento de capital social «abre caminho para novas iniciativas e maior dinamismo do Banco».

Dólar continua em perda

O dólar desceu hoje em Lisboa 2.05 escudos em relação a terça-feira, ficando a 25 centavos a sua cotação mínima em 1985, informou o Banco de Portugal.

Em Lisboa, o dólar norte-americano foi cotado a 164.25 (venda de notas maiores), o que representa uma quebra de 2.05 escudos em relação a terça-feira.

Um dólar mais barato tem como consequência imediata uma diminuição do endividamento externo e uma redução do preço das compras ao estrangeiro, nomeadamente de matérias-primas, combustíveis e cereais.

Em 1985 o dólar já conheceu variações significativas. Assim, a 2 de Janeiro o dólar valia em Lisboa 170.25 escudos (venda de notas maiores) registando uma tendência altista até 26 de Fevereiro, dia onde a moeda norte-americana valia 187.85 escudos.

Afirma Raul Junqueiro

“Messa não é caso arrumado”

«O projecto Messa não é um projecto arrumado e, se não foi ainda resolvido as culpas não podem ser atribuídas ao dr. Almeida Santos», afirmou à «Mesa DL» o secretário de Estado das Comunicações. Raul Junqueiro acrescentou que a resolução do problema depende da «boa vontade de um conjunto de departamentos governamentais» e não apenas do ministro de Estado.

«Penso que se mantém o

interesse da Centrel e que será talvez possível criar condições que permitam resolver o problema», adiantou.

Contactada pelo «DL», uma fonte da Centrel garantiu-nos, porém, que o projecto de recuperação da Messa por aquela empresa já foi «definitivamente posto de parte». As declarações de Raul Junqueiro explicam-se, assim, «apenas por circunstâncias ligadas ao período eleitoral que atreves-

samos», sustentou uma outra fonte ligada ao projecto.

De qualquer modo, e visto que os trabalhadores da Messa — sem salários há muitos meses — já convidaram Almeida Santos a pronunciar-se sobre a situação da empresa durante a campanha eleitoral, seria extremamente oportuno que o ministro de Estado, que coordenou as negociações com a Centrel, esclarecesse se o projecto está «arrumado» ou não. J.A.C.

COTAÇÕES DE NOTAS		(Por unidade)
	COMPRA	VENDA
ÁFRICA DO SUL (rand)	59\$30	65\$30
ALEMANHA FED (marco)	60\$70	61\$90
ÁUSTRIA (xelim)	8\$55	8\$75
BÉLGICA (franco)	2\$831	3\$031
BRASIL (cruzeiro)	\$010	\$020
CANADÁ (dólar — notas de 1 e 2)	118\$15	120\$65
(notas de 5 a 1000)	118\$65	121\$15
DINAMARCA (coroa)	16\$70	17\$10
ESPAÑHA (peseta)	\$944	1\$064
EUA (dólar — notas de 1 e 2)	160\$25	163\$75
(notas de 5 a 1000)	160\$75	164\$25
FINLÂNDIA (marka)	28\$25	28\$85
FRANÇA (franco)	19\$90	20\$60
HOLANDA (florim)	53\$85	54\$95
IRLÂNDIA (libra)	188\$70	192\$70
ITÁLIA (lira)	\$082	\$092
JAPÃO (iene)	\$724	\$759
NORUEGA (coroa)	20\$35	20\$85
REINO UNIDO (libra)	228\$10	232\$60
SUÉCIA (coroa)	20\$15	20\$65
SUIÇA (franco)	74\$30	75\$80
VENEZUELA (bolívar)	9\$65	10\$65

Observações:

- 1 — No respeitante a moedas, estas cotações devem ser consideradas a título meramente informativo
- 2 — Todas as operações de venda estão sujeitas ao imposto de 6 por mil.

As multinacionais excluídas do concurso de fornecimento da tecnologia digital «utilizaram o PSD como seu patrocinador e daqui podem-se tirar muitas ilações», afirmou à «Mesa 'DL'» o secretário de Estado das Comunicações. A ITT e a ATT/Philips «reagiram de uma forma perfeitamente intolerável, para um país democrático, pedindo a um partido político no Governo que usasse a sua influência para servir de seu

advogado». Segundo o nosso convidado, «o mais espantoso é porém ver o líder do PSD, o seu presidente, ser o advogado principal». Raul Junqueiro, que continua a aguardar que o Governo aprove a já conhecida decisão dos CTT/TLP na sua reunião de hoje, reafirmou, por outro lado, que todo o concurso tem sido «objectivo, transparente e claro».

A dois dias do plenário do Conselho de Ministros em que a decisão final sobre o fornecimento da tecnologia digital aos CTT/TLP deveria ter sido tomada (na quinta-feira dia 19), a conversa à «Mesa 'DL'» do restaurante Faz Figura tinha mesmo que girar à volta desse tema quente. Muita tinta já correu sobre o controverso concurso e muitas insinuações graves foram já produzidas quanto à isenção e às motivações dos responsáveis por ele.

Raul Bordalo Junqueiro, 36 anos, secretário de Estado das Comunicações e, a esse título, principal dinamizador do processo de digitalização (baseado na tecnologia dos computadores) das redes nacionais de telecomunicações, tem obviamente uma palavra a dizer. Juntamente com Carlos Melancia, ministro do Equipamento Social, ele tem sido, aliás, o principal visado nas críticas feitas à polémica orientação dada ao concurso.

O vaivém do Conselho de Ministros

Só que Raul Junqueiro começa por não aceitar o qualificativo de «polémico»: «este processo foi lançado por mim e nunca levantou qualquer contestação; só no momento da decisão final é que se verificou a reacção das duas multinacionais perdedoras».

Como é do conhecimento público, a questão está agora pendente em Conselho de Ministros, depois do PSD ter vindo a terreno pôr em causa a forma como o concurso foi conduzido, e hoje mesmo poderá vir a ser tomada a deliberação definitiva. O relatório apresentado ao Governo pelos CTT/TLP foi entregue a uma Comissão Interministerial que está a ser coordenada pelo vice-primeiro-ministro, Rui Machete, e que tem por missão preparar a decisão final do Conselho de Ministros. O encerramento do assunto chegou a estar marcado para o dia 19, conforme ficara escrito no comunicado do plenário anterior, realizado a 3 de Agosto, mas esse ponto da agenda nem sequer foi objecto de qualquer referência no comunicado final.

Posteriormente deveria ter voltado a Conselho na quinta-feira passada mas, «a pedido expresso de Rui Machete», a reunião não se efectuou e foi adiada para hoje. O motivo do adiamento teve a ver directamente com a questão das centrais digitais e consistia na necessidade sentida por Machete de quantificar mais pormenorizadamente as contrapartidas oferecidas por cada uma das duas multinacionais seleccionadas pelos CTT/TLP, a Siemens e a Alcatel.

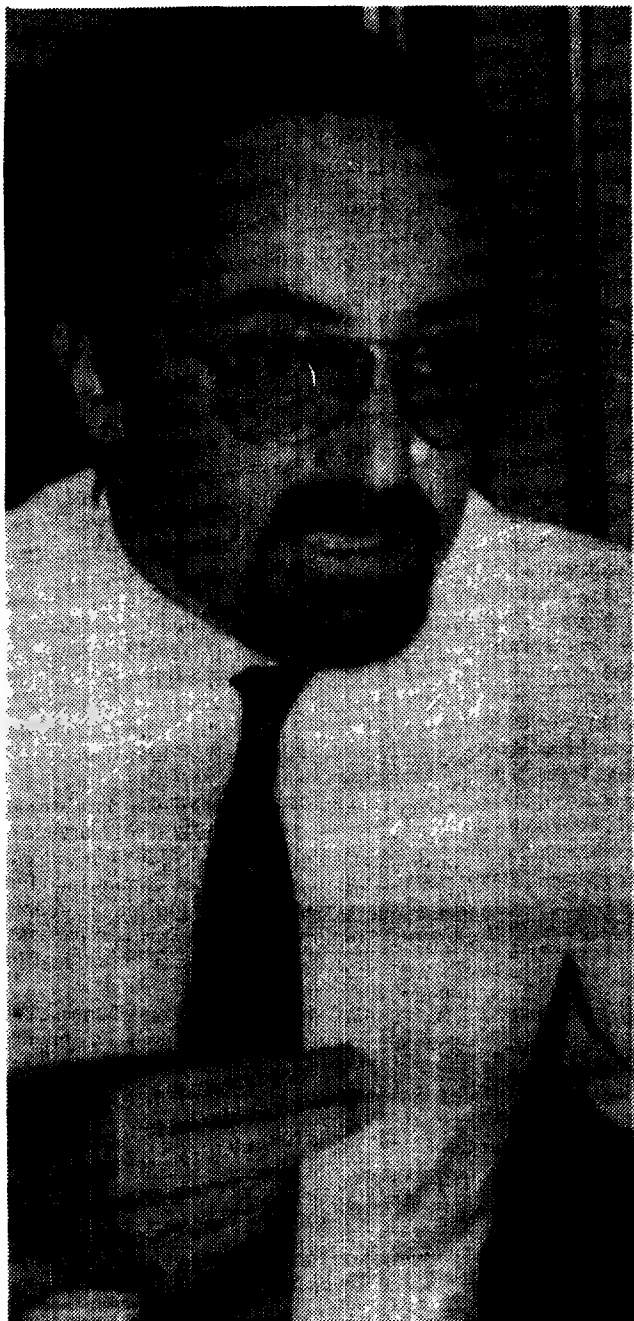
Mas independentemente dos precalços surgidos nos últimos tempos, sustenta o secretário de Estado das Comunicações, a discussão sobre as centrais deve ser inserida no quadro mais vasto da digitalização das redes de telecomunicações e da génese do próprio concurso agora contestado. Assim, recorda Raul Junqueiro a digitalização das redes envolve três áreas: a transmissão, a distribuição e a comutação.

Nas duas primeiras tem-se procurado desenvolver tecnologia nacional, porque está ao nosso alcance fazê-lo, e, em ambos os casos, têm-se verificado bons resultados graças a uma íntima ligação entre as universidades e a indústria nacional.

Tecnologia nacional e importada

No campo da comutação já foi instalada uma central digital na Marconi — para as ligações internacionais — e outra na rede telex, no Porto. Este facto — sublinha o nosso convidado — constitui o segredo do espectacular aumento registado nas chamadas telefónicas para todos os continentes e da grande melhoria verificada no serviço de telex. A terceira central será instalada em Lisboa, dentro de muito pouco tempo, também na rede de telex.

Quanto ao serviço telefónico nacional, aquele a que respeitam as centrais em concurso, o governo nomeou uma comissão interministerial, logo que começou a funcionar, destinada a estudar as estratégias a adoptar relativamente à sua digitalização. Essa comissão era composta por representantes



RAUL JUNQUEIRO

dos Ministérios da Indústria, Equipamento Social, Trabalho e Finanças e ainda dos CTT/TLP e da Associação Nacional dos Industriais de Material Eléctrico e Electrónico.

A questão que lhe foi posta, lembra Raul Junqueiro, era a de saber se valeria a pena apostar no desenvolvimento de uma tecnologia nacional e ficarmos por aí; se deveríamos importar tecnologia pura e simplesmente; ou se adoptaríamos uma combinação destas duas metodologias.

A comissão acabou por recomendar ao governo que fosse tentado e apoiado o desenvolvimento de tecnologia nacional apenas para centrais de trânsito de pequena capacidade e que, no que toca às restantes, se recorresse à importação. Esta recomendação, bem como uma outra relativa à absoluta urgência da instalação de centrais digitais no sistema telefónico nacional, foi feita por unanimidade e aceite pelo governo, igualmente por unanimidade.

A opção pela tecnologia importada para os grandes equipamentos, salienta o secretário de Estado das Comunicações, ficou a dever-se à inviabilidade técnica e económica de a desenvolver a nível nacional.

A urgência do processo, afirma, tinha e tem a ver com a existência de gravíssimos constrangimentos na rede telefónica nacional que não são susceptíveis de ser resolvidos com a tecnologia actual. Por outro lado, o carácter inadiável desta opção explica-se porque a introdução de centrais digitais nos pode levar para um novo domínio, sobretudo para o campo das novas tecnologias da informação, que poderá trazer efeitos extremamente positivos quer na investigação quer na indústria nacional.

Na sequência deste primeiro relatório da co-

missão interministerial, o governo encarregou-a de elaborar um caderno de encargos, que pudesse servir de base a um concurso em que se escolhesse a tecnologia a importar, e avançou-se com o projecto de tecnologia nacional para as centrais de trânsito.

Neste aspecto fizeram-se contratos de desenvolvimento e contratos-programa entre o Centro de Estudos de Telecomunicações de Aveiro, onde havia um certo «know-how» nessa matéria, e a Standard Eléctrica e a Centrel, os dois fabricantes nacionais. Estes contratos estão em bom andamento, sintetiza o nosso interlocutor, e prevê-se a instalação em Viseu e em Braga, até ao fim do primeiro semestre do próximo ano, das duas primeiras centrais de trânsito, digitais, de tecnologia nacional.

«O concurso foi dirigido pelos CTT/TLP»

Entretanto, o caderno de encargos pedido à Comissão Interministerial foi apresentado ao governo e este aprovou-o por unanimidade, definindo simultaneamente a metodologia a que o concurso deveria obedecer. Quanto ao papel dos CTT/TLP na preparação daquele caderno, Raul Junqueiro contesta a afirmação de que a empresa operadora não foi ouvida e faz questão em frisar que ela fazia parte da comissão e que esta aprovou o documento por unanimidade.

E aqui chegamos a um ponto central da argumentação de Raul Junqueiro: o Governo ratificou o caderno de encargos e definiu, através de uma resolução própria, a metodologia do concurso. De acordo com esta resolução — diz o nosso convidado — ir-se-iam escolher duas tecnologias, no mínimo uma e no máximo duas; o concurso deve-

■ «Rui Machete é um homem sério, competente e apostado em resolver os problemas do País...»

■ «A atitude de Cavaco Silva é de arrogância ignorante, característica dos homens que se consideram predestinados...»



Raul Junqueiro, com os jornalistas Carlos Pessoa e José António Costa. «A proposta de exclusão das duas multinacionais foi dos CTT/TLP»

ITT e ATT serviram-se no concurso público d

ria ser feito pelos CTT/TLP, aliás como eles reivindicavam, e não pela Comissão Interministerial, e o concurso deveria ser limitado.

A condução do concurso pelos CTT/TLP aparece assim como o «cavalo de batalha» do secretário de Estado. O papel da Comissão Interministerial é relegado para segundo plano e a objectividade e transparência do processo são justificadas com o respeito pelos procedimentos estabelecidos.

Para Raul Junqueiro, a única decisão subjectiva de todo este processo foi a que determinou que o concurso só deveria ser aberto a quatro fabricantes da tecnologia e não a todos os existentes no mundo. Poderíamos tê-lo feito com 16 ou 17 mas decidimos fazê-lo com quatro porque era urgente avançar; se assim ele já levantou os problemas que levanto, com 16 ou 17 seria desastroso, argumenta.

Mas mesmo para esta falta de objectividade, o responsável pelas comunicações encontra uma atenuante: os CTT/TLP têm uma missão técnica que desde há quatro anos tem contactado todos os fabricantes do mundo, e feito os estudos técnicos e económicos necessários, pelo que são os verdadeiros especialistas no domínio dos sistemas. Para os CTT/TLP, portanto, não havia qualquer dificuldade em indicar os quatro que deveriam ser submetidos a concurso. Por isso mesmo, sustenta o nosso interlocutor, a escolha foi feita por unanimidade da equipa técnica e do Conselho de Administração e o Governo homologou-a. Poderia não o ter feito mas fez-lo até porque esses quatro fabricantes são exactamente os quatro que nos últimos anos investiram em Portugal. Raul Junqueiro acrescenta que não foi esse o critério dos CTT/TLP, que se guiaram por critérios técnicos e

económicos e essa coisa.

Os operadores a exclusão.

Seleção trinta e três, CTT/TLP, postas e

Nesta

são. Segs dos colocand e a Alca riam ser em ITT e da dada pe fez o co pegar n

Comissã Equipam análise, recidas,

Por oi posta de dos foi técnica c um adm

Em te compete tenha sic terial pa

que, no responsa nistros a

A res novamei

te e apostado ■ «O papel de Cavaco Silva como advogado de defesa de concorrentes perdedores num concurso caracterizado pela objectividade demonstra também uma grande ingenuidade política...»

ignorante, ca- ■ «Não há nenhum lobby francês... o que há é uma outra realidade chamada cooperação tecnológica europeia...»

predestina-



António Cerejo, à "Mesa 'DL'" do restaurante "Faz Figura": CTT/TLP".

m-se do PSD como advogado co das centrais digitais

económicos, mas o Governo verificou que havia essa coincidência e considerou-a salutar.

Os operadores recomendaram a exclusão

Selecção dos concorrentes, os cerca de trinta especialistas que compõem a comissão dos CTT/TLP fizeram o concurso, receberam as propostas e chegaram às respectivas conclusões.

Nesta fase chega-se a um outro aspecto essencial. Segundo o secretário de Estado essas conclusões dos operadores hierarquizavam as propostas, colocando em primeiro e segundo lugar a Siemens e a Alcatel e propunham ao Governo que deveriam ser excluídos os dois concorrentes que ficavam em terceiro e quarto lugares. A exclusão da ITT e da ATT/Philips teria sido assim recomendada pelos próprios CTT/TLP que foram quem fez o concurso e o Governo ter-se-ia limitado a pegar nesta proposta, designando uma nova Comissão Interministerial (Indústria, Finanças, Equipamento Social e CTT/TLP) para fazer uma análise mais detalhada das contrapartidas oferecidas pelas empresas.

Por outro lado, insiste Raul Junqueiro, a proposta de exclusão dos terceiro e quarto classificados foi formulada por unanimidade de equipa técnica e no Conselho de Administração só houve um administrador que não concordou.

Em todo o caso, se a realização do concurso compete aos CTT/TLP, como é que se explica que tenha sido encarregada uma Comissão Interministerial para apreciar as contrapartidas propostas e que, no fim de contas, seja a ela que cabe a responsabilidade de propor ao Conselho de Ministros a decisão final?

A resposta do nosso entrevistado remete-nos novamente para a metodologia aprovada pelo ple-

nário ministerial e explica-a nos seguintes termos: o concurso e de facto da responsabilidade dos CTT/TLP e só foi a Conselho de Ministros porque envolve igualmente interesses que têm a ver com a balança cambial, com a indústria nacional e com a modernização do País. Os interesses dos CTT/TLP são específicos, visam escolher o sistema tecnicamente mais fiável e mais barato; os interesses da indústria nacional passam pela salvaguarda dos seus postos de trabalho e pela garantia da sua reconversão; e a modernização do País exige que este concurso seja aproveitado para desenvolver os nossos centros de investigação e desenvolvimento e para lançar novas iniciativas empresariais no campo das novas tecnologias da informação.

A protecção destes interesses estava especificada na primeira resolução aprovada pelo Governo e competia à Comissão Interministerial, que devia apreciar as contrapartidas, com base na proposta dos CTT/TLP. Estas contrapartidas, frisa Raul Junqueiro, estavam no caderno de encargos e foram analisadas pelos CTT/TLP, mas a salvaguarda dos interesses sublinhados pela resolução do Governo exigia uma análise suplementar antes que o Conselho de Ministros se pronunciasse em definitivo.

Por outro lado, e este é também um elemento central da leitura feita pelo nosso convidado, a Comissão Interministerial parte da proposta dos CTT/TLP que exclui a ITT e a ATT.

Sendo assim, todavia — e aqui caímos de algum modo num círculo vicioso que tem certamente a ver com a pouca clareza da metodologia definida pelo Governo (apreciação que Raul Junqueiro, obviamente não partilha) — como é que a Comissão Interministerial pode salvaguardar os

interesses referidos, se parte de uma proposta que já afastou dois candidatos?

O interesse nacional e o despacho de Melancia

A esta dúvida acresce outra: de que maneira é que o despacho da homologação da proposta dos CTT/TLP, emitido por Carlos Melancia, se integra nos procedimentos estabelecidos pela resolução do Governo?

Segundo o secretário de Estado das Comunicações o concurso foi encerrado no que respeita aos concorrentes afastados, por razões objectivas claras e transparentes e o ministro do Equipamento Social limitou-se a concordar com o resultado do concurso e a definir a metodologia da sua apresentação ao Conselho de Ministros. Quanto às razões da exclusão das duas multinacionais Raul Junqueiro diz que os seus preços eram 80 a 120% superiores aos das europeias e as suas contrapartidas eram de uma modéstia espantosa.

Voltemos aos trabalhos da Comissão Interministerial encarregada de passar a pente fino as contrapartidas. De acordo com Raul Junqueiro ela considerou-as suficientes para defender os três tipos de interesses em questão e o assunto foi ao Conselho de Ministros de 3 de Setembro, não para decisão, mas apenas para apresentação aos outros ministros.

Nesta reunião, por iniciativa do ministro do Equipamento Social, a comissão foi alargada ao ministro do Comércio — visto que há problemas de compensações a tratar — e o comunicado final afirma que a decisão será tomada na reunião seguinte. Conforme se disse atrás isso não sucedeu, esperando-se que venha a acontecer no Conselho de Ministros de hoje.

De qualquer modo, no momento da nossa conversa com o secretário de Estado das Comunicações este dizia-se convencido de que a decisão final iria ser tomada dois dias depois uma vez que não havia razão para que assim não fosse e que o assunto é suficientemente importante para não ser adiado.

A atitude assumida desde há dois meses pelo PSD quanto a todo este processo prenunciava no entanto algumas dificuldades. Daí que perguntássemos a Raul Junqueiro se acreditava mesmo que o vice-primeiro-ministro e dirigente do PSD, Rui Machete, ia deixar passar a proposta dos CTT/TLP. A resposta foi a seguinte: a imagem que nós todos no Governo temos do dr. Rui Machete é a de um homem sério, competente e apostado antes de mais em resolver os problemas do País.

E mais: tenho confiança em que ele não se deixará influenciar por quaisquer pressões que não têm nada a ver com os interesses nacionais.

Para Raul Junqueiro a contestação do concurso é de facto completamente alheia ao interesse nacional: o processo é objectivo, claro e transparente e o que deu origem a esta polémica foi o facto de terem sido excluídas duas multinacionais importantes.

Cavaco Silva: «arrogante e ignorante»

Segundo sublinha foi ele Junqueiro, que lançou o processo e só no momento da decisão final é que se deu a reacção de duas multinacionais, que reagiram de uma forma absolutamente intolerável para um país democrático, pedindo a um papel no Governo para contestar isto tudo. Elas utilizaram o PSD como seu patrocinador e daqui podem-se tirar muitas ilações.

Subindo de tom e ajustando a mira Raul Junqueiro acrescenta: o que é mais espantoso é ver o líder do PSD ser o seu advogado principal, arvorar-se em defensor de duas multinacionais e lançar uma campanha altamente irresponsável.

Nesta óptica, as posições assumidas publicamente por Cavaco Silva acerca deste concurso correspondem, segundo o nosso convidado, a uma atitude típica de arrogância ignorante que é característica dos homens que se consideram predestinados e por isso julgam que sabem tudo. Por outro lado, conclui Raul Junqueiro, o papel de Cavaco Silva como advogado de defesa de concorrentes perdedores num concurso caracterizado pela objectividade demonstra também uma

grande ingenuidade política.

Escavacado assim o líder dos sociais-democratas, o secretário de Estado remata ainda que é completamente ilógico defender agora a renegociação de contrapartidas com os fornecedores preteridos: se admitíssemos que os últimos apresentassem novas contrapartidas, depois de terem sido afastados, estávamos a viciar o concurso. Por outro lado, salienta igualmente, as dúvidas levantadas acerca da verdade dos preços de fabricação nacionais apresentados pela Siemens e pela Alcatel não têm razão de ser porque eles foram confirmados pela Centrel e pela Standard.

No fim de contas Raul Junqueiro parece querer dizer que não tem culpa nenhuma de que as próprias estratégias da ITT e da ATT as tenham excluído do concurso. Confessa-se surpreendido por ambas terem proposto preços tão elevados e contrapartidas tão modestas. No que se refere à ITT diz mesmo que só por ter feito uma proposta totalmente inaceitável é que foi excluída. A explicação para a atitude desta multinacional acaba porém por a encontrar na sua estratégia internacional: a ITT está a desinvestir na Europa e tem agora todo o interesse em investir no mercado americano.

Quanto à ATT, que se associou recentemente à Philips neste sector, a justificação poderia estar na falta de experiência em concursos na Europa.

Mas Raul Junqueiro quer que fique bem claro que em sua opinião as multinacionais podem ter um papel importante num país desde que respeitem as regras do jogo. O que não se pode aceitar, afirma, é que elas tenham defendido os seus interesses de forma ilegítima.

«Não há «lobby» francês nenhum»

Refutadas as acusações do PSD faltava pegar no caso pela outra banda.

Aparentemente Cavaco Silva não gostou que os fornecedores americanos tivessem ficado de fora e também não terá gostado da influência obtida pelo «lobby» socialista francês e alemão em todo este processo.

Nesta perspectiva, o PS e Mário Soares teriam jogado a entrega do mercado digital aos alemães e franceses contra a aceleração da adesão à CEE. Raul Junqueiro nega novamente: esse «lobby» não existe e eu próprio sempre defendi que idealmente deveríamos optar por uma tecnologia americana e por uma europeia.

O que aconteceu, acrescenta, foi que, por razões objectivas as empresas europeias ganharam o concurso. Negada a existência de tais influências, reconheceu todavia uma outra realidade que é a cooperação tecnológica europeia. Essa não tem nada a ver com isto e é necessário incrementá-la, afirmou.

Chegados ao fim faltava uma coisa. Nos bastidores desta polémica pairava há muito uma outra acusação contra Raul Junqueiro: ele era acusado de proteger a Centrel em detrimento do outro fabricante nacional de telecomunicações interessado no concurso — a Standard Eléctrica, pertencente ao grupo ITT.

O nosso interlocutor responde de imediato: se me acusam de proteger a indústria nacional isso é correcto. A Centrel é constituída por capitais exclusivamente portugueses e eu, como membro do Governo, tenho obrigação de defender aquilo que é português. Mas se a acusação assume o aspecto de dizer que eu alguma vez prejudiquei a Standard Eléctrica em favor da Centrel então é falso. Não posso esquecer que a Standard está no nosso país há mais de 50 anos e tem um conjunto de trabalhadores e de quadros pelos quais tenho a maior admiração e respeito.

Faltava mais uma: o ministro do Equipamento Social anunciou uma conferência de imprensa para esclarecer tudo isto, e ela nunca se chegou a realizar. Raul Junqueiro explica e desferirá mais um golpe: a conferência de imprensa terá lugar quando houver a decisão final, porque isto são assuntos de Estado para discutir no local próprio e não no meio da rua como faz o líder do PSD.

(Ver na página 15 um declaração de Raul Junqueiro sobre a Mesa)

Marrocos corta relações com a Índia

MARROCOS rompeu ontem as suas relações diplomáticas com a Índia, depois de o governo de Nova Deli ter reconhecido a República Árabe Sarauí (RASD). «A decisão adoptada pelo governo indiano ofende os princípios do referendo, fazendo caso omisso de um dos pilares-base do Movimento dos Não-Alinhados, o da autodeterminação», afirma um comunicado emitido pelo Ministério marroquino dos Negócios Estrangeiros. Marrocos propõe-se marcar para Outubro a realização de um referendo sobre o Sara Ocidental.

Julgamento na RFA

TRÊS mulheres acusadas de pertencer à «organização terrorista» facção do Exército Vermelho, começaram a ser julgadas numa sala de audiências de alta segurança construída na prisão onde estão detidas, em Estugarda. Christa Eckes, 35 anos, Manuela Happe, 29 anos e Ingrid Jacobsmeier, 32 anos, todas cidadãs da RFA, são acueadas de participação numa organização terrorista, assalto à mão armada, posse ilegal de armas e utilização de documentos falsos. Cerca de 250 testemunhas estão previstas para este julgamento, que se deve arrastar por alguns meses.

Conversações Fidel/Nyerere

OS presidentes de Cuba e da Tanzânia, Fidel Castro e Julius Nyerere, debateram em Havana a situação na África Austral, informou a TASS. As conversações entre os dois presidentes decorreram em ambiente de amizade e focaram também os problemas dos países em vias de desenvolvimento, provocados pela crise económica.

Castro e Nyerere condenaram a política do *apartheid* e as agressões do regime racista e apoiaram a luta do povo da Namíbia pela sua independência.

O presidente tanzaniano, que se encontra em Cuba em visita oficial, agradeceu a Fidel Castro, em nome dos países africanos, a ajuda prestada aos países de África empenhados na defesa da soberania nacional.

Incidente com avião checo

UM avião militar checoslovaco disparou dois a quatro foguetões contra um helicóptero norte-americano em patrulha perto da fronteira entre a Alemanha Federal e a Checoslováquia, anunciou o Pentágono. Robert Sims, porta-voz da Secretaria da Defesa, disse que os projecteis não acertaram no alvo e o helicóptero com os seus dois tripulantes regressou ileso à sua base na RFA. Sims acrescentou que o governo dos Estados Unidos enviou uma nota de protesto ao governo de Praga pelo incidente.

Detidos do caso "Greenpeace"

A Polícia da Nova Zelândia destacou dois homens para examinar a correspondência endereçada aos dois agentes franceses que aguardam julgamento pelo afundamento do barco ecologista «Rainbow Warrior», foi anunciado em Wellington. A polícia quer certificar-se de que nenhuma das cerca de 150 cartas que chegam semanalmente para Dominique Prieur e Alain Mafart, na maioria de admiradores, contém mensagens cifradas sobre uma possível evasão. O início do julgamento dos dois agentes franceses está marcado para 4 de Novembro e o Governo de Wellington já declarou que está decidido a descobrir quem, no Governo de Paris, sabia dos planos dos serviços secretos para afundar o navio da organização ecologista «Greenpeace».

EUA aprovam "raid" israelita

Destruição da sede da OLP condenada por todo o mundo

— 60 mortos e mais de 100 feridos

Os EUA apoiaram o bombardeamento ontem cometido contra a sede da OLP em Tunes (Tunísia) por aviões israelitas, ataque que causou 60 mortos e uma centena de feridos. Para a administração Reagan, trata-se do direito de «retaliação» que incumbe a Israel.

A voz dos EUA ficou totalmente isolada no contexto internacional, pois todos os governos — incluindo os da CEE — que até agora se pronunciaram sobre o acontecimento são unânimes em condenar a acção de Israel.

O líder da OLP, cuja residência normal foi atacada pela aviação israelita, afirmou que os EUA tinham dado ajuda a Israel no «raid» contra a sede da OLP, situada na praia de Hamam, a 12 quilómetros do

centro de Tunes, e que ficou totalmente arrasada. Fontes oficiais norte-americanas desmentiram entretanto que os EUA tivessem conhecimento prévio do «raid» ou que tivessem contribuído para ele. Tunes fica a 2400 quilómetros de Israel e o «raid» de ontem foi, depois do cometido contra Entebe (Uganda) aquele que se efectuou a maior distância da base. Segundo a Líbia, os aviões israelitas foram reabastecidos em voo por um avião dos EUA. O ataque foi cometido às 9 horas (de Lisboa) de ontem.

A Tunísia, um dos países árabes mais pró-ocidentais e aliado dos Estados Unidos, considerou o ataque no seu território «um exemplo de terrorismo de Estado».

O Egipto anunciou a sus-

ensão das conversações com Israel sobre a faixa fronteiriça de Taba em protesto contra o ataque.

A Jordânia denunciou a acção israelita como «um acto de terror e violência contra um Estado árabe moderado e contra refugiados».

A Síria e a Líbia afirmaram que o ataque «foi uma agressão criminosa contra a Tunísia» e o líder líbio, Moammar Khadafy, com quem as autoridades tunisinas cortaram relações, ofereceu a ajuda militar do seu país.

A OLP salientou que o ataque «demonstra que Israel não está interessado na paz» e advertiu: «Se Israel está determinado a ter guerra, guerra terá, porque vamos vingar todos os mortos e feridos em Tunes».

Em Israel, o ministro da defesa, Yitzhak Rabin, disse que o ataque «foi um aviso de que não haverá imunidade para qualquer grupo da OLP em nenhum lugar do mundo».

No Luxemburgo, os dez países membros da CEE, e ainda Portugal e a Espanha, «condenaram vigorosamente» o ataque, afirmando que «esta nova escalada da violência não favorece os esforços que estão a ser feitos para alcançar uma solução pacífica para o conflito israelo-árabe».

O governo norte-americano foi o único a defender a acção israelita que qualificou de «legítima autodefesa», mas pode ver-se obrigado a usar o direito de veto para evitar a condenação de Israel.

Confirmado por fonte da Embaixada soviética

Refém soviético assassinado pelos raptadores em Beirute

Uma fonte próxima da Embaixada da URSS em Beirute confirmou hoje que um dos quatro soviéticos raptados em Beirute foi executado e que o corpo foi identificado.

A polícia libanesa indicou ter encontrado um corpo crivado de balas num bairro de Beirute Ocidental e referiu que a vítima parece ser Nikolai Sverski, um médico da Embaixada soviética que foi raptado segunda-feira juntamente com três diplomatas da mesma nacionalidade.

No entanto, um membro de uma milícia libanesa identificou a vítima como sendo Oleg Spirine, adido da Embaixada da URSS.

A Organização de Libertação Islâmica anunciou anteriormente que tinha executado um dos reféns soviéticos e que o seu corpo foi deixado num bairro de Beirute Ocidental.

Além de Sverski e de Spirine, foram também raptados Arkady Katkov e Valery Mirikov.

Enquanto isto, a União Soviética tomará «todas as medidas necessárias» para libertar os diplomatas sequestrados no Líbano, na segunda-feira, disse a

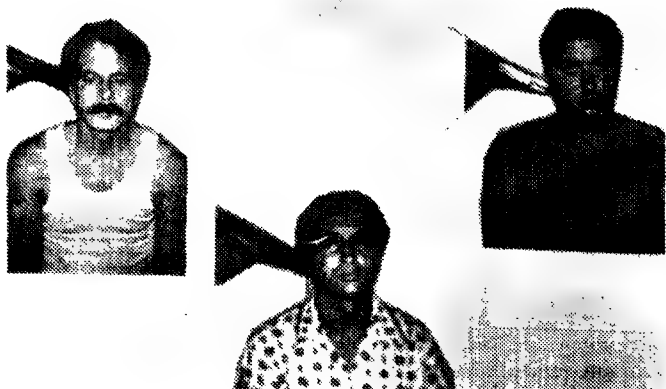


Foto dos reféns soviéticos, distribuída pela fihad islâmica em Beirute (Telefoto NP/DL)

agência noticiosa TASS.

A agência denunciou os sequestradores como «bandidos» que cometeram um acto terrorista merecedor de condenação mundial.

«Um crime hediondo foi cometido em Beirute», disse a TASS.

Bandidos de uma das ultra-reaccionárias, ultradireitistas, organizações tomou como reféns quatro funcionários que trabalham em agências soviéticas no Líbano.

«Este acto terrorista de sequestro de cidadãos soviéticos, prosseguiu a agência, constituiu uma violação grosseira do direito internacional».

Grupos radicais muçulmanos libaneses que reivindicaram o rapto dos soviéticos exigem para a sua libertação o fim das tentativas violentas das milícias pró-sírias de se apoderar de Trípoli e ameaçam executá-los, se a ofensiva pelo controlo da cidade portuária do Norte Líbano não for interrompida.

China comemora revolução

A República Popular da China comemorou ontem o trigésimo sexto aniversário da sua fundação, com três dias de festa e celebrações quase familiares.

Este ano não houve desfiles militares nem grandes discursos, porque o governo decidiu que apenas de cinco em cinco anos haverá grandes celebrações.

As maiores cidades do país têm as principais avenidas engalanadas e com flores, os edifícios profusamente iluminados e milhares de bandeiras desfraldadas, para recordar a proclamação da República Popular.

No primeiro de Outubro de 1949, Mao Tsetung, presidente do Partido Comunista da China, proclamou o nascimento da nova República num palanque à entrada da «Cidade Proibida» em frente a gigantesca Praça de Tianamen, conhecida por Praça da Paz Celestial.

Milhões de chineses dedicarão os três dias festivos a visitar as famílias, oferecer-lhes lembranças e a organizar grandes banquetes.

Um dos poucos actos oficiais do governo tendo em conta a Festa Nacional, foi uma recepção oferecida pelo primeiro-ministro, Zhao Ziyang, ao corpo diplomático no Grande Palácio do Povo.

Zhao declarou num discurso de uma hora que a China «deve dar a máxima prioridade à reforma e levá-la a cabo tenaz e sistematicamente».

«Faremos firmemente a política de abertura ao exterior e de desenvolver os intercâmbios com outros países nos campos económico, científico, tecnológico e cultural», acrescentou o primeiro-ministro.

Granizo mata 20 no Brasil

Pelo menos 20 mortos, 300 feridos e três mil desalojados é o balanço de uma violenta tempestade de granizo que assolou uma povoação no Sueste do Brasil — revelaram as auto-

ridades brasileiras.

A tempestade ocorreu na segunda-feira à tarde em Itaberinha de Mantena, uma vila de cerca de 12 mil habitantes, no Estado de Minas Gerais, cerca de 720 quilómetros a

Nordeste do Rio de Janeiro.

Ventos ciclónicos e pedras de granizo do tamanho de bolas de ténis destruíram casas, colheitas, linhas telefónicas e eléctricas. A tempestade durou cerca de 15 minutos.

VENDE-SE

CASA NO CENTRO DE ALMADA

Com 4 assoalhadas e quintal com 90 m².
Mais informações pelo telefone
276 56 28 das 13 h às 15 h



Aspecto dos acidentes violentos ontem na cidade de Francoforte (Telefoto NP/DL)

Graves incidentes raciais em Liverpool

Cerca de 300 jovens, na sua maioria negros, apedrejaram ontem uma esquadra da Polícia e incendiaram vários carros em Liverpool, a terceira cidade britânica atingida pela violência em menos de um mês.

O distrito de Toxteth, onde se registaram os incidentes, foi isolado por agentes da Polícia equipados com capacetes e escudos e apoiados por viaturas blindadas, que acabaram por dispersar os jovens.

A violência principiou ao fim da tarde e, horas depois o inspetor da Polícia, Alexa McKie, disse que apenas pequenos grupos vagueavam pelas ruas.

«Temos a área sob controlo», afirmou.

A Polícia informou que duas pessoas, uma das quais médico, foram retiradas à força dos seus carros por bandos de jovens que os roubaram.

O inspetor McKie disse que a violência parece estar ligada aos recontros registados na manhã de ontem entre a Polícia e manifestantes negros.

Cerca de 100 manifestantes invadiram então o Tribunal de Liverpool onde quatro negros estão a ser julgados sob a acusação de terem presumivelmente assassinado um outro negro durante os festejos carnavalescos de Toxteth, em Agosto último.

Novos distúrbios na RFA

Catorze pessoas ficaram feridas e cerca de 200 foram detidas

após uma noite de violência em duas cidades da RFA, anunciou a Polícia.

A Polícia deteve cerca de 65 manifestantes depois de terem surgido distúrbios perto da estação central dos caminhos-de-ferro de Frankfurt.

Na cidade de Estugarda, um porta-voz da Polícia anunciou que foram detidos cerca de 200 manifestantes para controlo de identidade depois de terem havido confrontos entre manifestantes e a Polícia, nos quais ficaram feridas seis pessoas.

A violência em Frankfurt seguiu-se a uma marcha de cerca de três mil pessoas convocada para protestar contra a morte de Gunter Sare, de 36 anos de idade, um manifestante antinazi, esmagado debaixo de um tanque de água de assalto no sábado.

A Polícia usou tanques de água de assalto na noite de segunda-feira contra manifestantes em Frankfurt que provocavam distúrbios atirando pedras e partindo vidros, disse uma testemunha.

Houve uma presença maciça da Polícia que utilizou helicópteros para proteger os polícias que estavam em verdadeira batalha campal com jovens manifestantes.

Violentas manifestações registaram-se também em Hamburgo e Berlim.

Explosão do paiol do Maputo provocou doze mortos

Doze mortos e 83 feridos é o balanço final da explosão do paiol das Forças Armadas moçambicanas, próximo do Maputo, ocorrida na tarde da passada quarta-feira — foi anunciado oficialmente.

Os prejuízos materiais resultantes do incêndio, que destruiu parcialmente o paiol, ascenderam a 17 milhões de meticais (cerca de 68 mil contos), dos quais apenas cinco milhões (cerca de 20 mil contos) estão cobertos pelas verbas disponíveis no Município de Maputo.

Fonte oficial revelou que foram detectados cerca de 600 casos de janelas, portas e montes destruídas pelas ondas de choque das explosões, além de nove casas destruídas totalmente e uma centena parcialmente.

Todas as casas afectadas são construções de caniço, madeira ou zinco.

Cerca de 900 pessoas, um terço das quais crianças, ficaram desalojadas, tendo sido recolhidas temporariamente no parque de campismo da cidade de Maputo.

Mitterrand rejeita convite de Reagan

Gorbachev inicia visita a França

O secretário-geral do Partido Comunistas da União Soviética, Mikhail Gorbachev, chega esta tarde a Paris para uma viagem oficial à França, onde permanecerá até sábado próximo. Mais de quatro mil polícias forma mobilizados para garantir a segurança de Gorbachev, que faz em França a sua primeira visita oficial a um país do Ocidente desde que assumiu a liderança do seu partido.

Mais de 15 mil pessoas manifestaram-se ontem na Praça de Trocadero, em Paris, contra a visita. Intelectuais franceses, entre os quais a falecida Simone Signoret, subscreveram um manifesto em prol dos «direitos humanos» na URSS e amanhã 40 deputados, escritores e personalidades religiosas viajarão por Paris num autocarro chamado da «liberdade».

Para lá destes aspectos marginais da visita, o que fica de pé é a importância desta visita nas vésperas do encontro entre Gorbachev e Reagan.

A França, peça essencial no xadrez europeu, discorda da administração Reagan num aspecto do futuro do diálogo Leste-Oeste: a chamada «Guerra das Estrelas» ou iniciativa de

defesa estratégica.

A França que, em contraposição ao projecto de Reagan, promoveu o chamado plano «Eureka» não está isolada no contexto europeu quanto a esta recusa, e Paris pode ser uma peça-chave do diálogo com a Europa Ocidental que tem sido privilegiado pelo novo dirigente do Kremlin em grande parte devido às sucessivas situações de impasse que o diálogo com Washington tem vindo a conhecer sobretudo desde o advento da administração Reagan.

Em entrevista concedida à TV francesa, Gorbachev declarou que os seus encontros com Mitterrand (programados no Eliseu para hoje e amanhã) constituem uma oportunidade para livrar o mundo «das cha-

mas da guerra».

Gorbachev revelou que a degradação da situação internacional é o motivo principal da urgência destes encontros com Mitterrand.

Gorbachev sublinhou a política do seu país contrária à corrida aos armamentos e referiu as últimas propostas soviéticas para uma moratória sobre testes nucleares e o apelo para um congelamento da instalação de mísseis de médio alcance na Europa.

Enquanto isto, a agência oficial soviética TASS afirma que os EUA estão a exercer pressões políticas sobre os seus aliados antes da cimeira com Gorbachev marcada para 19 e 20 de Novembro em Genebra. A reunião marcada por Reagan com os «sete mais ricos» para 24 deste mês é, segundo a TASS, o desejo de «ditar a Estados soberanos a política que devem seguir perante as conversações Leste-Oeste».

A recusa de Mitterrand

O presidente francês, François Mitterrand, recusou parti-

cipar na cimeira convocada por Reagan, e marcada para 24 do corrente. Mitterrand declarou, no entanto estar disposto a encontrar-se em data oportuna com o presidente dos EUA.

Segundo Mário Sampaio, correspondente da NP em Paris, Mitterrand começou por aceitar o convite, mas acabaria por recusá-lo face à reacção de Washington no tocante ao bombardeamento que Israel cometeu contra a sede da OLP em Tunes.

Genebra

A Casa Branca anunciou que vai analisar cuidadosamente a proposta soviética de redução de 50 por cento das suas armas nucleares. Mas anteriormente a Administração Reagan declarou já que nunca desistiria do projecto da «Guerra das Estrelas».

Ora ontem, em Genebra, o negociador-chefe da URSS, Viktor Karpov, foi muito claro, afirmando que quaisquer reduções de armas nucleares só serão feitas se Washington abandonar os seus planos de militarização do espaço cósmico.

Na África do Sul

Líder partidário exige completa investigação sobre Nkomati

O líder do Partido Progressista Federal, Van Zyl Slabbert, exigiu uma «verdadeira e completa investigação» sobre os documentos revelados por Moçambique e referentes ao não-cumprimento dos acordos de Nkomati pela África do Sul.

Numa declaração divulgada na Cidade do Cabo, Slabbert afirmou que «se metade do que foi revelado é verdade» isso constitui um comentário devastador sobre a capacidade do Executivo (sul-africano) de controlar as suas Forças Armadas.

Slabbert acentuou que, se o inquérito não for efectuado, isso criará a ideia de que as Forças Armadas da África do Sul agem por conta própria.

«A nossa credibilidade neste campo já está em ruínas e é importante que sejam tomadas medidas activas para a restabelecer, antes que nos transformemos em motivo de riso para todo o Mundo», acrescentou o líder do PPF.

Entretanto, o presidente sul-africano, Pieter Botha, recusou numa reunião do Partido Nacionalista, no poder, as acusações de Moçambique, segundo as quais a África do Sul viola o acordo de paz de Nkomati.

Pieter Botha reagiu às acusações feitas no Maputo pelo

ministro moçambicano da Segurança, Sérgio Vieira, segundo as quais a África do Sul viola «contínua e massivamente» o acordo assinado entre Maputo e Pretória em 16 de Março de 1984.

Roclof «Pik» Botha, ministro sul-africano dos Negócios Estrangeiros, admitira, no entanto, há duas semanas, em reuniões com ministros moçambicanos realizadas em Nkomati e Maputo, «violações técnicas» ao Pacto de Nkomati por parte do seu país.

Na mesma reunião partidária, o presidente Pieter Botha defendeu as acções militares sul-africanas em Angola, salientando que não podia manter-se à margem enquanto a União Soviética e Cuba ajudavam Angola a derrotar a Unita.

A Unita e a África do Sul reivindicaram o abate de seis helicópteros do Exército angolano na área de Mavinga a 200 quilómetros da base central do movimento de Jonas Savimbi.

ONU analisa ataque contra Angola

O Conselho de Segurança da ONU vai efectuar hoje consultas privadas sobre o pedido apresentado por Angola para que analisasse o mais recente ataque

aéreo da África do Sul contra território angolano.

O pedido foi apresentado em carta do embaixador angolano Elísio de Figueiredo ao embaixador norte-americano Vernon Walters, presidente do Conselho de Segurança durante o mês de Outubro.

A carta cita «actos de agressão e ameaças à paz e segurança regionais por parte das Forças Armadas racistas da África do Sul, resultante na violação da integridade territorial e soberania nacional da República Popular de Angola».

Segundo o governo angolano, o ataque aéreo sul-africano de segunda-feira a território angolano causou a morte de mais de 50 soldados.

A 20 de Setembro, o Conselho de Segurança aprovou uma resolução condenando a África

do Sul por uma incursão em território angolano e apelava à retirada das tropas sul-africanas.

Medidas contra o rand

O presidente norte-americano, Ronald Reagan proibiu a importação das moedas de ouro sul-africanas Krugerrand, a partir do próximo dia 11.

Reagan frisou, ao divulgar a decisão, que a acção visa «o apartheid» e o governo da África do Sul e não o povo sul-africano.

A proibição, disse o presidente, foi decidida «ante a certeza de que o Krugerrand é considerado pelo Congresso como um importante símbolo do apartheid».

IMPRESSOR DE OFFSET

PRECISA-SE

Com experiência de rotativa.

Resposta a este jornal ao N.º 21 001

indicando «curriculum».

Portugueses "vingarão" Praga no "dia europeu" do futebol?

Durante algumas horas de hoje o interesse quanto ao momento eleitoral deverá meter «pausa» já que as atenções generalizadas dos portugueses estarão centradas à volta das competições futebolísticas que, sob a égide da UEFA, fazem movimentar 62 bolas em igual número de palcos da grande comédia que continua a ser fascínio para milhões de pessoas em todos os quadrantes universais.

FC Porto, Sporting, Boavista e Portimonense estarão em países do centro da Europa para continuar o «confronto» cuja primeira «metade» ocorreu há 15 dias em quatro estádios portugueses. Curiosamente, os nossos representantes levaram no bernal alguma vantagem, o que, obviamente, proporciona justificado optimismo de todos nós quanto à sua possível continuidade nas competições. Vamos aguardar pela «resposta» que nos será dada entre as 17 e as 21 horas. Até lá confiemos.

Segundo informações vindas dos «centros de operações» de Brugge, Belgrado, Amesterdão e Roterdão continua a reinar grande confiança e seguro optimismo junto das nossas quatro representações, naturalmente todas elas moralizadas pelo ascendente materializado nos encontros da primeira «mão» efectuados em Portugal. Durante as sessões de treino realizadas os técnicos Artur Jorge, Manuel José, João Alves e Vítor Oliveira terão procedido à «afinação» do sistema tático determinado para a continuidade do jogo agora na sua segunda parte e com mudança de campo. Quanto à saúde física dos futebolistas, não surgiu qualquer caso preocupante pelo que os quatro quadros lusos apresentarão em campo os seus melhores elementos (excepção, que muito se lamenta, ao portista Eurico que pelos motivos bem conhecidos é o grande ausente desta sessão internacional).

Naturalmente que o FC Porto se apresenta em melhor posição já que o 2-0 poderá provocar a serenidade bastante para «travar» o esperado ímpeto e aguardada «fúria» dos holandeses, do

poderoso Ajax, no «escaldante» estádio Olímpico de Amesterdão. Com um guarda-redes (Zé Beto) seguro e uma cortina defensiva onde a técnica se liga à pujança atlética e a velocidade acasala com o vigor e a fibra; com um «miolo» onde existem artistas geniais e contando na frente com a arte e o engenho de Futre e a presença do goleador-mor da Europa, diremos que está justificado todo o optimismo.

Manuel José anunciou que tem preparada uma «armadilha» para impor ao Feyenoord. Confiamos na inteligência deste magnífico «expert» do futebol português e estamos cientes de que os excelentes jogadores de que dispõe reúnem a capacidade bastante para assimilarem e realizarem qualquer «manobra» idealizada pelo seu condutor.

Já se sabe que Venâncio irá alinhar, e, consequentemente, Manuel José conta com todas as pedras do seu valioso plantel, apresentando, portanto, a equipa ideal sobre o relvado. A categoria do «gigante» Vítor Damas, junta-se a expe-



Bem gostaríamos que esta manifestação de júbilo fosse repetida no final do encontro de hoje em Brugge, e continuada pelos parceiros de Portimão, Antas e Alvalade

riência de Gabriel e a eficiência dos jovens companheiros Morato, Venâncio e Fernando Mendes; no sector intermédio pontifica o talento do super-Pacheco e lá na frente estarão Manuel Fernandes e Jordão de seta virada às redes opostas. E mais: nas bancadas também haverá uns milhares de portugueses a fazer teste à garganta...

João Alves tem tarefa bem difícil frente ao Brugge, por força dos três golos sofridos no Bessa e tudo dependerá do esquema implantado e sua funcionalidade nos momentos iniciais do encontro. Convirá recordar que o Brugge marcou realmente três tentos, mas os

avçados do Bessa foram mais além, o que poderá significar que a defensiva belga será mais frágil do que a comandada por Frederico.

Entretanto, em Belgrado, teremos pelas 17 horas o silvo primeiro, com o Portimonense, naturalmente cauteloso na defesa da magra vantagem de um golo com que se apresenta. O Partizan é um adversário de desagradáveis recordações para o futebol português, todavia estamos confiantes no brio, garbo, crença e muito querer dos comandados do jovem Vítor Oliveira.

Futebol português em quatro frentes e fazemos votos para siga em frente...

A.H.

“Nuvens negras” sobre o estádio da Juventus

A Juventus vai reviver a dolorosa memória da tragédia de Bruxelas quando logo tiver de disputar o encontro da segunda «mão» da primeira eliminatória da Taça dos Clubes Campeões Europeus à «porta fechada».

A «nuvem negra» de Bruxelas e o êxito alcançado sobre o Liverpool não serão no entanto óbices ao apuramento da Juventus, que no encontro de há quinze dias venceu o Jeunesse por 5-0.

Equipas prováveis

Stadion Ina (17 horas)

Árbitro: Dedda (Turquia).

PARTIZAN: Omerovic; Fadovic, Rojevic, Vermozovic e Caplij; Radanovic, Djucik e Vikovic; Varga, Stefanovic e Vucicevic.

PORTIMONENSE: Vital; Dinis, Simões, Balacó e Teixeira; Luís Reina, Nivaldo, Carvalho e Freire ou Barão; Pita ou Luís Reina e Cadarin.

Olympiastadion (19 horas)

Árbitro: Sanchez Armínio (Espanha).

BRUGES: Jensen; Mamadou, Franky, Van der Elst e Broos; Leo Van der Elst, Verheyen, Ceulemans e Quarter; Papin, De Grijse e Wellens.

BOAVISTA: Alfredo; Jaime, Frederico, Adão e Caetano; Casaca, Quinito, Walker e Agatão (ou Ribeiro); Tonanha e José Rafael.

Estádio de Kuip (19 horas)

Árbitro: Dotchev (Bulgária).

FEYENOORD: Hiele; Wijnstekers (cap.), Nielsson, Duut, Troost e Molennard, Mário Been, Sorensen e Tahamata; La Ling e Eriksen.

SPORTING: Damas; Gabriel, Venâncio, Morato e Fernando Mendes; Lito, Jaime Pacheco, Sousa e Mário Jorge; Manuel Fernandes e Jordão.

Estádio Olímpico (19,15 h na TV)

Árbitro: Krchnak (Checoslováquia).

AJAX: Menzo; Silooy, Spelbos, Koeman e Boeve; Van Schip, Rijkaard, Muhren e Vanenburg; Van Basten e De Wit.

FC PORTO: Zé Beto; João Pinto, Lima Pereira, Celso e Inácio; Frasco, André, Semedo e Laureta; Gomes e Futre.

Microscópio

CONFIRMADO. O encontro Belenenses-Sporting relativo à próxima jornada do campeonato nacional que a FPF havia marcado para as 21 horas, acaba de ser transferido para as 15 horas. Deste modo, todos os jogos serão realizados àquela hora e como única alteração foi confirmado, para o Estádio Municipal de Guimarães, o encontro Braga-FC Porto.

CHICOTADA. Vítor Godinho conforme ontem anunciou, não recebeu o «voto de confiança» da direcção e por isso abandonou o cargo de treinador do Sacavenense.

DISTINÇÃO. Carlos Alinho que representou o Sporting, Porto e Benfica em futebol acaba de ser convidado para desempenhar o lugar de director geral dos Desportos de Cabo Verde.

O ponto da situação

Com a realização de 62 encontros (15 referentes à Taça dos Campeões, outros tantos para a Taça das Taças e 32 respeitantes à Taça UEFA), completa-se hoje a primeira eliminatória das competições sob a égide uefeira.

Naturalmente que dos 62 confrontos poucos se encontram definidos, já que os resultados registados há 15 dias não foram concludentes.

Assim, na Taça dos Campeões, a Juventus tem assegurada a passagem, porquanto os 5-0 obtidos no Luxemburgo frente ao Jeunesse são elucidativos. Também se nos afigura que o Austria, Fenerbache, Barcelona e Bayern, porque venceram fora, se apresentam como prováveis continuadores. No resto, incerteza até ao derradeiro silvo arbitral.

Quanto à Taça das Taças apenas a Bayer Uerdingen e o Rapid parecem firmes para a 2.ª eliminatória e no que toca à Taça UEFA o PSV Eindhoven, Dundee United, Hammarby, Inter, Panathinaikos, Hadjuk, Neuchatel e Atlético de Bilbao arrecadaram diferença que lhes permite bastante tranquilidade. Aqui lhe deixamos o «calendário».

Taça dos Campeões

IFK Goteborg (Suécia)-Trakia Plovdiv (Bulgária)	3-2
Dynamo Berlim (RDA)-Austria Viena (Viena)	0-2
Bordéus (França)-Fenerbache (Turquia)	2-3
Gornik (Polónia)-Bayern (RFA)	1-2
FC Porto (Portugal)-Ajax (Holanda)	2-0
Sparta (Checoslováquia)-Barcelona (Espanha)	1-2
Jeunesse D'Esch (Luxemburgo)-Juventus (Itália)	0-5
Akranes (Islândia)-Aberdeen (Escócia)	3-1
Linfield (Irlanda Norte)-Servette (Suíça)	2-2
Zenite (URSS)-Valerenghns (Noruega)	2-0

Vejle (Dinamarca)-Steaua (Roménia)	1-1
Rabat Ajax (Malta)-Omonia (Chipre)	2-2
Kuusysi (Finlândia)-Sarajevo (Jugoslávia)	2-1
Honved (Hungria)-Shamrock (Irlanda)	2-0
Verona (Itália)-Paok (Grécia)	3-1
Isento: Anderlecht (Bélgica).	

Taça das Taças

Zurrieq (Malta)-Bayer Uerdingen (RFA)	0-3
Mónaco (França)-Craiova (Roménia)	2-0
Rapid Viena (Austria)-Banyasz (Hungria)	5-0
Galatasaray (Turquia)-Widzen Lodz (Polónia)	1-0
Helsínquia (Finlândia)-Flamurtari (Albânia)	3-2
Atlético Madrid (Espanha)-Celtic (Escócia)	1-1
Utrecht (Holanda)-Dynamo Kiev (URSS)	2-1
AIK (Suécia)-Red Boys (Luxemburgo)	3-0
Larissa (Grécia)-Sampdoria (Itália)	1-1
Limassol (Chipre)-Dukla (Checoslováquia)	2-2
Frederikstad (Noruega)-Bangor (Gales)	1-1
Cercle Brugge (Bélgica)-Dinamo Dresden (RDA)	0-1
Estrela Vermelha (Jugoslávia)-Aarau (Suíça)	1-0
FRAM (Islândia)-Glentoran (Irlanda do Norte)	3-1
Lyngbby (Dinamarca)-Galway (Irlanda)	1-0
Isento: Benfica (Portugal).	

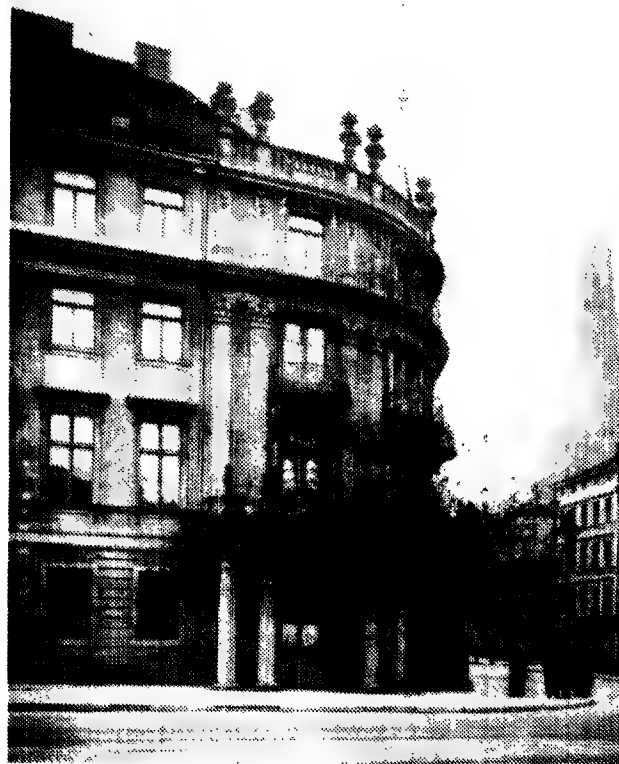
Taça UEFA

Sporting (Portugal)-Feyenoord (Holanda)	3-1
Glasgow (Escócia)-Osasuna (Espanha)	1-0
Valur (Islândia)-Nantes (França)	2-1
Colerainen (Irlanda Norte)-Leipzig (RDA)	1-1

Colonia (RFA)-Gijon (Espanha)	0-0
Vasas Gyor (Hungria)-Bohemians (Checoslováquia)	3-1
Boavista (Portugal)-FC Brugges (Bélgica)	4-3
Avenir Beggen (Luxemb.)-PSV Eindhoven (Holanda)	0-2
Videoton (Hungria)-Malmoe (Suécia)	1-0
Auxerre (França)-Milan (Itália)	3-1
Slavia (Checoslováquia)-ST. Mirren (Escócia)	1-0
Chenomorets (URSS)-Werder Bremen (RFA)	2-1
Bohemians (Irlanda)-Dundee United (Escócia)	2-5
Spartak Moscovo (URSS)-Palloseura (Finlândia)	1-0
Moenchengladach (RFA)-Lech Poznan (Polónia)	1-1
Pirin (Bulgária)-Hammarby (Suécia)	1-3
Sparta Roterdão (Holanda)-Hamburgo (RFA)	2-0
Legia (Polónia)-Viking (Noruega)	3-0
Wismut (RDA)-Dnier (URSS)	1-3
Waregen (Bélgica)-Aarhus (Dinamarca)	5-2
Inter (Itália)-St. Gallen (Suíça)	5-0
AEK (Grécia)-Real Madrid (Espanha)	1-0
Dynamo Tirana (Albânia)-Hamrum (Malta)	1-0
Portimonense (Portugal)-Partizan (Jugoslávia)	1-0
Dynamo Bucareste (Roménia)-Vardar (Jugoslávia)	2-1
Torino (Itália)-Panathinaikos (Grécia)	0-2
Linz (Austria)-Banik (Checoslováquia)	2-0 e 1-0
Apoel (Chipre)-Lokomotive-Sófia (Bulgária)	2-2
Hadjuk (Jugoslávia)-Metz (França)	5-1
Neuchatel-Xamax (Suíça)-Sportul (Roménia)	3-0
Atletico Bilbao (Espanha)-Besikias (Turquia)	4-1
Standard Liege (Bélgica)-Innsbruck (Áustria)	1-0

Os encontros de hoje realizam-se nos campos dos clubes referidos em segundo lugar.

Berlim, uma cidade à procura da sua identidade histórica



O Palácio Ephraim (foto de 1910). Destruído pelos nazis será reconstruído de raiz segundo a traça original

Gilles Deleuze e os saberes virtuais



Pág. 25

Sobre o estado de espírito do viajante

Claudio Roy

Exclusivo

Em Veneza, à meia noite, na bruma de Novembro, na Fundamenta que leva às Tre Ponti, cruzar com o Homem da cabra e a sua negra companheira com os tamancos leves que martelam as lajes de pedra de Istria. No México, em Tepotzolan, ouvir Octávio Paz volitar no trapézio voador da inteligência que une o universo, pulando de André Breton para os templos indianos, da Soror Juana de la Cruz para Wittgenstein. Em Pequim, no templo do Céu, escutar um amigo que conta com lágrimas nos olhos a revolução cultural (e que ninguém me diga que os Chineses são impossíveis...)

Tenho fiado bastante. Teria sido para me divertir, de acordo com verbo latino, para me evadir, distrair, mudar de ar e de ideias, esquecendo-me de mim mesmo (e esquecendo que a viagem leva o viajante)? Ou teria sido para me reencontrar, nesta distância que a deslocação cava entre a nossa rotina e nós mesmos, entre a nossa ronceirice e o comboio, ou o avião, ou a estrada?

No século XI, no seu *Livre des portes et des évasions* Rabbi Cephanía Ben Ahoya (acabo de inventar a sua obra e a sua vida), escreve no VII capítulo: «O homem devoto e reflectido não tem qualquer necessidade de percorrer a terra. Onde quer que esteja, sabe que está exilado do verdadeiro reino. Perante qualquer homem que encontra, sabe que o mais próximo permanece um estrangeiro se não lhe abrimos o nosso coração na claridade do Eterno. O que quer que lhe aconteça, o sábio e sensato conserva a virtude da admiração. E a sua casa como o seu pequeno jardim são-lhe terras desconhecidas, continentes a todo o momento descobertos, permanente surpresa e ocasião para esse passo que, em cada minuto, inspira à alma o desejo de louvar Deus.»

Terei sido suficientemente

atento à lição do Rabbi? Certamente demasiadas vezes fui procurar longe o que me esperava à minha porta.

Shakespeare e Pascal

Foi no entanto a experiência das viagens que me impediu de persistir em erros consideravelmente espalhados na nossa época e me libertou de sofismas, ilusões e futuriades que ainda estorvam alguns.

No movimento de balança entre a ideia de uma natureza humana tão universal que é quase constante e única, e o relativismo etnográfico absoluto, que recusa completamente o mito da «Grande Família dos Homens» e repele a imagem piedosa de homens de tal maneira fraternos que são como gémeos, não é fácil manter o equilíbrio.

Um, com Shakespeare e Shylock, lembra-nos que o nosso próximo, mesmo aquele que parece muito afastado, é um homem como nós. «Não possui ele mãos, órgãos, sentidos, afeições, paixões — alimentando-se com os mesmos alimentos, ferido pelas mesmas armas, exposto às mesmas doenças, curado pelos mesmos processos, sentindo o calor e o frio do mesmo Verão e do mesmo Inverno? Mas eis que o outro verifica, com Montaigne e Pascal, que os factos diferem tanto como os fatos, que há uma verdade para cá dos Pireneus e o seu contrário para lá, que aqui o luto é negro e na China branco, que a variedade dos homens é tão grande enfim, que dizer Homem é uma moda recente e já fora de moda, que não voltará, e que um humanista é um cão, como dizia Sartre do anti-comunista.

Fui pois contemporâneo e, confesso-o, durante uma ou duas épocas, tentado a ser o pateta, de uma estranha loucura. Homens que tinham projectado estabelecer sobre a terra o reino da fraternidade, que começa-

vam por postular a igualdade de todos e que, no fim, pretendiam, mesmo se as condições sociais a tinham entretanto corrompido, reconquistá-lapara todos, reinventavam alegremente o racismo e as hierarquias éticas que apaixonadamente tinham negado. Um racismo «de gauche» substitui deste modo o racismo de direita.

A velha bagagem colonialista

Tudo o que, nas revoluções estrangeiras do nosso tempo, podia surgir como extravagante, irracional, monstruoso, bárbaro ou falso era alegremente atribuído às características nacionais, à essência étnica ou às raízes históricas dos povos em questão. A idolatria de Estaline, as mentiras transformadas em arte do Estado, os inocentes a confessar complacentemente crimes imaginários, a russiidade explicava tudo isso.

Duplicou-se de racismo «progressista» a propósito da China. A velha bagagem colonialista, que tinha servido na época do saque do palácio de Verão e das canhoirias, foi exumada da nefatalina para eliminar todas as inquietações dos maoístas que teriam podido perturbar-se com as cruéis extravagâncias do velhote Mao. Os psicanalistas maoístas explicam-nos que os Chineses não têm a mesma sexualidade dos Brancos, escaparam ao complexo de Édipo e têm a pele dura, mais dura do que a nossa.

Os semiólogos garantiam-nos que os Chineses estavam isentos da nossa famosa mania de querermos encontrar um sentido em tudo, e os filósofos garantiam-nos dialecticamente que o princípio da não-contradição era inaplicável ao pensamento chinês.

Foi a sorte de poder viajar um pouco, ligada a algumas

amizades, de Moscovo a Pequim e de Praga a Budapeste, que me vacinou contra estas balelas. Não contestava que a Rússia tinha tido um passado diferente do nosso, sem reforma, poucas luzes, nada de revolução, e muito despotismo. Mas lembrava-me sobretudo de soviéticos que choravam ao falar dos seus deportados ou executados, que levantavam os ombros ao ler as patranhas do «Pravda», que riam dos disparates oficiais e cuja singularidade e diferença não deixavam de permitir que os reconhecessemos como um nosso reflexo num espelho, um pouco outro quase nada.

No que se refere aos chineses, impassíveis, sem nervos, heróicos, ascéticos, castos sem esforço e dotados com génes já maoístas antes do nascimento, descobria-os afinal completamente diferentes, sensíveis, sentimentais até, e capazes das mesmas paixões e das mesmas reacções da espécie humana em geral. Que possamos manipular as massas para as obrigar a fazer tudo o que quisermos, desde há muito tempo, infelizmente que o sabemos, e que os descendentes de Bach e de Goethe ou os de Descartes ou Stendhal podem dar, desde que o Estado precise, óptimos anti-semitas ou perfeitos carascos. Mas o que as viagens ensinam é que se as diferenças culturais são consideráveis entre os povos, e os contrastes de situações fortemente marcados, o carão humano permanece mais resistente às dentadas do que pensam os ingénios. Vladimir Pozne observou-me um dia que no arame, os equilibristas japoneses utilizam sombrinhas como balanças, que os russos utilizam um iatagá e um samovar, os americanos uma bandeira estrelada e uma espingarda do «Far-West», que os chineses segu-

ram uma balança de bambú e duas lanternas de papel, mas que, seja como for, o elemento permanente é um homem de pés nus num fio de arame estendido, e o resto secundário.

O proveito da viagem consiste em descobrir o que se mantém quieto quando nós nos mexemos. O prazer da viagem são as mil e uma balanças diferentes que os homens inventaram para se manter em equilíbrio no fio da vida.

O problema é que poucos viajantes viajam. O mais que fazem é deslocar-se e usar um transporte. Num tempo em que a viagem era um luxo, um empreendimento caro e difícil, apenas alguns marginais e aventureiros descobriam de facto os países estrangeiros. O viajante aristocrático mudava de salão, de corte, às vezes de criados, mas a sua relação com o mundo continuava a ser a mesma do seu país: frequentava os grandes e fazia-se servir pelos servos. Daí o duplo estereótipo dos povos estrangeiros, constituído, aos olhos do viajante que se desloca sem de facto mudar de lugar, por nobres senhores (refinados, generosos, leais e letrados), e por criadagem (hipócrita, ávida, velhaca e pífida). Actualmente, a viagem tornou-se um produto de consumo de massa, o «turista» vai do aeroporto para o hotel sem mudar de cenário, de arancel, de caras ou de mercadoria. Tem tão-pouco a certeza, na precipitação em que o mantém de uma etapa para outra os organizadores, de ter estado de facto em Luxor, em Banqueroque ou no Niagara, que precisa de multiplicar as fotografias para ter a certeza, no regresso, de ter ido de facto à Índia ou a Cuba.

O olhar novo e o esquecimento de si

Sendo a inconsequência

com frequência essa virtude que salva por destino dos horrores do espírito de sistema, foi o teórico da desigualdade das raças humanas quem melhor praticou uma inteligente higiene moral da viagem. Gobineau foi o mais aberto, o mais livre e o mais igualitário dos viajantes. Ridicularizou em espírito aqueles que «querem o homem cópia deles mesmos, com o mesmo sangue, os mesmos hábitos, vivendo no mesmo meio», aqueles que num país estrangeiro «se limitam a observar algumas individualidades, quase sempre os seus criados que ainda por cima desprezam sobranceiramente porque não estão vestidos como eles nem comem como eles».

Para evitar estas manias, concluiu Gobineau. «tratei de repudiar totalmente qualquer ideia verdadeira ou falsa de superioridade».

Uma espécie de aproximação profana da santidade a que as religiões, mesmo ateias como o budismo ou o taoísmo, queriam levar-nos, é o estado de espírito do viajante a quem o desprendimento delicioso dos seus hábitos põe em estado de levitação, o que culmina num encantamento frágil que não dura sempre. Mas é uma benção. Na manhã em que chegamos a Oaxaca, no México, ou em Canton, em Tbilissi (Geórgia), ou Zhenix (Arizona) porque nos sentimos ao mesmo tempo leves, alegres e indulgentes?

Porque de súbito limpamos a neblina da rotina, separados de nós pelo distanciamento, reduzidos à modéstia pelo sentimento de ignorância que nos invade. O exílio voluntário e agradável que a viagem nos impõe-se, restitui-nos a frescura do primeiro olhar e impele-nos a ser humildes.

Uma cidade em reconstrução

Entre Prenzlauer Allee e Schonhauser Allee, ao longo da Wilhelm-Pieck-Sstrasse e nos bairros limítrofes, do outro lado, para as bandas de Ostkreuz, um pouco por toda a parte, onde quer que assomem velhos bairros que sobreviveram às destruições da guerra, há ruas inteiras em reconstrução. São andaimes e mais andaimes, desvios de trânsito, tapumes e contrastes de fachadas como não há em parte alguma: desde as que parecem ameaçar ruína ainda sob o impacto das balas e dos estilhaços que as feriram há quarenta anos até às que recuperaram nas cores e nos mais pequenos pormenores ornamentais todo o brilho de há oitenta ou cem anos, que a «patine» do tempo apagara da memória dos homens. Berlim liberta-se hoje das ruínas da guerra na medida em que vai reconstituindo febrilmente a sua face dos anos 20, de 1900, de um passado estratificado na arquitectura urbana de que os séculos XVIII e XIX constituem a substância central.

E a identidade secular de uma cidade que assim se procura resuscitar — não por saudosismo, mas por consciência da história de uma povo, de uma cultura, sem a qual a própria ideia de presente e de futuro se esvazia de conteúdo. Dessa identidade já fazem parte como testemunhos titânicos dos anos da grande miséria e desolação do pós-guerra, os blocos habitacionais de traça heróica, monumental, da Karl-Marx-Allee e da Frankfurter-Allee, rasgadas por entre montões de escombros que, sucessivamente acumulados, são hoje a verdejante e povoada colina de Friedrichshain, onde há jardins com repuxos, crianças que brincam e pares de namorados. Vêm depois os blocos habitacionais e de serviços da Alexander-Platz, funcionais, em muitos casos prefabricados, e o grande empreendimento urbanístico da Leipzigerstrasse, edificados em zonas centrais, completamente arrasadas, da antiga capital do Reich. O crescimento da população berlinense obriga nos anos setenta a um programa intensivo de construção em zonas periféricas: Marzhan, praticamente uma cidade auto-suficiente com mais de cem mil habitantes, constitui o exemplo mais acabado.

Património urbano: novo conceito

Mas se a conservação e restauração do antigo centro histórico de Berlim, que passou a ser parte integrante da capital da República Democrática Alemã, mereceram desde o início todas as atenções, certo é que só desde meados dos anos setenta o conceito de património urbano a recuperar se largou a todos os aspectos em que se reconhece tradicionalmente a vida de uma cidade. E assim, depois do esforço gigantesco que permitiu a total recuperação da Avenida Unter den Linden e dos seus principais edifícios, que remontam à época de Frederico II (como, por exemplo, a Ópera, de 1742, a Universidade Humboldt, a «Kommode», etc.), bem como, mais recentemente, da «Schauspielhaus» de Schin-

kel, agora transformada em sala de concertos, está-se a empreender a recuperação de ruas inteiras no que elas tinham de mais característico: não só os edifícios, mas os cafés, o comércio, o quiosque, a «Kneipe» (a «tasca»), tudo o que constituía, enfim, componente da sua animação. A antiga Friedrichstrasse — equivalente à nossa zona do Rossio e do Chiado — deverá ressurgir em 1988 (ano do jubileu de Berlim) com a sua característica atmosfera de fim do século, o que implica a construção de raiz de edifícios desaparecidos durante a guerra e a reconstituição de pontos de encontro famosos (cafés, restaurantes, bares) com a sua decoração originária. A restauração do antigo Gendarmenmarkt desenhado por Schinkel (hoje Praça da Academia), com a Schauspielhaus e as duas igrejas (francesa e alemã) que a ladeiam, virão a ser utilizadas também como salas de concertos, já aparece devidamente enquadrada na reanimação em curso de ruas adjacentes.

Mão-de-obra especializada

A longa experiência de restauração de edifícios históricos na RDA tem-se repercutido na formação de artesãos especializados em técnicas há muito abandonadas: sem mão-de-obra altamente qualificada não seria possível alcançar o surpreendente esplendor das decorações de interiores, por exemplo, na Schauspielhaus em Berlim ou na Sempere Oper em Dresden. Mas também em obras mais simples, como a da construção de raiz de um complexo de prédios do século XVIII — projectados a partir de gravuras da época — que acaba de ressurgir numa esquina da Leipzigerstrasse sobranceira à sede do governo, se requer um perfeito domínio desse antigo «know-how». Toda a medida da familiaridade com essas técnicas, já como fenómeno por assim dizer corrente entre os operários de construção, nos é dada, aliás, pelo gigantesco projecto de renovação do antigo património



Unter den Linden: quatro das estátuas desenhadas por Schinkel que vieram de Berlim-Occidental para reocupar em Berlim-RDA o seu lugar originário. Em segundo plano a catedral, cujas obras de restauração estão praticamente concluídas.

urbanístico de Berlim que entrou numa fase de realização intensiva.

A herança de Bismarck

Trata-se, em muitos casos, de bairros operários edificados na sequência da vitória prussiana de 1871 sobre a França, que marca o início da era de Bismarck e da industrialização acelerada de Berlim. O aproveitamento máximo do espaço disponível, em termos de rentabilidade capitalista, ditou então um tipo de construção que usava e abusava dos pátios interiores: a porta rasgada na fachada de um prédio dava acesso não apenas aos moradores que habitavam os andares virados para a rua, mas também aqueles que ocupavam um de três blocos nas traseiras, servidos por um pátio interior. Por vezes, chegava a haver um segundo pátio interior a servir outros tantos prédios de andares. As condições de arejamento e de exposição à luz do sol nos prédios com entrada através do «Hof» (pátio) ou do «Hinterhof» (pátio de trás) eram evidentemente precárias. Além disso, os apartamentos não dispunham de casa de banho e, quanto a instalações sanitárias, consistiam num cubículo com porta para a escada, servindo dois, três ou quatro inquilinos por andar. Assim vivia o proletariado berlinense e assim continuou a viver depois da guerra, grande parte da população: numa cidade reduzida a escombros, os bairros operários que os bom-

bardamentos haviam deixado parcialmente intactos eram um bem precioso que tinha de ser aproveitado a cem por cento. E é claro que muito se fez melhorando, entretanto, nestes bairros, quanto ao conforto interior dos apartamentos, uma cabine de duche engenhosamente pensada supria, em muitos casos, a falta de casa de banho. Mas só agora, com a verdadeira batalha de renovação que está a mudar a face de Berlim, é que se pôde avançar para a redimensão sistemática da herança da cidade industrial de Bismarck. Por renovação entende-se, na verdade, não apenas a remodelação da fachada mas também do interior, nomeadamente a dotação de cada apartamento com banho e instalações sanitárias privadas. A técnica aqui utilizada é a da construção de um bloco adjacente ao prédio que assim amplia o espaço reservado a cada apartamento. Ao mesmo tempo, no caso de dois pátios interiores, suprime-se o prédio do meio, de modo a alargar o intervalo entre os blocos habitados e a aproveitá-lo para zonas ajardinadas e de recreio infantil. O melhoramento da qualidade de vida está, pois, implícito neste plano de reconstrução. De resto, a qualidade de vida numa cidade depende igualmente de todos os factores que dão vida à cidade e que vão do monumento mais ou menos importante à loja característica, à livraria ou ao café, às casas de espectáculos, à forma como tudo isso se articula no quotidiano.

Uma cidade dividida

Quarenta anos após o fim da Segunda Guerra Mundial, a recuperação de Berlim e a vários títulos, motivo de reflexão. Hitler, como sublinha Elias Canetti em comentário às memórias de Speer, queria a praticamente destruída para sobre ela construir o modelo de cidade fascista compatível com os seus apetites megalómanos. Talvez a guerra fizesse parte do plano da re-urbanização de Berlim, já que a guerra estava no centro de toda a política nazi. De qualquer modo, antes mesmo das bombas dos aliados já a fúria anti-semita do camaleão hitleriano se abatera sobre o património histórico arquitectónico da capital, destruindo, por exemplo, o famoso Palácio Ephraim, cuja reconstrução total, no local onde antes se encontrava, está também planeada pelo governo da RDA. O fascismo desconhecia a História, queria apagá-la da memória dos homens. Mas na Berlim de hoje pretende-se que a história faça parte do quotidiano de quem cruza as suas ruas.

Consciência da História, no caso de Berlim, é também compreender por que se trata de uma cidade dividida: de um lado a capital da RDA, do outro Berlim-Occidental, uma cidade com estatuto autónomo situada no coração da mesma RDA. Outro teria sido o destino de Berlim se, por exemplo, em 1933 a social-democracia se tivesse coligado com o Partido Comunista Alemão para impedir a vitória «eleitoral» de Hitler

e a sua nomeação como chanceler. Outro teria sido o destino de Berlim se os Estados Unidos, a Inglaterra e a França tivessem aceite a proposta soviética de 1946 de conservação da Alemanha unida desde que submetida a um estatuto neutral como o da Áustria. Outro teria sido o destino de Berlim se os aliados ocidentais não tivessem criado unilateralmente a RFA e a NATO com a RFA lá dentro, levando a URSS a favorecer a criação da RDA e do Pacto de Varsóvia com a RDA lá dentro. Hoje, a existência de dois Estados alemães soberanos, e de Berlim-Occidental é uma herança inquestionável da Europa do pós-guerra e só há que fazer votos para que, não obstante, os dois Estados e o Senado de Berlim-Occidental cooperem pacificamente e contribuam com isso para a manutenção da paz na Europa. A reconstrução de Berlim tem suscitado, aliás, exemplos dessa cooperação, como no caso das estátuas desenhadas por Schinkel que regressaram de Berlim-Occidental para Unter den Linden ou de obras que saíram da RDA para irem ocupar o seu lugar originário em Berlim-Occidental. Quanto mais perto estivermos da História, tanto mais fácil será aprender as ricas lições que ela contém...

Mas depois de tudo isto, apetece colocar a questão: daqui a meia dúzia de anos será que Berlim vai parecer menos destruída pela guerra do que Lisboa pelas grandes negociatas especulativas?

Mário Vieira de Carvalho

Acta

No Sete Ponto Sete não temos o vício, muito apreciado aliás por editores, de encanizar o leitor com capítulos inéditos nem éditos mas desta vez teve de ser: porque se trata de Pepetela, esse angolano que escreveu o «Mayombe» e sobre o qual toda a gente perguntava: "Mas então, escreve um livro como o «Mayombe» e não volta a escrever nada?"

Voltou. E eis que a D. Quixote sai com o «O Cão e os Caluandas» (de onde sai esta Acta) e com «Yaka». Pepetela chama-se Artur Carlos Maurício Pestana dos Santos e faz parte da geração do poder, o que significa que tem hoje 44 anos. É antigo guerrilheiro, licenciou-se em sociologia em Argel, e mais não dizemos. Vamos à Acta.

Aos vinte e cinco de Novembro de mil novecentos e oitenta, reuniu a Comissão Sindical e a Direcção da empresa com o camarada JOÃO VENÂNCIO DOS SANTOS, técnico desta empresa económica estatal, e com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único: crítica e auto-crítica do Cda Venâncio.

Entrando no ponto único da ordem de trabalhos, o camarada Director da empresa foi o primeiro a receber a palavra da mão do Cda Coordenador da Comissão Sindical, cujo o camarada coordenador presidia. O Cda Director explicou que quando o Adriano foi apanhado com a mão nalguns panos cujos dados desviou do armazém da firma, ao ser interrogado, afirmou-lhe parecia o Cda Venâncio lhe tinha descoberto. Aliás, o dito Adriano acusou ali mesmo o Cda Venâncio de lhe denunciar. O Cda Director achou estranho e pôs o caso ao Cda Venâncio, o qual é chefe dos armazéns. Que este, segundo o Cda Director, confessou logo de facto desconfiava do Adriano. E mais tarde veio mesmo ficar quase com certeza que só o Adriano podia andar a desviar embora os panos da fábrica. Que não lhe denunciou nada porque estava à espera de mais provas. Insistindo o Cda Director com ele, o Cda Venâncio acabou de reconhecer que os indícios eram suficientes de mais para avisar o Director e a Comissão Sindical sobre o Adriano. O Cda Director afirmou ainda que, na sua pertinente opinião, o caso agora não devia ser encarado no ponto de vista judicial mas apenas de trabalho e por isso pediu esta reunião com a Comissão Sindical para se estudar o assunto profundamente, no âmbito da empresa. A favor disso militava o facto de o Cda Venâncio ser um trabalhador destacado, feroz animador da ODP na empresa, e até aqui um

exemplo para os outros trabalhadores. Sentou-se o Cda Director depois desta importante intervenção, bastante apreciável pelos presentes.

A palavra em seguida foi dada ao Cda Venâncio que a recebeu e começou a pedir desculpa ao Cda Director e aos membros da Comissão Sindical pela sua emoção, que se notava muito bem, mas era a primeira vez na sua vida que fazia autocrítica. Reconheceu logo que tinha culpa de falta de vigilância, porque quando começou a desconfiar do Adriano devia de ter avisado imediatamente a Direcção e podia-se ter preparado uma armadilha ao camarada ladrão. Felizmente apareceu aquele cão pastor-alemão, anjo vingador, que corrigiu o seu erro, ao se agarrar no pano cuja uma ponta andava sair das calças do Adriano quando este pulou embora o muro da fábrica. Se não fosse o cão, até hoje que o Adriano andava nas calças, a fingir trabalhar e a roubar o suor dos operários, tudo por culpa dele, Venâncio.

Perguntado pelo Cda Coordenador da Comissão Sindical, que presidia à reunião, porque não avisou a Direcção do seu desconfianço, o Cda Venâncio disse houve vários motivos. Como todos viam, ele era branco. Que teve medo de lhe acusarem de colono, porque estava a avisar sem provas. E que por outro lado tinha pena do Adriano, com família numerosa, explorado e humilhado no tempo colonial, porque a culpa no fundo não era do Adriano se queria aumentar o que ganhava na fábrica com o desvio de panos, mas do colonialismo que não tinha educado as pessoas. Mais disse o Cda Venâncio que se bateu muito tempo na dúvida e até pensou falar com o próprio Adriano, a sós, para convencer a ser honesto. Mas teve medo, pelos motivos atrás expostos, que o Adriano reagia mal e que saía por aí embora a dizer se pensava que ele era ladrão por

ser negro é porque ele, Venâncio, tinha ainda mentalidade de colono. Que ser acusado de colono era insulto que lhe doía mais que tudo. Terminou a sua alocução comovida, dizendo que lhe fazia ainda confusão certas noções da nossa República Popular e que deviam compreender que ele nunca fora politizado, a independência lhe apanhou de surpresa, e até pertencia a uma classe social que no colonialismo era utilizada sem consciência contra os interesses dos angolanos. Por isso às vezes ele não sabia muito bem como proceder, tinha medo de ir contra os princípios da República por falta de política e por ideias caducas que ainda podiam estar na sua cabeça, dele, Venâncio. Que agradecia aos camaradas que lhe ajudassem e lhe criticassem sempre que fosse necessário. Que estava disposto a cumprir qualquer sanção que os camaradas impunham, mas que não se tirassem da fábrica onde já trabalhava, tinha muitos anos e os amigos dele todos estavam aqui na dita empresa.

Comovido com a emoção do Cda Venâncio, falou em seguida o Cda Domingos, mecânico e membro da Comissão Sindical, que lhe criticou pela sua moleza e falta de confiança. Podia ter prejudicado a empresa só por não ter coragem de acusar o Adriano, por este ser negro. O Partido já tinha posto tudo claro e o Cda Venâncio tinha obrigação de saber, porque nunca falta em nenhum comício, que o argumento racial já não pega para esconder crimes como o praticado pelo Adriano. Terminou dizendo que tinha certeza esta sessão ia ajudar mesmo a Cda Venâncio e por isso o seu castigo era só esta crítica que lhe faziam os colegas, ao que todos os presentes apoiaram, balouçando as cabeças.

Se apoderando da palavra, o Cda Amadeu, estofador e membro da Comissão Sindical,

apoiou as palavras todas dos oradores que lhe precederam e só ia dar uma achega ao aprofundamento do tema. Se admirava muito um Cda Venâncio, um trabalhador destacado, um membro da ODP da fábrica, um branco bom, afinal ele ainda tinha essas ideias na cabeça. No fundo dos fundos ainda que não estava libertado dos complexos e das taras que lhe trouxeram o colonialismo nesta terra onde no antigamente, antes dos brancos, não tinha racismo. Tanto mais lhe admirava que o Cda Venâncio trabalhava e vivia com todos, os seus amigos éramos todos, os operários, nos tiros de 75 dormiu mesmo escondido na casa do Cda Amadeu, no musseque Rangel, porque uns bandidos fenelas queriam lhe matar por ser bom branco. Já tinha tempo de deixar essas ideias para trás. Como castigo, devia ficar sempre com a lembrança que foi um cão pastor-alemão que lhe ajudou a descobrir o ladrão. Um cão que nem era da fábrica mas que nem era de mão nenhuma, ao a passar na rua cheirando o rabo dos outros. E alemão ainda por cima, nem português que ainda era meio parente.

A pergunta final do Coordenador da Comissão Sindical, todos foram de acordo em encerrar o caso e o castigo do Cda Venâncio ser a crítica que lhe foi feita e ele aceitou, agradecido. Agarrando então na palavra vaga, o Cda Coordenador agradeceu a contribuição de todos e o bom espírito de autocrítica do Cda Venâncio e terminou o seu improviso dizendo que o sindicato era para ajudar a resolver os problemas da fábrica e dos trabalhadores.

Não havendo mais nenhum ponto na ordem de trabalhos se encerrou a reunião, tendo eu, Álvaro Fontes Antunes, secretário da Comissão Sindical, feito esta acta que vou assinar.

ass. Álvaro Fontes Antunes



Foto Carlos Gil

O Voyeur ou a essência do homem

O ovo e a casca

Na História do Olho, Georges Bataille convida-nos, através dos desejos e dos gestos do personagem feminino, a operar um regresso ao pensamento mítico. A História apoia-se numa Dióptrica de que é preciso desarmar os mecanismos. Inverter o processo da cura, abandonar o gesto científico à paixão do amor, anular seja que projecto for para não viver senão o jacto, eis o que dizem e mostram os personagens de Bataille. Quando Simone declara que «o olho é um ovo» e lhe empresta o seu sexo como órbita, ela está a restabelecer relações, não só com a função medusante da obra de arte, mas também com o que constitui o seu inseparável reverso — a função de reprodução, o sinal de fecundidade, de troca e de dádiva. De resto, ao assegurar que o olho é um ovo, Simone toma o seu lugar em toda uma tradição, na Tradição propriamente dita, visto que de imediato, para o homem de ciência como para o artista, para o espírito geométrico como para o espírito fino, procurar o que há no olho implica necessariamente a utilização de um ovo, trate-se de física, de anatomia ou da representação.

Para alcançar o prazer de ver imagens no olho de um homem acabado de morrer, Descartes recomenda que se coloque o órgão numa casca de ovo e esta última numa fenda preparada para o efeito (a que ele chama «janela»). No que respeita à anatomia do olho, Leonardo Da Vinci aconselha a receita seguinte: «Para a anatomia do olho, e a fim de ver distintamente o seu interior sem perda do seu humor aquoso, colocarás o olho inteiro em clara de ovo e fê-lo-ás ferver até que se solidifique, de modo a poderes cortá-los, ovo e olho, transversalmente, sem que nenhuma porção mediana possa escoar-se para fora». (1, pág. 232)

A clara de ovo tornada consistente pela cozedura protege, assim, o olho, como uma casca, revelando ao mesmo tempo a particularidade humoral, viscosa e mole do olho. Pareceria, desde logo, que a casca abriga uma matéria fugitiva, um quase — palpável que obriga a considerar essa mesma casca como essencialmente mista. O que ela alberga pertence ao imprevisível. Pelo simples facto de albergar, a casca é depositá-



A Pala de Piero della Francesca



ria de confiança. Mas, pelo facto de o seu locatário ser misterioso, ela é, também, inquietante. Lembremo-nos de como um Bosch trata a casca (o seu molde torna-se numa espécie de sepulcro, no

Jardim das Delícias), e comparemo-lo com Botticelli, por exemplo.

O misto de que a casca participa, já o tínhamos apercebido na pessoa de Simone, que podia ser enten-

dida enquanto duplo: Medusa/Baubô. O fascínio que petrifica, por um lado, e, por outro, a indicação de uma origem, de um lugar de fecundidade e de recomeço da vida. Aliás, o gesto de

Simone equivale a repor o olho, enquanto ovo, na sua casca, restituindo ao mundo esse ser primitivo meio pedra, meio carne: «De facto, escreve Bachelard, o ser que sai da sua casca sugere-nos o sonho de um ser misto. Não apenas por ser meio carne meio peixe. É também o ser meio morto meio vivo e, nos grandes excessos, meio pedra meio homem. É o próprio inverso do sonho medusante». (2, pág. 108).

Ao mesmo tempo, Simone metamorfoseia-se em Vénus. Guardando o olho-ovo no seu sexo, ela retraça o ponto, lugar de origem, de nascimento: o húmido e a casca. Engendra-se, propria-se a si própria, a partir do ovo, desse olho que o seu sexo, tal como a casca, alberga. É preciso insistir duplamente nisto, porque a História do Olho avança através de episódios eróticos, trovoadas e êxtases sexuais que nos obrigam a pensá-la como marcada pela impressão da deusa do Amor, mãe de Éros. Ora, a Dióptrica cartesiana fundava-se, ela própria, na sedução de um olhar vesgo. Assim, e para melhor se compreender a ligação existente entre o ovo, a casca, o olho e a sedução, convirá recordar, com Baltrusaitis, o que se prende com a lenda de Afrodite: «a sua lenda foi aproximada do mito de um ovo caído no Eufrates, chocado por uma pomba e de onde teria saído uma bela divindade. Esta divindade ter-se-ia tornado na deusa grega da fecundidade, enquanto a casca do ovo se teria transformado em concha». (3, pág. 53).

Interrogar o processo da representação na representação, o espaço arquitectónico na pintura, e a própria disposição do espaço, quer dizer, colocarmos questões acerca do ponto de origem ou de fuga, leva o pensamento a reencontrar a problemática do olho, do nascimento, do amor; problemática perigosa, arriscada, e que se abriga, como um monstro maravilhoso, numa casca.

Piero della Francesca e Botticelli

Dois quadros se entrecruzam na nossa reflexão: a Pala, da galeria Brera, em Milão, de Piero della Francesca, e o Nascimento de Vénus, de Botticelli (Museu dos Ofícios, Florença).

1) A Pala de Piero

Na Pala, Piero sublinha o papel fundamental da arquitectura; «Em Piero della Francesca encontramos essa ideia de que a arquitectura pode, quase por si só, exprimir suficientemente e sinteticamente o homem e o mundo, um interesse extraordinário pela arquitectura em si mesma. Em certo sentido, pode dizer-se que toda a natureza é interpretada por ele de um ponto de vista de arquitecto» (4, pág. 136). Existe assim, para Piero, uma harmonia entre o homem e o espaço, o espaço e a coisa construída pelo homem e, como nota Focillon, «o termo supremo dessa harmonia é talvez ilustrado pela ábside em hemicírculo, a que se sobrepõe a cúpula em concha, diante da qual estão dispostos os personagens na Pala» (4, pág. 138). Neste quadro, que «resume o génio de Piero», (4, pág. 160), Focillon chama a atenção para o modo como se dispõem, em torno da Virgem, os dez personagens de carne aos quais corresponde a organização arquitectónica de dez painéis em pedra. Ele faz notar simplesmente a presença do «ovo misterioso que pende da cúpula em concha» (4, pág. 163).

Recordando a anotação de Bachelard a propósito do misto de carne e pedra, poderemos talvez interpretar o papel da concha-casca e do ovo que dela está suspenso. O ovo tornado casca repetiria a relação existente entre as figuras de carne e a arquitectura, insistiria na função de organização dos objectos no espaço. Mas, antes de continuarmos a avançar prudentemente para a organização espacial, é preciso que nos atardemos no Nascimento de Vénus.

Notas

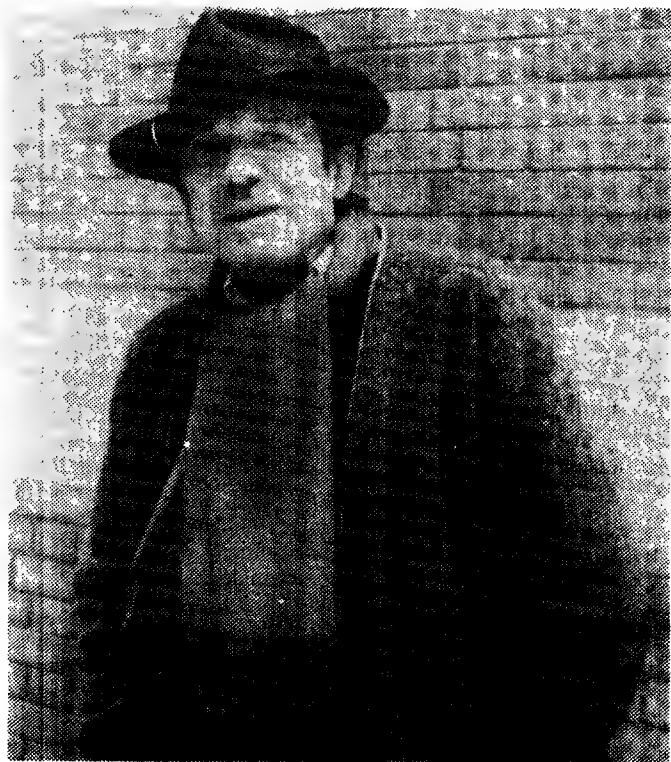
- 1) Leonardo Da Vinci, Cadernos (Carnets, I, Paris, 1942).
- 2) G. Bachelard, La poétique de l'Espace, Paris, 1974.
- 3) J. Baltrusaitis, Le Moyen-Âge fantastique, Paris, 1981.
- 4) H. Focillon, Piero della Francesca, Paris, 1952.

A seguir:

Nascimento de Vénus: a velocidade do caracol (perspectivas multiplicadas, em Broodthaers e Fontana)

Gilles Deleuze: os saberes virtuais

«Tal como algumas pessoas já sabem, há maneiras de pensar que ainda não conhecemos»
(Susan Sontag) **ESTILOS RADICALES**,
Barcelona, 1985



Este texto não é académico nem retórico, nem (mesmo que se pense) militante. Não se pretende fornecer uma grelha, nem sedimentar a errância deleuziana em saber constituído. Alguns dos textos que constituem a modernidade no pensamento, precisavam hoje de ser jogados uns contra os outros, fora de qualquer ortodoxia, para nos elucidarem se finalmente alguma vez será possível sair da modernidade. Só a título de exemplo, gostaria de mencionar alguns destes textos indicadores de uma configuração temática que não cessa de atravessar a actualidade. Se fujo para as temáticas não é por menosprezar o pendor estilístico ligado aos nomes próprios, mas antes para apanhar as **afinidades electivas** em torno das quais a sensibilidade de hoje adquire forma. Mencionaria assim a título comprovativo, alguns textos que na sua maioria são sempre textos escritos sobre um outro (texto). O carácter experimental e laboratorial desta produção dual, remete-nos para uma analítica, que parte sempre à procura do **regime impressivo** anterior ao narrativo. Trata-se pois de desrealizar ou dissolver o cosmos narrativo ou figurativo: «jamais a arte deixou de mostrar que o pré-lógico não é de ordem intuitiva ou perceptiva, mas impressi-

va, afectiva» (1). Neste seguimento surgem alguns textos desta modernidade póstuma. Entre eles destacamos o texto de Gilles Deleuze «Presença e função da loucura — e o devir aranha do narrador», texto escrito sobre Proust; o texto de Walter Benjamin, «As afinidades electivas» de Goethe; o texto de Jacques Derrida, intitulado «Glas», escrito a partir da obra de Jean Genet e Hegel e finalmente o texto «O assassinato da experiência pela pintura» que Lyotard escreve com base na pintura de Monory. Este puzzle de textos **laboratoriais** escritos a partir de um outro, confirma-nos que o «campo da experiência directa de cada um é muito limitada e que o esteta aperfeiçoa a sua capacidade de percepção ao servir-se da experiência dos outros. Pessoa cita, a propósito, a frase de Bismark: «só um parvo aprende pela experiência; eu aprendi sempre na experiência alheia» (2). A identidade que nestes textos impregna a reflexão processa-se em torno de signos que nos forçam a pensar. Deparamo-nos com a temática das relações que se tecem entre a genialidade e a insânia, a loucura e o crime, a inocência vegetal da sexualidade e o pendor decadente das inclinações, à qual a estética ortopédica contrapõe o medicamento no contrato, ou na perversão

da lei lógica. Contudo, é o texto de Deleuze sobre Proust que me parece exemplar desta configuração temática anteriormente apontada — e que nos mereceu especial interesse em divulgar nas páginas deste jornal. Para além do mais, neste fim de século, o pensamento deleuziano acaba por ser considerado como um dos únicos «demasiado perigoso para ser consumido» (3).

Pensar deleuzianamente, é quase sempre movimentarmo-nos numa cartografia de devires e ausentarmos da ordem sedimentária que corrói um certo regime de saber. Deleuze não é um filósofo que parasite textos, ou que adopte a mole subserviência religiosa dos hermeneutas que constituem hoje muito da glória vã das academias, onde «filosofar» equivale a «bem comentar» — nem tão-pouco se interessou com os lugares Régisdebrayanos da alta política — nem nunca, quanto eu sabia, pretendeu alistar-se no socratismo militantemente democrático dos novos (já velhos) filósofos. O deleuzianismo é já hoje um sintoma, ou uma nova sensibilidade teórica, ligada às problemáticas novas da estepe tecnológica da dita postmodernidade. Deleuze conta-nos como chegou à elaboração dos **saberes virtuais**: «Eu pertenço a uma geração, uma das últimas

que foi mais ou menos assassinada com a história da filosofia. A história da filosofia exercia em filosofia uma função repressiva evidente, expressa num tipo de Édipo propriamente filosófico: «Tu não vais atrever-te a falar em teu nome enquanto não tiveres lido isto e aquilo» (4). Deleuze consegue furtar-se e liquidar esta intimidação do regime académico e para tal tenta, conjuntamente com outros, abalar a noção de **sujeito** que ancorava juridicamente todo o aparelho epistemológico da máquina dos enunciados. Para Deleuze, este «sujeito» foi produzido por razões de conjuntura lógica e enunciativa. Deleuze, a cada nova teorização tenta **desmantelar** «a priori» idealistas e os ritos persuasivos que apoiados pela discursividade jurídica acabaram mediante repetição por estruturar a razão e os ideais totémicos do saber ocidental. A produção de enunciados ligados aos ornamentos retóricos da «ratio», desempenhou na economia do saber uma **função impeditiva**: a de adiar cada vez mais a questão de se saber o que é realmente investido nas confortáveis condições de um Édipo supostamente normal ou normativo e nas condições legais instauradoras de uma «doxa» ou de um «consenso». Deleuze nunca foi um pensador de generalida-

des, ou um filósofo de comentário, mas o **PENSADOR ESTETA**, coleccionador de afinidades electivas, a exemplo de Walter Benjamin e de outros pensadores celibatários que introduziram na **série do pensar** a sua variação singular de excepção.

Por detrás de cada nova teorização deleuziana, encontramos uma configuração maquínica. Cada livro seu, actualiza um campo virtual de pensamento. No escrever, ou no pensar coisas diferentes, a lógica das diferentes abordagens, passa pelo carácter maquínico do enfoque. Ao variar-se a perspectiva e a escala, é o próprio **real que varia**. Por outro lado há uma obsessão maquínica em todos os autores cúmplices que Deleuze escolhe escrever. Proust deleita-se com o telescópio. Kafka com o microscópio. Spinoza é um construtor de lentes; Francis Bacon, é um desfigurador em pintura dos efeitos fotográficos do retrato. Bergson o inventor através da «imagem-tempo» da cinematografia. Com esta correspondência não se pretende reduzir mas antes indicar o trajecto impulsional de uma teoria que desemboca sempre em novas condições para pensar o novo e o diferente. O saber dilui-se com a chegada de cada novo evento, — rectificando a postura mental do pensador fixo nas es-

truturas embrionárias das diversas sujeições. Só um pensamento atento à diferença poderá substituir a monotonia regrada do conceito, por um outro discurso: «Para mim, o signo foi sempre a indicação de que havia um outro discurso que o logos» (5). Não se busca a verdade por boa vontade ou por simpatia, ou ainda porque se quer, mas porque se é coagido por toda uma série de **signos impressivos**. Assim na Recherche, o Narrador e Swan são levados a investigar a verdade das suas paixões pela violência da traição e do ciúme. Paralelamente, Proust dirá que a impressão é para o escritor o mesmo que a experimentação é para o sábio. Nós só procuramos a verdade sob violência de uma impressão, sempre constrangidos e forçados. Por outro lado, só o artista ao interrogar as suas sensações força o pensamento à descoberta.

Emídio Rosa de Oliveira

Notas:

(1) Dias, Sousa, Arte, verdade, sensação, **Porto, Livraria Civilização, 1983.**

(2) LIND, Georg Rudolf, Estudos sobre Fernando Pessoa, **Lisboa, Imprensa Nacional, 1981.**

(3) Asada, Avira, Magazine Littéraire, n.º spécial Japon, **Paris, 1985.**

(4) DELEUZE, G., In Dossier Anti-Édipo, Lisboa, Assírio & Alvim, 1976.

(5) DELEUZE, G., in Libération, 3 octobre 1983.

O texto de Deleuze sobre Proust, citado por Emídio Rosa de Oliveira, será publicado no Sete Ponto Sete

Directora de media da McCann recebe galardão

Dília Mesquita e Cruz, responsável pelo Departamento de Media da delegação portuguesa da McCann-Erickson — a McCann-Erickson/Hora — acaba de ser galardoada com o «Diamante Azul», alta distinção criada em 1984 pelos directores regionais e a comissão executiva para a Europa daquela multinacional. Talhado em cristal sólido pelo mais famoso artífice da especialidade, em Paris, Schaeffer, o trofeu constitui o reconhecimento, a nível internacional, do trabalho efectuado, ao longo dos anos, pelos seus funcionários.

Este ano, numa selecção que inclui 11 dos escritórios da



McCann-Erickson espalhados pela Europa, a McCann-Erickson/Hora viu distinguida a responsável pelo Departamento de Media, Dília Mesquita e Cruz, que iniciou a sua actividade na empresa há 15 anos (na altura, Agência Hora) onde sempre desempenhou as funções que ainda hoje exerce.

A atribuição do prémio foi decidida no Principado do Mónaco, no decorrer da reunião anual dos responsáveis pelo sector europeu da companhia e Dília Cruz recebeu o «Diamante Azul», em Lisboa, no decorrer de um jantar a que compareceram todos os directores da filiada portuguesa da McCann-Erickson.

Medalhas de ouro ganhas por empresas portuguesas

O mais prestigiado certame internacional de qualidade, o «Monde Selection — Instituto Internacional para a Selecção de Qualidade» teve este ano, em Lisboa, a sua 24.ª realização. Os produtos são qualificados com base em análises físico-químicas, microbiológicas, testes organolíticos e apresentação comercial, estando a apreciação a cargo de especialistas independentes de autoridades nacionais e grupos comerciais. O prestígio deste certame advém do facto de se realizar todos os anos num país diferente, garantindo-se assim a comparação imparcial de produtos da mesma natureza e de tecnologias de diferentes nacionalidades.



Vidago, Melgaço e Pedras Salgadas

Esta foi uma das empresas galardoadas no «Monde Selection/85», tendo a medalha de ouro sido entregue ao presidente do conselho de administração da empresa, José de Sousa Cintra, por Georges De Bruyn, presidente do «Monde Selection».

A. A. Cálem e Filhos

Uma medalha de ouro com palma para o Porto Cálem 10 anos e duas medalhas de ouro para os Porto Cálem Old Friends

e Vintage Character foram os galardões que distinguiram a firma A. A. Cálem e Filhos.

Refrigor

Concorrendo pela 5.ª vez consecutiva, a Refrigor, Lda., proprietária da marca Sumol, obteve 11 medalhas de ouro, duas das quais com palma, o galardão máximo. Tendo sido qualificada com todos os produtos com que concorreu, as 11 medalhas foram conseguidas pelas marcas Sumol, Sucol e Sumol-Sumo.

China encomenda centrais digitais à Siemens

O sistema digital EWSD, da Siemens, que será implantado em Portugal caso a decisão governamental sobre centrais digitais seja favorável àquela empresa, foi agora objecto de uma primeira encomenda pela República Popular da China, para implantação na sua província de Hunan.

O sistema destina-se tanto às comunicações locais como às interurbanas, do sistema de transmissão PCM, do sistema de comunicação por cabos de fibra óptica, bem como dos centros de operações e manutenção de Changsha, capital da província.

O sistema inteiramente digital EWSD já foi assim encomendado por 36 administrações de telecomunicações oriundas de 20 países, esperando a Siemens que outras administrações de província chinesas encomendem igualmente o sistema, integrando-se assim na reconversão rápida e global da rede de telecomunicações chinesa, impulsionada pelo governo de Pequim.

O sistema destina-se tanto às comunicações locais como às interurbanas, do sistema de transmissão PCM, do sistema de comunicação por cabos de fibra óptica, bem como dos centros de operações e manutenção de Changsha, capital da província.

44.º Congresso Nacional Philips

A Philips Portuguesa, SARL realiza hoje o seu 44.º Congresso Nacional, com a participação da rede nacional de agentes Philips.

Sob o lema «Inovação e Qualidade», as sessões de trabalho decorrerão nas instalações do complexo Panorama de Mon-

santo, onde cerca de 400 congressistas vão participar nos trabalhos que incluem apresentação de novidades tecnológicas e situações relacionadas com as actividades Philips em Portugal. Em destaque, entre outros, o tema da próxima entrada de Portugal na CEE, a situação económica nacional e o avanço tec-

nológico da Philips na suas diferentes áreas de actividade.

Após o encerramento das sessões de trabalho realizar-se-á um banquete no Casino Estoril, onde também estarão presentes convidados dos sectores público e privado e dos órgãos de Comunicação Social.

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA SOCIAL

ACCÕES DE FISCALIZAÇÃO EM TODO O PAÍS PARA DETECÇÃO DE SITUAÇÕES IRREGULARES

Aniceto reformado.

Homem cheio de etiqueta

era há vinte anos casado

a mais a sua Aniceta.

Um dia numa piscina

enquanto a esposa nadava

com uma touca muito fina

Aniceto ressonava...



Ser viúvo é coisa boa

de verão principalmente

sempre há gente que atenua

o desgosto que se sente.

Viver assim estão a ver

é tudo menos amargo:

ser viúvo e receber

o complemento de cônjuge a cargo

E quando tudo afinal

parecia não correr mal

eis que surge o fiscal

da segurança social.

ATENÇÃO se esse é o seu caso, comunique de imediato o falecimento do cônjuge e regularize a sua situação.

Evite assim graves problemas!



VINDIMAS NO DOURO

De 24 de Setembro
a 15 de Outubro

**Bilhete de ida e volta válido por 10 dias
REDUÇÃO DE 50%**



Consulte o calendário Bicolor
Esta oferta é válida nos dias verdes



Comboio, a opção dinâmica

Cinema alemão: horizonte?

Jorge Leitão Ramos

Todos os anos uma diferente cinematografia ocupa as meias-noites do Europa Cinema: este ano esteve em Rimini um conjunto de filmes da República Federal da Alemanha. Para lá dos consagrados o horizonte não parece ter as cores laranja da alvorada.

Em Portugal, a cinematografia alemã é sinónimo de alguns autores maiores que conseguiram romper as barreiras da distribuição internacional e são figuras de primeiro plano do espaço europeu: Fassbinder, Schlöndorff, Margarethe von Trotta, Wim Wenders, Herzog, Robert van Ackeren. De espaços alternativos (como a Cinemateca) conhecemos Syberberg ou Helma Sanders. Mas o cinema germânico é mais que esse punhado de consagrados; um conjunto vasto de outros realizadores conseguem manter-se em actividade no difícil terreno de produção alemã (em particular desde que o Estado começou a fechar a torneira dos subsídios).

Em Rimini estiveram oito desses filmes (além de, na secção dos melhores, o conhecido e fabuloso *Paris, Texas*, de Wenders), assinados, na sua

maior parte, por autores jovens cujo nome nada, ainda, revive na memória. Deve dizer-se que não aconteceram revelações de estrondo, que algumas desilusões houve, mas que, apesar de um tom geral morno, dois filmes despertaram intensa curiosidade — justo seria que encontrassem alguma ressonância no mercado europeu. Por coincidência (será mesmo?) dois filmes realizados por mulheres: *Bittere ernte* (*Colheita amarga*) de Agnieszka Holland e *Im inneren des wals* (*No ventre da baleia*) de Doris Dörrie.

Colheita amarga é uma produção alemã, mas a sua realizadora é de nacionalidade polaca: todo o filme revela esse facto, em particular a tónica posta numa problemática moral, muito típica na cinematografia polaca.

Esta questão de nacionali-

dade não é dispicienda. É sabido que a RFA tem sido, com frequência, parceiro em co-produções com o Leste (em particular a Polónia e, sobretudo, a Hungria), porta aberta para cineastas que, desse modo têm conseguido penetrar em mercados ocidentais. A questão em aberto, sempre que se aborda a problemática das co-produções, tem sido a do abastardamento nacional face a regras que transformariam essas fitas em híbridos apátridas. Ora a co-produção, única via possível de a Europa conseguir, de facto, constituir o tal bloco frentista face ao cinema americano, não tem fatalmente que diluir especificidades. O caso de *Colheita amarga* é apenas um exemplo extremo: inteiramente produzido na RFA, falado em alemão, situando a sua acção na Polónia ocupada dos anos da guerra, estamos porém face a uma fita polaca em todo o seu pulsar.

De que fala esta fita de Agnieszka Holland? De um lavrador modesto que, durante as razias anti-semitas dos nazis, recolhe em sua casa e esconde uma jovem judia. Ele tem 46 anos, em tempos frequentara o seminário, a sua fé, timidez e pobreza impediram-no, ao longo dos tempos, de encontrar

mulher. A solidão sexual (masturba-se com frequência) condu-lo à beira da hipocrisia moral: o que acredita esta em profunda contradição com o que deseja e pratica.

EuropaCinema85



Janna Marangosoff em «Im inneren des wals» («No ventre da baleia») De Doris Dörrie

A jovem refugiada (casada) vai pois tornar-se objecto de desejo — a que cede — e todo o filme é uma deambulação em torno de várias perplexidades: a crença religiosa como factor de angústia moral, a funda realidade como lastro contraditório de uma aparência bem diversa.

O notável actor Armin Mueller-Stahl compõe a figura masculina com correcção mas é Elisabeth Trissenaar, na jovem judia, quem dá ao filme a carga patética e negra que ele acaba por ter. Agnieszka Holland filma-a sem concessões, à beira da violência.

Bem diverso, não menos perplexo, é *No ventre da baleia*, de Doris Dörrie. De novo uma mulher protagoniza (desta feita uma adolescente), de novo um homem é futor de dominação e desamparada solidão.

Doris Dörrie constrói uma narrativa em que uma jovem, filha de um polícia que a mulher abandonara, sai de casa, em busca de mãe, em fuga de um pai violento. Ao longo da sua travessia da Alemanha (em companhia de um homem, vítima da arbitrariedade do polícia, que a protege como pai substituto) o que o filme nos vai revelar é a angústia da instituição familiar estilizada, a solidão sentimental, o árido território de uma deriva em que todas as relações são transferências inconsumadas e insatisfeitas de uma felicidade original que se perdeu sem remédio.

No ventre da baleia é uma fita completamente sem saída, uma espécie de trajecto que sabe sempre (e nós com ele) que não há nada no outro lado do negrume.

Se estas duas obras femininas constituíram o melhor da selecção alemã no Europa Cinema 85, uma outra fita de mulher (o futuro é feminino no cinema da RFA?), *Duo Valentianos* de Gertrud Pinkus, revelou alguma potencialidades no precário território da ficção documentada: a sua visita à memória do cabaret dos anos 30 não é isenta de charme, cedendo porém o pé na complacência formal, numa certa autocontemplação algo estéril.

O restante panorama alemão pouco estimulante era (em particular o pesadamente simbólico *A variante Grunstein* do veterano Bernard Wicki), mas nem por isso se dirá que o horizonte é negro: as parras fazem, afinal, parte da videira, e são bem mais que as uvas; ninguém discute, porém, a sua necessidade.



Da polaca Agnieszka Holland passou em Rimini «Bittere ernte» («Colheita amarga») a provar que a pátria, em cinema, não é a língua mas a postura

“Não batam mais no Zezinho”: a caminho das 500 representações

Vai haver festa rija no «Maria Vitória» quando, dentro de dias, a revista «Não batam mais no Zezinho!» perfizer 500 representações. Os empresários Ausenda Bastos e Hélder Freire Costa pretendem que as 500 representações (um feito muito raro no Teatro português) sejam comemoradas condignamente, para o que pretendem levar a efeito algumas iniciativas que em breve serão divulgadas. Para já uma certeza: «Não batam mais no Zezinho!», original de

Henrique Santana, Francisco Nicholson e Mário Zambujal, musicado por João Vaconcelos, Fernando Correia Martins e Nuno Nazareth Fernandes, está para lavar e durar.

Considerada pela crítica como «o espectáculo de revista que modificou o sistema» e aplaudida pelo público que há 9 meses vai àquele popular Teatro do Parque Mayer, é definida pelos seus responsáveis como «uma nova dimensão do teatro de revista», tendo no elenco

Eugénio Salvador, Ivone Silva, Henrique Santana, Linda Silva, Carlos Cunha e a fadista Marina Mota, Nuno Emanuel, Carlos Ivo, Maria Cabral, Fernando Mendes, Leonor Edviges, Alice Gomes, Marília Barroso, Soraya Arrais e Raquel Almeida e um moderno corpo de baile (o «TMV») recheado de caras novas. «Não batam mais no Zezinho!» tem figurinos de Helena Reis, montagem de Moniz Ribeiro, cenários de José Manuel, coreografia de José Luís Ardiz.



Final do 2.º acto da revista do Maria Vitória

Afinal, e muito simplesmente, a série é chata porque é banal. O pior dos crimes!

Mário Castrim

Eu julguei que a nova série policial era chata por ser comprida. Aliás, pensara antes que poderia parecer comprida por ser chata.

Depois da segunda emissão, as coisas começam mesmo a clarificar-se. **Crime, disse ela** é chata pura e simplesmente porque é banal. Mais que simplória: grotescamente simplória. Tacanha. A fabulosa detective apanhou a criminosa porque ela, mencionando-se um sapato encontrado no local do crime sem se referir à cor, declarou não gostar de sapatos cor-de-rosa. Estão a topar o género?...

Assim não pode ser nada. O que eu estranho é que sendo os Estados Unidos um grande produtor de crimes (não sei quantos mil por segundo, um espanto!) não incentive melhor a imaginação dos seus escritores.

Aspecto grave a ponderar liga-se à história propriamente dita: a criminosa é uma jovem e a vítima, que levou com dois balazos no armazém das asneiras, tem a particularidade de ser pai dela...

E porquê? Porquê este gesto tão carinhosamente filial? Porque o querido paizinho mostrava preferência pela irmã mais nova...

Possivelmente nos Estados Unidos se estejam nas tintas para o patriarcado. Entre nós, porém, ter pai ainda é ponto sagrado. Vai para o inferno quem lhe levante a voz, quanto mais quem lhe levante a mão. Imagine-se agora quem o despache a tremogo, como esta sujeitinha freudiana de via reduzida!

Crime, disse ela, pode arrumar as botas. Pra cá não pega. O crime, cá, ainda não chegou a tanto.

... Na face escondida da Lua

Entre o Louco Amor e uma conversa entre Miguel Lobo Antunes e Tania Achot, o telespectador comum (ou seja: o telespectador drogado) não hesitaria em escolher o primeiro. Chegámos a isto: a ficção valer mais do que a realidade, as pessoas em maior número conhecerem bem o Luís Carlos, a Patrícia, a Renata, a Muriel, o seu Edgard — do que Tania Achot, Miguel Lobo Antunes, Richter, etc., etc.

Pois àquela hora a maralha estava com a telenovela e meia dúzia (salve!) estava do outro lado da Lua.

Digo-lhes só que a conversa não teve nada da solenidade (eu ia escrever **chatice**, mas depois arrependi-me) que costuma acompanhar estas coisas. E em verdade, em verdade vos digo que não há laracha mais aborrecida do que a laracha intelectual.

Miguel Lobo Antunes (ainda está em forma, caramba!) não foi o entrevistador clássico, taca-a-taca, pergunta-resposta, chapa ganha, chapa gasta. Ele deu, com frequência, o salto para o outro lado, foi simultaneamente entrevistador e entrevistado, participou, com Tania Achot, de uma experiência comum.

Assim, vimos como o cirurgião que opera ou o pianista que toca não são dois seres totalmente diversos. Confrontados com uma operação ou com um recital, as suas emoções, as suas reacções, inclusive as suas pequenas manias, irmanam-se numa zona onde a angústia, o salto no desconhecido, o peso da responsabilidade formam um tecido complexo com muitas semelhanças entre si.

Interessante será verificar que o telespectador foi «agarrado» sem que nenhum dos participantes enveredasse pelo «barrateamento» do produto. A autenticidade faz milagres. Sem precisar de corantes nem conservantes.

Louco Amor: problemas sérios na matéria simples

Certo e sabido: quando uma telenovela brasileira começa a pegar, aí começam os protestos dos «snobs», dos bem-pensantes, dos intelectuais retardatários.

Louco Amor não podia fugir à regra.

A oposição mais virulenta situa-se nos domínios da teia complicada. Os pais que não são pais dos filhos que julgam, os filhos que prometem ser filhos de pais que nem se imagina, os casais comprometidos nunca o bastante para se não descomprometerem na curva mais próxima e por aí adiante. Uma bagunça, diz-se. E ora se diz que não acontece nada, ora se proclama que já ninguém se entende na vertigem dos sucessos...

Importa a cada qual recordar que novela é isso mesmo, enredo complicado, teia dos diabos, pontas que se atam e desatam e se tornam a atar. **Novela é novelo**, ainda mesmo se quisermos recorrer ao bordão da etimologia. E conforme já aqui se provou, a telenovela brasileira tem mais a ver com a tradição portuguesa do que muitos pensam.

Uma telenovela é coisa difícil, coisa danada esse trabalho de operar sem deixar cicatrizes demasiado visíveis. Isso releva de especial talento, de especiais condições de trabalho. Importa que os autores tenham o sentido da responsabilidade suficiente para levar à árvore do diverti-

mento a dar flores educativas, culturais.

Gilberto Braga é um autor com esses dotes excepcionais. Navega pelos escolhos complicados deste Louco Amor com uma espantosa facilidade. Quase todas as personagens da novela têm seu romance, sua história, seu direito (como agora se gosta muito de dizer) seu direito à diferença. E sempre utilizando uma linguagem expressiva, viva, muitas vezes para nós aqui, em Portugal, de uma surpreendente... novidade. Muitos diálogos, pelo seu rigor e contensão, bem mereciam servir de oficina aos entre nós candidatos à telenovela-gem.

Para além disso, eis que o telespectador comum participa de forma vivida de problemas a que geralmente tem acesso através das mesas-redondas ou das rubricas sectário-feministas. Ali está, por exemplo, a engrenagem com que se prende a «dona de casa» a casa dele. Ali estão as dificuldades, a luta e o desespero pela conquista do primeiro emprego. Ali está, nitidamente se desenhando, a reflexão sobre esses estranhos territórios que são o amor e a paixão.

Que os telespectadores olhem atentamente para os muitos motivos de qualidade desta produção aparentemente tão simples. Que a vejam com olhos de ver, sem preconceitos. E que não tenham vergonha de dizer que gostam.

Combatendo, ao mesmo tempo, a dependência a que as drogas obrigam. Estando a par das programações. Sabendo o que, nesse momento, está acontecendo no outro canal para não perder nenhuma oportunidade de se enriquecer.

Oportunidades que na televisão portuguesa não são assim tantas...

«Duas Anedotas Provincianas», pelo Teatro Experimental de Cascais

Teatro

• No Espaço TEC, em Cascais, **Duas Anedotas Provincianas**, do soviético Alexander Vampilov, continua em cena todas as noites pelas 21.45 horas, pelo Teatro Experimental de Cascais. Composto a partir das peças «Vinte Minutos com um Anjo» e «O Corrigidor» o espectáculo tem encenação de Artur Ramos e interpretação de Anna Paula, António Marques, Augusto Leal, Carlos Freixo, Fernando Côrte-Real, Ilda Roquette, Isabel Balbi, Luiz Rizo e Paulo B. Num espaço cénico de Maria João Silveira Ramos, recriando um modesto hotel de província, o Hotel Taiga, a peça critica a sociedade soviética e dá ao público uma visão pouco difundida da vida e costumes daquele país.

• **Embalagem Perdida** é uma comédia dramática de Vera Feyder, que está em cena no Instituto Franco-Português, pelas 21.30 horas. O espectáculo, que tem encenação do uruguaio Ricardo Márquez e interpretação de Cunha Carvalheiro e Lucinda Loureiro, conta a história de duas mulheres, uma intelectual e outra provinciana.

• Glicínia Quartin e Zita Duarte continuam todas as noites, de terça a sábado, pelas 21.45 horas na Casa da Comédia, a representar a peça **Savannah Bay**, numa encenação de Filipe La Féria.

Cinema

• E em Coimbra, no Teatro Académico de Gil Vicente, prossegue o «Ciclo de Comédia Americana». Hoje é projectado o filme do realizador George Cukor **Vamo-nos Amar**. A sessão tem início pelas 21.30 horas, como é habitual.

• Na Cinemateca Portuguesa, mais concretamente na Sala Dr. Félix Ribeiro, é exibido, pelas 18.30 horas, o filme **O Território**, de Raul Ruiz. A cópia é legendada em português.

• No Grande Auditório da Fundação Calouste Gulbenkian é projectado hoje, em duas sessões, às 18.30 e às 21.30 horas, um ciclo de cinema de Pier Paolo Pasolini. O ciclo é promovido e organizado por aquela Fundação.

• Também na Cinemateca Portuguesa, mas com início pelas 21.30 horas, é exibido o filme **Les Enfants**, de Marguerite Duras.

Calcutá

• Na Sala Polivalente do Centro de Arte Moderna da Fundação Calouste Gulbenkian tem hoje lugar um colóquio subordinado ao tema **A Obra Teatral e Poética de Pasolini**. A sessão é promovida e organizada por aquela Fundação e integra-se num ciclo sobre a obra daquele dramaturgo.

Exposições

• A exposição de pintura de **Fernando Vidal** está patente ao público na Galeria de Arte Moderna da Sociedade Nacional de Belas-Artes até ao próximo dia 15. O pintor participou em diversas exposições individuais e colectivas, entre as quais se destaca a 2.ª Mostra de Artes Plásticas de Lagos, em 1984.

• Na Galeria Gilde, em Guimarães, está aberta ao público a exposição de pintura de **Victor Fortes**. A mostra, que encerra no dia 18 deste mês, é constituída por um grupo de 20 telas e 8 desenhos, que cobrem as várias orientações do artista.

• **Domingos Pinho** tem patente ao público a sua exposição de pintura e desenho no Centro Cultural do Alto Minho, em Viana do Castelo, até ao dia 6 (depois de votar dê lá um «pulinho»).

O calcanhar de Aquiles do FMI

Continuação da pág. 3

às solidariedades familiares poderosas que existem nesses países.

A máscara da inflação

Isso não impede que possamos perguntar-nos muito a sério se uma diminuição com esta amplitude não teria sido, do mesmo modo, facilmente obtida se não surgisse, numa primeira fase, mais ou menos mascarada pela inflação.

Seria injusto dar a entender que o FMI tirou deliberadamente partido da inflação envolvente para obter o ajustamento da procura à necessidade do reequilíbrio da balança das contas. A verdade, pelo contrá-

rio, é que aquele descobriu-se rapidamente desarmado para a combater e, por isso acomodou-se-lhe por não poder ou não saber recomendar reformas monetárias profundas. Contentou-se em continuar a impor ritualmente objectivos de crescimento da massa monetária impossíveis de respeitar, mesmo de longe, enquanto for preciso subsidiar ao mesmo tempo grandes sectores públicos e os produtos de grande circulação. Ironicamente, o afluxo das divisas estrangeiras, provocado pelo excedente descoberto da balança comercial, aumentava ainda um pouco mais a circulação interna.

Mas houve algo que o FMI fez e continua a fazer com total

conhecimento de causa e que não pode deixar de favorecer a inflação. Ele tinha, durante a segunda parte dos anos 70, estimulado, erradamente, a Argentina, o Chile, o México, a Nigéria e muitos outros países, a manterem uma taxa sobrevalorizada das suas respectivas moedas para pesar por este meio sobre os níveis de preços interiores (por importações dessa maneira tornadas baratas), invertendo totalmente a sua política a partir do Verão de 1982.

Mas fê-lo para cometer o erro inverso. Guardiã, em teoria, da estabilidade monetária no mundo, o FMI tornou-se o advogado mais resolutivo da desvalorização permanente (por sistemas chamados de câmbios

deslizantes) nos países de que quer estimular as exportações e travar, ou brutalmente diminuir, as importações.

Desde que não demos o equilíbrio por regra, expomos-nos a erros de pontaria suplementares. O FMI deliberadamente, recomendou e obteve, por períodos de tempo mais ou menos longos, uma desvalorização da moeda nacional nos mercados de câmbios superior ao ritmo de inflação interna.

Por este meio, os preços mexicanos ou brasileiros puderam, durante dois anos em relação aos primeiros e três anos em relação aos segundos, permanecer inferiores aos níveis internacionais

Alfas Triplex

T. 806496

JAMES BOND 007
«ALVO EM MOVIMENTO»
(para maiores de 12 anos)
14, 16.30, 19, 21.30 e 24 h

«DUNE»
(maiores 12 anos)
14.15, 16.45, 19.15, 21.45 e
00.15 h

HISTÓRIA INTERMINÁVEL
(para maiores 6 anos)
13.30, 15.30, 17.30, 19.30,
21.30 e 23.45 h

Alfa Club

T. 763319

A TESTEMUNHA
(para maiores de 12 anos)
14, 16.30, 19, 21.30 e 24 h

Apolo 70

A TESTEMUNHA
(para maiores de 12 anos)
14, 16.30, 19, 21.30 e 24 h

Ávila

T. 539930

HERÓIS E AMANTES
(para maiores de 12 anos)
14.45, 17, 19.10, 21.45 e
23.45 h

Avis

T. 547163

AMOR ENTRE MULHERES
(interd. a men. 18 anos)
15.30, 18.30 e 21.30 h

Berna

T. 776098

DUNE
(para maiores de 12 anos)
14, 16.30, 19 e 21.30 h

Caleidoscópio

T. 795093

HERBIE
(para maiores de 6 anos)
14, 16.30, 19 e 21.30 h

Capitólio

T. 372358

EXCESSOS PORNOGRÁFICOS
(para maiores de 18 anos)
15, 17, 19, 21 e 23 h

Castil

T. 556824

A MULHER DO MEU MELHOR AMIGO
(para maiores de 12 anos)
15.30, 18.30 e 21.30 h

Cinebloco

T. 556824

OS AMANTES DE MARIA
(para maiores de 16 anos)
14.30, 16.45, 19, 21.30
O REFÚGIO
(para maiores de 12 anos)
24 h

Cine Camões

OPERAÇÃO S.T.A.B.
(maiores de 13 anos)
14, 16.30 e 21.30 h

Cinemateca

O TERRITÓRIO/1981
18.30 h
LES ENFANTS/1985
(antestreia)
21.30 h



Uma cena do filme «MINHA IRMÃ, MEU AMOR»
Um filme de VILGOT SJÖMAN, com BIBI ANDERSSON e PER OSCARSSON
Em exibição no Estúdio 444

Cine 222

T. 579460

REACÇÃO EM CADEIA
(maiores de 12 anos)
14, 16.30, 19 e 21.30 h

Cine Portela

T. 2524761

NINETEEN EIGHTY FOUR
(maiores de 16 anos)
Um dos mais importantes
filmes do ano
16.00 e 21.45 h

A MULHER FALCÃO
(para maiores de 12 anos)
15.30 e 21.30 h

City Cine

T. 549999

O GRANDE CONCERTO DO ROCK
(para maiores de 6 anos)
14.30, 16.45, 19 e 21.30 h
O REI DA COMÉDIA
(maiores de 6 anos)
23.45 h

Condes

T. 322523

DESPERADAMENTE PROCURANDO SUSANA
(m. 12 anos)
14.00 16.30 19.00 21.30

Eden

T. 320768

A FÚRIA DO HERÓI
(maiores de 16 anos)
14, 16.30, 19 e 21.30 h

Estúdio

T. 555134

GENTE GIRA
(para maiores de 12 anos)
15.30, 18.30 e 21.30

Estúdio ACS

T. 887255

O DIREITO DO MAIS FORTE A LIBERDADE
(interd. a men. 18 anos)
15.30, 18.30 e 21.30 h

Estúdio 444

T. 768078

MINHA IRMÃ, MEU AMOR
(n. acons. 18 anos)
15.30, 18.30 e 21.30

Fonte Nova

T. 7145109

A VINGANÇA DE PORKY'S
(para maiores de 12 anos)
14.30, 16.45, 19 e 21.30 h

Sala 2

OS AMANTES DE MARIA
(para maiores de 16 anos)
14.15, 16.30, 18.45 e
21.15 h

CARMEN
(maiores de 12 anos)
15.15, 18.15 e 21.15 h

Gemini

T. 734009

JAMES BOND 007
«ALVO EM MOVIMENTO»
(maiores de 12 anos)
14, 16.30, 19, 21.30 e 24 h

Hollywood

T. 802859

O JOGO DO FALCÃO
(para maiores de 12 anos)
14, 16.30, 19, 21.30 e 24 h

DESPERADAMENTE PROCURANDO SUSANA
(para maiores de 12 anos)
14.30, 16.45, 18.45, 21.30 e
23.45

Império

T. 555134

KRAMER CONTRA KRAMER
(n. acons. men. 13 anos)
15.15, 18.30 e 21.30 h

Las Vegas

T. 631162

ROSA PÚRPURA DO CAIRO
(para maiores de 6 anos)
15.15, 18.30, 21.30

Quarteto

T. 771378

A VOLTA AO MUNDO EM 80 DIAS
(maiores de 6 anos)
15.30, 18.45 e 21.45 h

Londres

T. 801313

A ROSA PÚRPURA DO CAIRO
(para maiores de 6 anos)
14, 16.30, 19 e 21.30 e 24 h

Montecarlo

T. 681117

OS REIS DO BOXE
(interd. a men. 13 anos)
14.15, 16.30 e 21.30 h

Mundial

T. 538743

DUNE
(para maiores de 12 anos)
14, 16.30, 19 e 21.30 h

Nimas

T. 574362

HISTÓRIA INTERMINÁVEL
(maiores de 6 anos)
14, 16.30, 19 e 21.30 h

Odeon

T. 326283

CONTINUAM A CHAMAR-ME TRINITÁ
(n. acons. 13 anos)
14.30, 16.45, 19 e 21.30 h

Olimpia

T. 325309

MORADIA DO VÍCIO
A partir das 14 h
Sessões contínuas
Filme pornográfico

Pathe

T. 821933

AVENTURA E AVENTURA
(maiores 12 anos)
14, 16.30 e 21.30 h
OS BÓLIDES DA MORFE
(m. 13 anos)
24 h

Politeama

T. 326305

EMMANUELLE
(interd. men. 18 anos)
14.15, 16.30, 19 e 21.30 h

Promotora

T. 637180

O HERCULES CHINÊS
(Int. men. 18 anos)
15.15 e 21.30

S. Jorge

T. 579144

007 — ALVO EM MOVIMENTO
(para maiores de 12 anos)
15.30, 18.30 e 21.30 h

Sala 2

A ROSA PÚRPURA DO CAIRO
(para maiores de 6 anos)
15, 17, 19 e 21.45 h

Sala 3

A TESTEMUNHA
(para maiores 12 anos)
14.15, 16.30, 18.45 e 21.15 h

7.ª Arte

T. 730715

EXCALIBUR
(Int. a men. 13 anos)
14.30, 17, 19.15, 21.45 e
24 h

Star

T. 804210

UM HOMEM APAIXONADO
(maiores de 12 anos)
15.00, 18.15 e 21.30

Terminal

T. 371573

POLICE ACADEMY 2 (A PRIMEIRA MISSÃO)
(para maiores de 12 anos)
13, 15, 17, 19 e 21.30 h

Tivoli

T. 570595

HISTÓRIA INTERMINÁVEL
(maiores de 6 anos)
14, 16.30, 19 e 21.30 h

Turim

T. 706666

GREYSTOKE — LENDA DE TARZAN (REI DA SELVA)
(maiores de 6 anos)
15.00, 17.30 e 21.45

Vox

T. 880808

MÚSICA NO CORAÇÃO
(para todos)
15, 18.15 e 21.30 h

T. 368480

JUVENTUDE VIOLENTA
(para maiores de 16 anos)
14.15, 16.30, 19 e 21.30 h

Zodiaco

T. 570151

O IMPÉRIO DO DESEJO
(Int. men. 18 anos)
15, 17, 19 e 21.30 h

Linha de Sintra

AMADORA — Cinestúdio
«Ades amigos», às 15.30 e 21.30 (maiores de 12 anos)
AMADORA — Cineteatro Lido
«A Minha Professora», às 21.30 (maiores 16 anos)
AMADORA — Cine Plaza
«Testemunha», às 15.30 e 21.30 (não acons. men. 12 anos)
AMADORA — Babilónia
«O Último Dragão», às 14, 16.30, 19 e 21.30 (maiores de 12 anos)

CACÉM — Cinestúdio Flores
«Trinitá, Cowboy Inso-lente», às 15 e 21.30 (não acons. men. 13 anos)
MEM MARTINS — Cine Chaby
«Descanso SINTRA — Carlos Manuel — «O Bordo Fantástico», às 21.30 (int. 18 anos) (pornô).

Linha de Cascais

CASINO ESTORIL
«Dune», às 18.15 e 21.15 (maiores 12 anos)
CINE IMPALA
«Amanhecer Violento», às 16, 21.30 e 24 (maiores 16 anos)
SPORT ALGÉS E DA-FUNDO
«Frances», às 21.30 (maiores de 12 anos)

Outra Banda

ALMADA — Academia
«Educação de Rita», às 15.30 e 21.30, (maiores 12 anos)
ALMADA — Incrível
«Noites de Nova Iorque», às 15.30 e 21.30 (int. 13 anos)

Porto

ÁGUIA DE OURO
«A Fúria do Herói», maiores 16 anos, às 14.15, 16.30, 18.45 e 21.45 h
BATALHA
«Missão Final», às 14.30, 16.30 e 21.45 (int. men. de 13 anos)
CHARLOT
«Electric Dreams», às 15.15, 18 e 21.30 (maiores de 12 anos)
COLISEU
«007 — Alvo em Movimento», maiores 12 anos, às 16.40, 18 e 21.30
FOCO
«História Interminável», maiores 6 anos, às 14, 16.30 e 21.45 h
JÚLIO DINIZ
«A Lei do Sexo», (Porno) às 15.30 e 21.30 (int. men. 18 anos)
LUMIERE — Sala A
«Um Russo em Nova York», às 15, 17.45 e 21.30 (maiores de 6 anos) — Sala L — «Electric Dream — Amor é Música», às 15.15, 18 e 21.45 (maiores 12 anos)
NUN' ALVARES
«007 — Alvo em Movimento», maiores de 12 anos, às 15.30 e 21.45 h
OLÍMPIA
«O Grande Ataque», às 14.30 (maiores de 16 anos)
PASSOS MANUEL
«História Interminável», maiores 12 anos, às 14.15, 16.30, 18.45 e 21.45 h
PEDRO CEM
«Os Deuses Devem Estar Loucos», às 15.15, 18.30 e 21.30 (não acons. men. 13 anos)
RIVOLI
«Força Mortal», às 15, 18.15 e 21.30 (maiores 16 anos)
SALA BEBÊ
«Starman», às 14.15, 16.20, 18.30 e 21.20 (maiores 12 anos)
SÃO JOÃO
«A Testemunha», às 15.30 e 21 (maiores 12 anos)
STOP — Stop 1
«Gerry Tu És Louco», maiores 6 anos, às 14, 16.30, 19 e 21.30 h
Stop 2
«007 — Alvo em Movimento», maiores de 12 anos, às 14.15, 16.45, 19 e 15
TEATRO SÁ DA BAN-DEIRA
«A boa aventura», às 12.30, 15, 17 e 19. Pornô (interd. men. 18 anos)
TRINDADE
«Rosa Púrpura do Cairo», às 15.30, 18 e 21.45 (maiores 6 anos)
VALE FORMOSO
«Terra Sangrenta», às 15.15, 17.45 e 21.45 (maiores 16 anos)

Lisboa — PERMANENTE
— **BAIRRO AMÉRICA:** Costa Ferreira, R. Fernão de Magalhães, 33 (T. 849448); **BAIXA:** Durão, R. Garrett, 92 (T. 324166); **CAMPO DE OURIQUE:** Condestável, R. Coelho da Rocha, 119 (T. 666206); **CHILE — ALTO DE SÃO JOÃO:** Vitális, R. Moraes Soares, 69-C (T. 841779); **ESTEFÂNIA:** Morgado Lourenço, L. D. Estefânia, 4-5 (T. 554808); **ESTRELA:** Martins, C. da Estrela, 165-167 (T. 660823); **JOÃO XXI:** Onilda, Av. João XXI, 13-A (T. 886848); **LUMIAR:** Almeida, Al. das Linhas de Torres, 201-B (T. 790942); **MARQUÊS DE POMBAL — PICOAS:** Correia Almeida, Av. Fontes Pereira de Melo, 21-B-C (T. 547385); **OLIVEIRAIS NORTE:** Central dos Oliveira, R. Alfere Barrilero Ruas, 7-C (T. 315539); **PAULAVÁ:** Aguiar, Av. Colúmbano Bordalo Pinheiro, 98-A (T. 720934); **SANTO AMARO:** Correia Azevedo, R. Luís de Camões, 42-B (T. 638625); **ODIVELAS:** Catela Tavares, R. Prof. Dr. Augusto Abreu Lopes, 29-A (T. 9815446); **PONTINHA:** Pontinha, E. de Santo Elói, 4, lote SE (T. 990220).

REFORÇO — AJUDA: Lúcia Almeida, C. da Ajuda, 170 (T. 637318); **ALVALADE:** Cartaxo, Av. da Igreja, 21-C (T. 897958); **AVENIDAS NOVAS:** Valle, Av. Marquês de Tomar, 47 (T. 773043); **BENEFICA — IGREJA:** Marquês, E. de Benfica, 648 (T. 700096); **CAMPOLIDE:** Patrícia, C. dos Mestres, 30-A (T. 680627); **HOSPITAL DE SÃO JOSÉ — DESTERRO:** Silmar, R. de São Lázaro, 128 (T. 542829); **INFANTE SANTO — PAMPULHA:** Infante Santo, R. do Olival, 290 (T. 661003); **PALÁCIO DE SÃO BENTO:** Micael, R. de São Bento, 380-382 (T. 662162); **PENHA DE FRANÇA:** Central da Penha, R. da Penha de França, 58-60 (T. 849245); **PICHELEIRA:** Mariz, C. da Picheleira, 140-B-C e R. Prof. Mira Fernandes, MAF (T. 880703); **VALE FORMOSO — POÇO DO BISPO:** Barros Gouveia, R. Vale Formoso de Cima, 79-B (Y. 885180); **BRANDÃO — AMADORA:** Tavares Matos, R. 8, lote 308 (T. 993220); **BURACA — AMADORA:** Vaz Martins, R. António Ferro, 6-A (T. 970660); **OLIVAL BASTO:** Nova, R. dos Açores, 11-A (T. 9810305); **PRIOR VELHO:** Matos, T. das Prioras (T. 2519939).

Outra Banda — ALMADA: Silva Júnior, Av. 25 de Abril, 9 (T. 2768030). Permanente; **COVA DA PIEDADE:** Rainha Santa, R. Sociedade Fua Piedense, 20-A (T. 2294182). Permanente; **COSTA DE CAPARICA:** Chai, Av. General Humberto Delgado (T. 2403218). Até às 19 horas; **LARANJEIRO:** Moderna, R. Dr. António Elvas, 8-A (T. 2290305). Até às 22 horas; **SESIMBRA:** Leão, Av. da Liberdade, 13 (T. 2233471). Até às 19 horas; **LAVRADIO:** Parreira, R. D. Silva Cristino, 15 A (T. 2042016). Até às 19 horas; **BARREIRO:** Santa Marta, R. Dr. Manuel Pacheco Nobre, 44-B (T. 2072141). Permanente; **BAIXA DA BANHEIRA:** Teixeira, B. de Moçambique, 84-B (T. 2040946). Até às 19 horas; **CORROIOS:** Universo, E. Nacional, 10 (T. 2290084). Até às 19 horas; **AMORA:**

Nobre Guerreiro, R. Dr. Emídio G. Mendes, 314 (T. 2212923). Até às 22 horas; **ARRENTELA:** Lusitana, P. Cândido dos Reis, 10 (T. 2210007). Até às 22 horas; **MONTIJO:** Higlene, R. José Joaquim Marques, 142 (T. 2310370). Até às 22 horas; **MOITA:** União wmoitense, Av. Dr. Teófilo Braga (T. 239025). Até às 19 horas; **ALHOS VEDROS:** Portugal, Av. da Bela Rosa, 8 (T. 2040250). Até às 19 horas; **ALCOCHETE:** Nunes, L. Coronel Ramos da Costa, 10 (T. 234137). Até às 19 horas; **SETÚBAL:** Brasil, P. do Brasil, 15 (T. 24788). Permanente; Costa, R. da Misericórdia, 48 (T. 22760). Permanente; Isabel, L. Batalha Viso, lote 86 (T. 21677). Até às 22 horas.

Linha de Cascais — ALGES: Almeida Nifo, Av. dos Combatentes da Grande Guerra, 64 (T. 2112070). Permanente; **LINDA-A-VELHA:** Melo Almeida, R. D. Diogo Couto, Lote 182 (T. 219697). Até às 19 horas; **TIRES:** Guimarães, L. Duarte, lote A, r/c (T. 2441616). Até às 11 horas; **ALCABIDECHES:** Carvalho, B. Padre P. Correia, 4 (T. 2690363). Até às 22 horas; **PORTO SALVO:** Ferreira Bastos, R. D. Firmino Rebelo (T. 2421015). Até às 22 horas; **MALVEIRA DA SERRA:** Luz, E. Nacional (T. 2850635). Até às 22 horas; **PAÇO DE ARCOS:** Godinho, Av. Patrão Lopes, 4 (T. 2432039). Até às 22 horas; **OEIRAS:** Central, R. Conde Ferreira, 29 (T. 2430058). Permanente; **CARCAVELOS:** Vilar, Av. Maria da Conceição, lote B (T. 2470777). Permanente; **SÃO DOMINGOS DE RANA:** Godinho da Silveira, R. A. Albuquerque, lote B, loja 2 (T. 2470361). Até às 22 horas; **PAEDE:** Mendes Junqueiro, R. de Luanda, lote 5 (T. 2477838). Permanente; **SASSOEIROS:** Amaral Semblano, Quinta das Encostas (T. 2461312). Até às 22 horas; **BIRRE:** Imani, lote 7-B, Hera (T. 2852121); **MA-DORNA:** Madeira, R. A (T. 2476326). Até às 22 horas; **AMOREIRA:** Abrantes, Vivenda Maria Carlos Anjos (T. 2682313). Até às 22 horas; **ESTORIL:** Parque, Arcadas do Parque, 3 (T. 260191). Até às 22 horas; **CASCAIS:** Misericórdia, R. Regimento 19, 41 (T. 280141). Permanente.

Linha de Sintra — AMADORA: Girassol, R. Elias Garcia, 17-C (T. 974161). Permanente; Soares Correia, E. das Águas Livres, Carenque (T. 965517). Permanente; **Helénica:** R. Elias Garcia, 372 (T. 4933613). Até às 22 horas; **DAMAIA:** Conflança, R. Bartolomeu Dias, lote D (T. 971023). Até às 22 horas; **QUELUZ:** Pereira Dias, Monte Abraão (T. 4375566). Até às 22 horas; **CAMARATE:** Flores, Av. das Forças Armadas, Vig. Mor, Catujal (T. 2510850). Até às 19 horas; **CACÉM:** Garcia, Av. dos Missionários, 2 (T. 9242181). Permanente; **ALGUEIRÃO:** Rodrigues Rato, R. dos Morés, 1 (T. 9212038). Permanente; **MERCES:** Claro Russo, R. Abade Faria, 2-A (T. 9215275). Até às 22 horas; **RINCHOA:** Cargaleiro Lourenço, C. da Rinchoa, 38 (T. 9262006). Até às 22 horas; **SINTRA:** Misericórdia, Pendoa, 17 (T. 9231070). Permanente; **COLARES:** Abreja (T. 9290088).

TEATROS

Teatro e Copos — Finalmente Club

R. da Palmeira, 36 — Tel. 37 26 52

De segunda a sábado, às 00.30

«NÃO HÁ NADA P'RA NINGUÉM». Espectáculo em travesti. Conduzido por Lydia Barloff, com interpretações de Cindy Scrash, Lydia Barloff, Ruth Briden e Vicky Batton.

Teatro Vasco Santana

Entrecampos — Tel. 768609

De terça a sábado às 21.30, domingos às 16.00

«JARDIM DE OUTONO», de Lilian Hellman. Encenação de Luzia Maria Martins. Com Carlos Mourato, Carlos Santos, Carmen Mendes, Clara Joana, Fernanda Coimbra, Fernanda Montemor e Helena Félix.

Teatro Maria Vitória

Parque Mayer — Tel. 37 17 40

(De terça a sábado, às 20.30 e 22.45; domingos, às 16.00, 20.30 e 22.45).

«NÃO BATAM MAIS NO ZEZINHO!», de Mário Zambujal, Henrique Santana e Francisco Nicholson.

ABC

Parque Mayer — Tel. 36 67 45

(De 2.º a domingo, às 21.45. Sábados e domingos, às 21.45 e 16.00).

«FININHO MAS JEITOSINHO». Original de João Bettencourt. Versão portuguesa de César Oliveira e Raul Solnado. Com Carlos Miguel, Simone de Oliveira e Filipe Ferrer (12 anos).

Instituto Franco-Português

Av. Luís Bivar, 91-Telef.
De quarta a sábado, às 21.30
domingos às 17.30

«EMBALAGEM PERDIDA», de Vera Feyder. Encenação de Ricardo Marques. Cenografia de Mário Jorge Bonito. Interpretação: Cucha Carvalheiro, e Lucinda Loureiro.

Cascais Espaço TEC

Av. Marechal Carmona, 6-B Tel. 2867933

De terça a sábado às 21.45
domingos às 17.00

«DUAS ANEDOTAS PROVINCIANAS», de ALEXANDER VALENTINO PONAS. Tradução de Helena Ramos e Artur Ramos. Encenação de Artur Ramos.

Centro de Arte Moderna

Sala Polivalente

R. Nicolau Bettencourt

(Tel. 73 01 830) «De terça a sábado, às 21.00; domingos, às 17.00h»

Pilades, de Pier Paolo Pasolini. Encenação de Mário Feliciano, música: Constança Capdeville. Cenografia: Carlos Amado. Figurinos: Rosa Ramos.

Casa da Comédia

Rua S. Francisco de Borja, 24 (às Janelas Verdes) — Tel. 607299

De terça a sábado, às 21.45
domingos, às 18.00

«SAVANNAH BAY», de Marguerite Duras. Encenação e cenografia: Filipe La Féria. Interpretação: Glicínia Quartín e Zita Duarte.

Teatro da Graça

T. de São Vicente, 11 — Tel. 875626

De terça a sábado, às 22. sábados e Domingos, às 17.00

O Grupo Teatro Hoje apresenta a peça de Crebillon Fill — «A NOITE E O MOMENTO». Tradução de Manuel João Gomes. encenação de Carlos Fernando, e interpretado por Teresa Madruga, Diogo Dória e Paulo Bicho. Cenografia de José Manuel Castanheira e figurinos de Jasmim.

SETÚBAL Teatro de Bolso do T.A.S.

R. dr. Aníbal Álvares Pereira, 9
Telef. 29130

Às sextas, sábados e domingos às 21.30

«LUIZA TODI», de Fernando Gomes e Rui Mesquita.

Encenação de Fernando Gomes. Cenografia de Rui Mesquita e José Teófilo Duarte. Música de José Rodrigues (Azoia). Interpretação de Asdrúbal Teles Pereira, Céla David, Fernando Luís, Filomena Gonçalves, Isabel Ganiho, João Manuel, José Pompeu, Manuel Bola, Manuela Couto, Mimi, e Nuno Belo.

Maria Matos

Av. Frei Miguel Contreiras, 58 — Tel. 89 70 17
De quarta a sábado, às 21.45; aos sábados e domingos, às 16.00 horas)

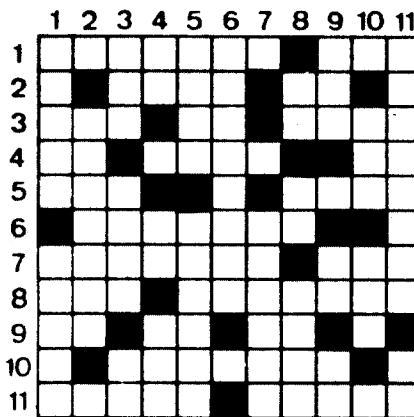
Um Homem é um Homem — Damião de Góis. Texto e encenação: Hélder Costa. Cenografia: João Brites. Figurinos: Maria do Céu Guerra. Música: António Vitorino d'Almeida. Interpretação: António Gomes, Cármen Santos, João Azevedo, João Maria Pinto, Jorge Sequeira, José Carretas, José Gomes, Paulo Sousa, Teresa Faria e Vítor Carvalho.

PALAVRAS CRUZADAS

COM PROVÉRBO PROBLEMA N.º 14 547

HORIZONTAIS:

- 1 Flutuando. Grande.
- 2 Demore. Hectare.
- 3 Levanto. Niquel (s.q). Doença.
- 4 Porco. Folga. Pronome pessoal (inv).
- 5 Pronome pessoal. Artigo definido. Grande apetite de comer.
- 6 Tostaria.
- 7 Lutaram (fig). Rei de Israel de 919 a 918 a.C.
- 8 Recusa. Achatem.
- 9 Preposição. Centímetro. Neon (s.q).
- 10 Incinerara.
- 11 Instrumentos para atirar setas. Ladeira.



VERTICAIS:

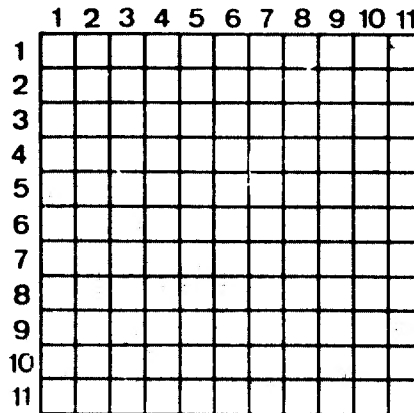
- 1 Escuridão. Deseja ardente-mente.
- 2 Pegaram.
- 3 Rio de Portugal. Nojo. Duzentos em romano.
- 4 Preposição latina que designa movimento. Apelido. Nome de jogo.
- 5 Menino (pop). Fios metálicos.
- 6 Meteram na cama.
- 7 Magnetizar.
- 8 Hectograma. Nota musical. Tempo do verbo ser.
- 9 Aldeia indiana de que procede o termo gancar. Pertences. Antes do meio-dia.
- 10 Possui. Obrigação.
- 11 Arruinaram. Neste momento.

Resolveu completamente este problema? Procure, agora em segundo passatempo, o provérbio nele inscrito.

NOVAS MODALIDADE PROBLEMA N.º 14 387

HORIZONTAIS:

- 1 Miriare. Rosto. Caminha para cá.
- 2 Divide em toros. Aqui.
- 3 Casta. Erubescer.
- 4 Preveniriam.
- 5 Apre! Prefixo de privação.
- 6 Solitário. Frestas.
- 7 Prendes. Chiste.
- 8 Untas. Vi.
- 9 Consentir. Cobertor.
- 10 Ratava. Nome de astro. Clima.
- 11 Arsénio (s.q). Dar marradas.



VERTICAIS:

- 1 Corcundas. Ciança francesa célebre pelo seu heroísmo.
- 2 Fruto da ateira. De Roma.
- 3 Escavar. Nome de homem.
- 4 Engastariam. Pedrarias.
- 5 Autores. Prender.
- 6 Reis. Curas. Senhor.
- 7 Aqui. Pertences. Maior.
- 8 Canto de muitas vozes reunidas. Peta.
- 9 Vareiras.
- 10 Em partes iguais. Pula.
- 11 Chapa lisa de ferro para arredondar o vidro nas fábricas. Ligara.

SOLUÇÃO DO PROBLEMA

N.º 14 546

HORIZONTAIS:

- 1 Arrastarias.
- 2 Gear. Aterra.
- 3 Am. MEL. NOVO.
- 4 Ditara. Osos.
- 5 Ira. Ovar.
- 6 Real. Ab.
- 7 Vistoria.
- 8 Tem. Atestar.
- 9 Alão. Af. Rir.
- 10 Rh. VINHO.
- 11 Oó. Mosa. Zil.

VERTICAIS:

- 1 Agadir. Taro.
- 2 Remir. VELHO.
- 3 Ra. Tarima.
- 4 Arma. És.
- 5 Errata. V.º.
- 6 Tala. Lotais.
- 7 At. Reina.
- 8 Renovais.
- 9 Irosa. Atroz.
- 10 Arvora. Af.
- 11 Sãos. Barril.

PROVÉRBO: Mel novo, vinho velho.

SOLUÇÃO DO PROBLEMA

N.º 14 386

HORIZONTAIS:

- 1 Lapim. Larim.
- 2 Amolo. Aporá.
- 3 Ris. Sim.
- 4 Alto. Aans.
- 5 Io. Dor. Oó.
- 6 La. Lária. Na.
- 7 Arcar. Cotos.
- 8 Ama. Oro.
- 9 Urra. Osga.
- 10 Cai. Gap. Ari.
- 11 Asada. Lares.

VERTICAIS:

- 1 Lana. Lamuca.
- 2 Am. Liar. Ras.
- 3 Porto. Caria.
- 4 Ilio. Lama.
- 5 Mós. Dará. Ga.
- 6 Por. Far.
- 7 Lás. Rico. Pl.
- 8 Ápia. Aoro.
- 9 Romão. Tosar.
- 10 Ir. Nono. Gré.
- 11 Mais. Assais.

16.00: A gaita dos sete foles;
17.00: Informação regional;
17.15: Música portuguesa;
17.30: Campanha eleitoral;
18.00: Especial desporto;
22.00: Noites de luar; 23.30:
Último jornal. Noticiários de
hora a hora.

Programa 2

16.00: Sinfonia n.º 4, de
Martini; 16.33: Solos de cravo;
16.43: «Va, Je T'Ai Par-
donné», dueto da ópera «Ro-
meu e Julieta», de Gounod;
17.00: Sinfonia op. 58 «Man-
fredo», de Tchaikowsky;
18.00: «Poemas para Mi», de
Olivier Messiaen; 18.40: Alfa e
omega; 19.30: As cores e as
formas; 20.00: 1.ª Sonata, para
violino e piano, em lá maior,
op. 13, de Fauré; 20.40: A voz
de Roma; 21.00: Antologia dos
músicos portugueses; 21.30:
Edições portuguesas; 22.30:
Sonata n.º 1, em sol maior, op.
78, de Brahms; 23.00: Inter-
câmbio musical; 00.30: Can-
ções, de Schubert; 01.00: Fe-
cho. Noticiários de hora a hora.

RÁDIO COMERCIAL

Onda Média (283, 290 e
397m)

14.00: Tarde à portuguesa;
17.00: Rápido das cinco;
19.00: Caras e coroas; 20.00:
Conta corrente; 21.00: Musi-
cal; 21.15: Programas religio-
sos; 22.30: Tempo de desporto;
23.00: 24.ª hora; 01.00: Passa
a palavra; 02.00: No calor da
noite. Noticiários de hora a
hora.

RC-FM-Estéreo (97,4 MHz)

15.00: O vapor; 16.00: Som
da frente; 17.00: Pé-de-vento;
18.00: Círculo em FM; 19.00:
Em órbita; 20.00: Nova gera-
ção; 21.00: Jazzofone; 22.00:
Símbolos do tempo; 23.00:
Ondas lusitanas; 02.00: No
calor da noite. Noticiários de
hora a hora.

RÁDIO RENASCENÇA

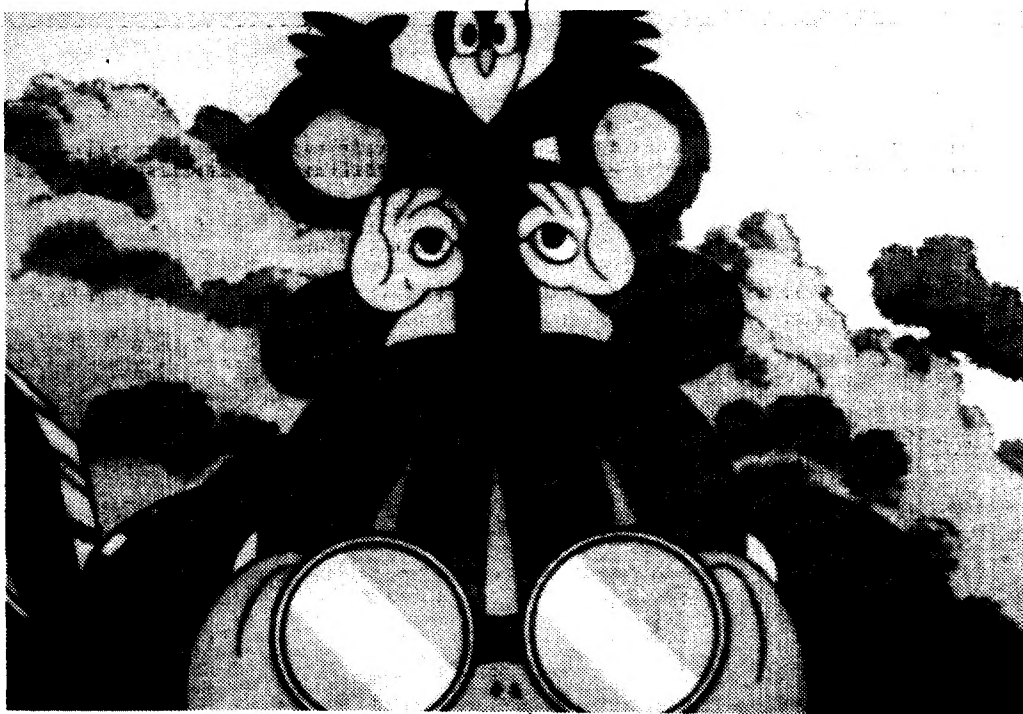
Onda Média

16.00: Rua Capelo; 18.00:
Jornal das regiões; 18.30:
Transmissão do terço; 19.30:
Memorando; 20.00: Programa
da LARR; 20.30: Do dia para a
noite; 21.00: Horizonte; 22.00:
Quando o telefone toca; 22.30:
Diário do desporto; 23.00:
Clube dos colecionadores;
24.00: Som de uma noite de
Verão; 02.00: Estação de ser-
viço.

FM-Estéreo

16.00: A cor do som; 18.00:
Entrecampos; 19.30: Trans-
missão do terço; 20.00: Serra
de estrelas; 21.00: Vista alegre;
22.00: Oceano Pacífico; 24.00:
Último metro; 02.00: Estação
de serviço. Noticiários a todas
as horas.

TELEVISÃO



«Oum» — «O Golfinho Branco», no «Tempo dos Mais Novos»



18.00 — Tempo dos Mais Novos

A emissão de hoje é preenchida com mais um episódio das séries «Oum — O Golfinho Branco» e «Contos Folclóricos Húngaros».

18.35 — Notícias

18.45 — Trânsito

19.10 — Futebol

Transmissão directa do jogo Ajax-FC Porto
Ao intervalo: Vamos jogar no totobola

21.00 — Boletim Meteorológico para a Agricultura

21.05 — O Livro Grande de Petete (Os Palmípedes)

21.15 — Telejornal

21.43 — Boletim Meteorológico

21.45 — Tempo de Antena

PCTP/MRPP; PSD; APU.

22.25 — Noite de Cinema

«O Céu Pode Esperar». É a história de um jogador de futebol que tem um acidente de viação e vai parar ao céu, antes do tempo, por engano. Por isso tem de voltar à Terra, voltando à vida noutra corpo. Esta difícil situação torna-se ainda mais complicada devido a uma mulher que transtorna os planos celestes. Realizador: Warren Beatty/Buck Henry. Intérpretes: Warren Beatty, Julie Christie, Jack Warden, Dyann Cannon, James Mason, entre outros. Duração: 100 minutos. Ano de estreia: 1978. Género: comédia dramática. Fotografia: cor. Origem: EUA.

00.20 — Último Jornal



«A influência da religião nas mulheres islâmicas» hoje em foco em «O Mundo em Extinção»



Warren Beatty em «O Céu Pode Esperar»

19.32 — Desenhos Animados

19.50 — A Arte e as Coisas

«A Arte e o Silêncio». A estatuária que fomos aceitando nas últimas décadas comporta elementos satisfatórios para uma pesquisa estética que nos reveja e que nos defina dentro dos seus processos próprios, eis a questão posta neste programa realizado por José Eliseu.

20.30 — O Mundo em Extinção

O papel que a religião e o misticismo desempe-
nham na vida das mulheres islâmicas.

21.30 — Filmoteca TV

22.30 — Jornal da Noite

AMANHÃ

RPT 1

12.00 — Notícias
12.05 — Espaço 12/13
12.45 — Notícias
13.00 — Origens
14.02 — Acção de Formação de Professores
do Ciclo Preparatório TV
18.00 — Tempo dos Mais Novos
18.35 — Notícias
18.50 — A Mulher e o Mundo
19.55 — O Livro Grande de Petete
20.00 — Telejornal
20.27 — Boletim Meteorológico
20.00 — Tempo de Antena
21.00 — Louco Amor
21.55 — Actualidade Política
23.05 — Montanha Mágica
00.00 — Último Jornal

RTP 2

19.30 — Desenhos Animados
19.50 — Fados com António Santos
20.10 — Conheça Melhor
20.35 — Mucha, Pintor da Angústia
21.35 — Da... Música
22.00 — Jornal da Noite

CLÍNICA DE TELEVISÃO A CORES
SOS
CTC
A MELHOR ASSISTÊNCIA
AO SEU TELEVISOR E VÍDEO
GARANTIMOS RAPIDEZ E EFICIÊNCIA
ESTAÇÃO DE SERVIÇO PERMANENTE
T. 88 27 86 — 89 98 26
Av. S. João de Deus 13B • R. de Macau 8-1 • LISBOA

VOCÊ TEM UM PROBLEMA DE BEBIDA?

Em Setembro vamos ter entre nós uma equipa
de terapeutas especializados na recuperação inte-
gral de alcoólicos. Inscrições limitadas.

Contacte-nos já: **ALCOÓLICOS ANÓNIMOS**

Travessa do Corpo Santo, 32
1200 LISBOA
Telefone: 896211

GRUNDIG a segurança de um grande nome
seleccionou para si...



21.40
Noite de Cinema
«O Céu Pode Esperar»



21.15
Filmoteca TV

22.25

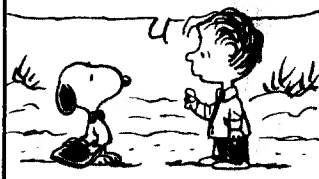
Noite de Cinema

«O Céu pode esperar»: Real-
izador: Warren Beatty Buck
Henry; Ano de estreia: 1978

Assistência Técnica Grundig
NACIONAL RÁDIO

Rua Bento Jesus Caraca 17 - Cruz Quebrada - Telef. 2112871

QUANDO ABRAHAM LINCOLN ERA ADVOGADO, CHEGAVA AO ESCRITÓRIO ÀS NOVE HORAS.

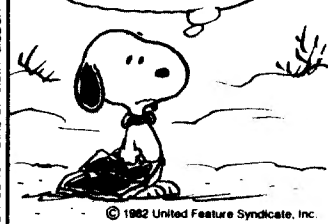


ESTENDIA-SE LOGO NO SOFÁ E PARA GRANDE IRRITAÇÃO DO SEU COLEGA, COMEÇAVA A LER O JORNAL EM VOZ ALTA.

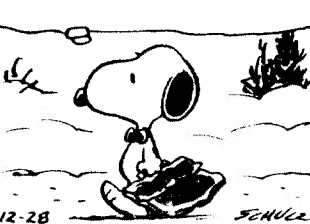


TENHO DE ME LEMBRAR DISSO

AGÊNCIA DAS DA SILVA - LISBOA



O SEGREDO DE SER UM BOM ADVOGADO É ENERVAR O NOSSO COLEGA.



MARÉS DE HOJE

PREIA-MAR	BAIXA-MAR
04.39 3,90 m	10.12 1,10 m
16.55 3,80 m	22.26 1,20 m

Dia 3

05.08 3,70 m	10.43 1,30 m
17.25 3,60 m	22.57 1,40 m

6 HORAS:

BRAGANÇA	13°
VIANA DO CASTELO	15°
VILA REAL	14°
PORTO	15°
COIMBRA	16°
CABO CARVOEIRO	18°
CASTELO BRANCO	16°
PORTALEGRE	14°
LISBOA	17°
ÉVORA	15°
BEJA	15°
FARO	19°
SAGRES	18°
PONTA DELGADA	19°
FUNCHAL	21°

No cemitério de Pere Lachaise

Milhares de pessoas disseram ontem adeus a Simone Signoret

Milhares de admiradores, familiares, ministros do Governo e estrelas de cinema encontraram-se, ontem, em Paris, para dizer adeus a Simone Signoret.

O caixão da atriz foi depositado em campa rasa no Cemitério do Père Lachaise no fim de um cortejo fúnebre que saiu da casa da atriz, na Normandia, onde morreu de cancro, no domingo, aos 64 anos.

Yves Montand, marido de Simone Signoret, desde há 35 anos, a filha da atriz, Catherine Alegret e o antigo marido, Yves Alegret, de pé, em frente da campa aberta, beijaram rosas encarnadas que depositaram dentro do caixão.

Cerca de 200 colegas dos 41 anos de vida artística de Simone Signoret desfilaram cada um com uma flor para o último adeus a uma mulher admirada não só como atriz, mas também com escritora e militante política.

Actores de cinema, entre os quais, Philippe Noiret e Bernard Blier, filósofos, escritores, membros do Governo e líderes políticos estiveram presentes em homenagem ao talento de Signoret.

O ministro da Cultura, Jack Lang, o ministro da Condição Feminina, Yvette Roudy, o ministro da Justiça, Robert Badinter e o secretário-geral do Partido Socialista Francês, Lionel Jospin, estavam entre as personalidades que prestaram homenagem à atriz.

Depois das entidades oficiais terem desfilado foi a vez de milhares de admiradores, muitos dos quais depositaram flores no caixão.

Signoret, que se tornou mais conhecida pelo seu filme «Casque d'Or» e «Room at the Top», que lhe valeu um Oscar, combinou a profissão de atriz com um activismo político de esquerda.

Homenagens à grande atriz francesa chegaram de todo o Mundo. Os jornais franceses dedicaram muitos dos seus editoriais e reportagens à morte de Signoret, tendo a visita do líder soviético Gorbachev a Paris passado para segundo plano nas páginas principais.

O último papel de Signoret foi para uma série de Televisão sobre a vida em Paris em finais dos anos 30. Mas o seu último acto foi político — um anúncio no «Le Monde» apelando a Gorbachev para que respeite os Direitos Humanos e permita aos judeus russos emigrar.

Fogo destruiu importante mancha florestal da Estrela

O incêndio que há três dias eclodiu em matas do concelho da Covilhã foi ontem à tarde considerado extinto depois de ter consumido cerca de trezentos hectares de pinhal. O fogo destruiu aquela extensão de pinhal nas localidades de Aldeia do Souto, Mata da Rocha, Serzedo e Verdelhos e provocou ligeiras intoxicações em duas crianças que receberam tratamento hospitalar na Covilhã.

A área consumida pelas chamas constituía uma das maiores manchas florestais da serra da Estrela, tendo ficado destruídos povoamentos florestais de particulares e algumas faixas dos Serviços Florestais de Manteigas.

Cerca de 200 bombeiros das corporações da Covilhã, Manteigas, Belmonte e Gonçalo estiveram empenhados no combate ao fogo, em que também participou uma brigada de 60 homens da Câmara Municipal da Covilhã e elementos dos Serviços Florestais.

A inexistência de acessos dificultou os trabalhos de extinção das chamas, disseram os Bombeiros da Covilhã.

Algumas habitações foram ameaçadas pelas chamas, tendo mesmo algumas sido evacuadas pelos bombeiros.

D/E/C/A/R/A/S/



NELSON MANDELA, o líder negro sul-africano preso há 23 anos, deverá ser operado, dentro de duas semanas, disse, ontem, o seu advogado. Ayob revelou que três médicos examinaram Mandela, na semana passada, e que estão, praticamente, convencidos de que o fundador do ANC, de 67 anos, «sofre de dilatação da próstata, que, provavelmente, terá de ser removida, e tem quistos no fígado e no rim direito». Entretanto, líderes negros sul-africanos condenaram, rotundamente, o convite do presidente Pieter Botha para fazerem parte do conselho presidencial, afirmando que isso não constitui uma partilha do poder, nem uma esperança para o futuro.

DESMOND TUTU, Prémio Nobel da Paz, declarou, ontem, à Rádio Catalunha, que o povo sul-africano «não hesitará em utilizar a violência no combate pela liberdade».

O bispo sul-africano afirmou que na «luta pela independência e pela liberdade, o povo utiliza, num primeiro tempo, meios pacíficos. Mas, se começa a constatar que estes métodos não resultam, não hesitará em recorrer à violência», afirmou Tutu. Para o Prémio Nobel da Paz, a



Igreja é, na África do Sul, «um instrumento de justiça e de paz», e acrescentou que o Governo «nunca tentou resolver o problema de fundo, contentando-se, apenas, em restabelecer a ordem, recorrendo, para isso, a meios violentos».

CRISTINA ONASSIS, herdeira do império de navegação grego, pediu o divórcio do seu quarto marido, o empresário francês Thierry Roussel. Fontes próximas da família disseram que o pedido de divórcio foi apresentado em Setembro, na Suíça. Cristina Onassis, de 34 anos, herdou do pai, Aristoteles Onassis, um império de navegação e bens imobiliários. Antes de se ter casado com Roussel, a herdeira grega tinha já contraído matrimónio com Joseph Bocker, um negociante de propriedades, Alexander Andreades, herdeiro de uma outra fortuna grega e Sergei Kazov, um executivo soviético.

ERNANI LOPES teve de adiar a sua viagem para Seul, capital sul-coreana, onde irá participar na Conferência Anual do FMI e do Banco Mundial. O adiamento deve-se ao facto da Comissão Nacional de Eleições ter recusado o voto por correspondência ao ministro das Finan-



ças e à comitiva que o acompanha à reunião de Seul e que é constituída por Vítor Constâncio, Alexandre Vaz Pinto, João Salgueiro, Rui Vilar, e um conjunto de personalidades ligadas ao mundo financeiro. A reunião de Seul começa domingo, dia das eleições legislativas em Portugal. **LIA GAMA** fará parte do elenco que, no início de 1986, levará à cena a peça de Garcia Lorca, «As Bodas de Sangue». A conhecida atriz integrará, para tal, o Teatro Ibérico que, na próxima temporada, apresenta mais dois novos nomes: Alexandre Melo e Argentina Rocha. Para além do teatro, Lia Gama tornou-se uma figura da noite portuguesa ao estreitar-se na canção em bares como o Frágil, na Rua da Atalaia.

PAULO DE CARVALHO foi galardoado com um «Disco de Prata», correspondente à venda de 15 mil exemplares do seu mais recente trabalho discográfico, «Desculpem Qualquer Coisinha». O compositor e intérprete, que com aquele trabalho se lançou nas «ruas» do fado, poderá, em breve, receber o «Disco de Ouro», correspondente a 30 mil unidades vendidas. Pelo menos, é esta a previsão da editora discográfica.

Autárquicas

PS e PSD já acordaram em 30 coligações

Até ao momento os sociais-democratas já celebraram 30 acordos de coligação com o PS, sobretudo em zonas de maioria APU.

No distrito de Setúbal, onde todas as Câmaras têm presidentes da Aliança Povo Unido, o «bloco central autárquico» não se constituiu, apenas, em dois concelhos — Alcanice do Sal e Barreiro. Em qualquer destes dois concelhos, as eleições autárquicas deram maiorias absolutas às listas da APU, sendo a votação então alcançada pelos socialistas, a segunda em expressão numérica, mas percentualmente bem distante. Quanto ao PSD, nestes dois concelhos não apresentou lista.

No distrito de Setúbal, as coligações PS/PSD concorrerão aos concelhos de Alcochete, Almada (assinado esta manhã), Grândola, Moita, Montijo, Palmela, Santiago do Cacém, Seixal, Sesimbra, Setúbal e Sines.

No distrito de Portalegre, os dois partidos concluíram acordos de coligação para as Câmaras Municipais de Avis, Nisa e Ponte de Sor, actualmente de maioria APU, e estão a negociar ainda a lista para o Município de Elvas. Ainda neste distrito, os socialistas e sociais-democratas chegaram a acordo para a apresentação, a 15 de Dezembro, de uma lista conjunta, encabeçada pelo militante do PS, João Primo Carrapiço. Em relação à Assembleia Municipal, o candidato à Presidência será um social-democrata, enquanto que a Aliança Povo Unido, que no presente executivo tem quatro elementos, contra dois da AD e um do PS, mantém como cabeça de lista o actual presidente do Município, José Emílio Guerreiro.

No distrito de Beja, já foram concluídas as negociações para a apresentação de listas do «bloco central autárquico» para as Câmaras de Beja, Moura e Ourique, todas de Presidência da APU.

No distrito de Leiria, a estratégia definida pelos sociais-democratas funciona em pleno. Por um lado, apresentam-se coligados com o PS para a disputa da Câmara da Marinha Grande, de maioria APU, e concorrem juntos com o CDS para as Câmaras de Alcobaça, onde a AD ganhou em 1982, e na Nazaré, bastião do PS no distrito.

Em Braga, onde o PSD se coligou ao CDS e aos monárquicos do PPM para a disputa da Câmara de liderança socialista, o «bloco central» vai disputar as eleições para a Câmara de Celorico de Basto, onde a Presidência pertence aos sociais-democratas inseridos na AD, e em Espinho, Câmara de presidência centrista.